

**UNIVERSIDADE DE UBERABA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**WANDELKY LEÃO JUNIOR**

**HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PARA O DEFICIENTE VISUAL:  
O INSTITUTO DE CEGOS DO BRASIL CENTRAL DE UBERABA (1942-1959)**

**UBERABA-MG  
2015**

**WANDEL CY LEÃO JUNIOR**

**HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PARA O DEFICIENTE VISUAL:  
O INSTITUTO DE CEGOS DO BRASIL CENTRAL DE UBERABA (1942-1959)**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Cultura e Processos Educativos

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti

**UBERABA-MG  
2015**

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

L476h Leão Junior, Wandelcy.  
História das instituições educacionais para o deficiente visual: o instituto de cegos do Brasil central de Uberaba (1942-1959)/ Wandelcy Leão Junior. – Uberaba, 2015.  
163 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2015.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

1. Educação - História. 2. Educação especial. 3. Deficientes visuais. 4. Escolas. I. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 370.9

**Wandelcy Leão Junior**

**HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PARA O DEFICIENTE VISUAL:  
O INSTITUTO DE CEGOS DO BRASIL CENTRAL DE UBERABA (1942-1959)**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 26/02/2015

BANCA EXAMINADORA

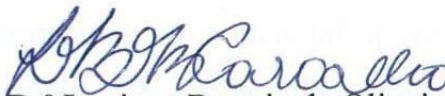


Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Giseli Cristina Vale  
Gatti(Orientadora)

UNIUBE - Universidade de Uberaba



Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima  
IFTM – Instituto Federal do Triângulo  
Mineiro



Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Luciana Beatriz de Oliveira Bar  
de Carvalho

UNIUBE - Universidade de Uberaba

À minha esposa Ione pela constante colaboração e incondicional apoio; às minhas filhas Alice e Yasmin, pela paciência e amor a mim dedicado; a meus pais pela vida e valores morais a mim ensinados; ao meu irmão Renato, pela sua presença constante em todos os projetos aos quais me dediquei.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Instituto de Cegos do Brasil Central na pessoa de seu Diretor-Presidente Mauro Humberto Elias e das funcionárias Elizabeth Veiga e Andréia Carvalho Henrique Justino; aos Conselheiros Carlos Antônio Silveira Borges e Eunice Vieira Abrão Borges que gentilmente disponibilizaram o acervo histórico do Instituto para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Superintendência Regional de Educação de Uberaba e à Escola Alceu Novaes, por disponibilizar o seu acervo para a realização desta pesquisa.

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti, pelo empenho e paciência sempre me ajudando a superar as minhas limitações com seus apontamentos e sugestões na construção deste trabalho.

À Capes pela bolsa de apoio financeiro que me proporcionou realizar este curso e a minha pesquisa com a devida dedicação.

A Uniube, especialmente ao Programa de Pós-Graduação e aos professores que colaboraram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

Trata-se de uma pesquisa no campo da História das Instituições de Educação. O objeto de investigação é o Instituto de Cegos do Brasil Central – ICBC, instituição assistencial e educacional para deficientes visuais, na qual teve em funcionamento uma escola primária em suas instalações na cidade de Uberaba, Minas Gerais. O recorte temporal do estudo é no período de 1942 (época da fundação do Instituto) até 1959 (época em que o Instituto foi declarado de utilidade pública municipal). Em meio a Segunda Guerra Mundial, dois jovens oriundos do Instituto São Rafael de Belo Horizonte/MG, chegaram a Uberaba com o propósito de criar uma entidade de assistência aos cegos, mas que além de alfabetizar, tivesse uma proposta pedagógica e de independência profissional. Em 1948, o Estado de Minas Gerais oficializa a Lei nº 250/1948, que garante o ensino primário aos cegos. A escola primária passa a ser um catalisador para a expansão da instituição, tanto que em seu estatuto era obrigatório o ensino primário para ter acesso a outras atividades como ensino profissional e artístico. Para entender o panorama da educação especial no Brasil e em Minas Gerais foi necessária a contextualização das iniciativas da sociedade civil e do poder público em busca da compreensão do momento em que houve a fundação do Instituto, bem como a sua trajetória na década de 1940 e 1950. Este trabalho foi desenvolvido com base nas principais referências teórico-metodológicas da pesquisa historiográfica sobre instituições escolares, a partir de Magalhães (2004), Nosella & Buffa (2009), que destacam as principais categorias de análises na pesquisa historiográfica permitindo assim traçar, sob o olhar científico, a trajetória do ICBC na linha de pesquisa de Cultura e Processos Educativos. A investigação foi desenvolvida a partir das seguintes categorias de análise: as motivações para a criação do Instituto; as características do prédio do ICBC, projeto arquitetônico, organização do espaço escolar para atendimentos dos alunos com deficiência visual; perfil docente; as características dos alunos: origem social e destino profissional; e as práticas educativas e seus processos de alfabetização. A metodologia utilizada contou com os estudos a partir do acervo histórico do Instituto, entre atas, cartas, boletins e muitos outros documentos, e ainda com o acervo da escola Alceu Novaes. Os resultados obtidos possibilitaram delinear o perfil de atuação da instituição e da escola anexa, seus objetivos, seus alunos e professores, traçando uma memória histórica significativa e investigando a questão central desta pesquisa: a história do surgimento da instituição na cidade de Uberaba; o seu papel socioeducativo e sua importância na inserção de deficientes visuais na escola regular especialmente no período de 1942-1959. Conclui-se que, por meio da construção dos saberes, é possível compreender o processo de escolarização do deficiente visual e o papel socioeducacional construído pelo Instituto de Cegos do Brasil Central. Dessa forma, entende-se que a história do ICBC é densa de informações e questões significativas para a história da educação especial no Brasil e que ela demanda um aprofundamento em novas pesquisas, contemplando novos períodos.

**Palavras-chave:** História da educação. Ensino especial. Deficiente visual. Instituições Escolares.

## ***ABSTRACT***

This is a research in the field of History of Education Institutions. The research object is the Blind Institute of Central Brazil - ICBC, healthcare and educational institution for the blind, which was running a primary school in its facilities in the city of Uberaba, Minas Gerais. The time frame of the study is the 1942 period (time of the Institute's foundation) to 1959 (the time when the Institute was declared of municipal public utility). In the midst of World War II, two young people from the San Rafael Institute of Belo Horizonte / MG, arrived in Uberaba in order to create a service organization for the blind, but that in addition to literacy, had a pedagogical and professional independence proposal. In 1948, the State of Minas Gerais official the Law No. 250/1948, ensuring primary education for the blind. The primary school is to be a catalyst for the expansion of the institution, so that in their status was compulsory primary education to have access to other activities such as professional and artistic education. To understand the landscape of special education in Brazil and in Minas Gerais was necessary contextualization of the initiatives of civil society and government in pursuit of understanding the time when there was the foundation of the Institute, as well as his career in the 1940s and 1950. This work was developed based on the main theoretical and methodological references of historical research on educational institutions, from Magellan (2004), Nosella & Buffa (2009), highlighting the main categories of analysis in historical research allowing trace, under the scientific view, the trajectory of ICBC in the line of Culture and Educational Processes research. The research was developed from the following categories of analysis: the motivations for the creation of the Institute; ICBC building features, architectural design, organization of school space for care of students with visual impairment; teacher profile; the characteristics of students: social background and professional use; and educational practices and their literacy processes. The methodology used included studies from the historical archives of the Institute, including minutes, letters, newsletters and many other documents, and with the school's collection Alceu Novaes. The results enabled us to define the profile of activity of the institution and the school attached, its objectives, its students and teachers, drawing a significant historical memory and investigating the central question of this research: the story of the emergence of the institution in the city of Uberaba; its social and educational role and importance in the insertion of the visually impaired in regular schools especially in the 1942-1959 period. In conclusion, through the construction of knowledge, it is possible to understand the educational process of the visually handicapped and the social and educational role built by Blind Institute of Central Brazil. Thus, it is understood that the history of ICBC is dense information and significant issues in the history of special education in Brazil and it demands a deepening in new research, contemplating further periods.

***Keywords:*** History of education. Special education. Visually impaired. School institutions.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALB	Associação de Cego Louis Braille
Apae	Associação de Pais e Amigos do Excepcional
Cademe	Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais
CEC	Council of Exceptional Children (Conselho de Crianças Excepcionais)
Cenesp	Centro Nacional de Educação Especial
Cesb	Campanha de Educação de do Surdo Brasileiro
Febem	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICBC	Instituto de Cegos do Brasil Central
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
Ines	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
INSM	Instituto Nacional dos Surdos Mudos
ISR	Instituto São Rafael
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PRN	Partido Republicano Nacional
Senai	Serviço Nacional da Indústria

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Estudantes e Professoras da Escola de Aperfeiçoamento – [19..].	53
Figura 02 – Helena Antipoff com seus alunos na Fazenda do Rosário – Ibité/MG – [19..].	56
Figura 03 – Carta corográfica da província de Goyaz – 1826.	60
Figura 04 – Inauguração da Luz Elétrica na Praça da Matriz em Uberaba em 31/12/1905.	63
Figura 05 – Grupo Escolar de Uberaba no dia da inauguração em 03/10/1909.	64
Figura 06 – Fundadores do ICBC: Cléver Novais e Antônio Simões Borges – [19..].	69
Figura 07 – Segunda Sede do ICBC à Rua Padre Zeferino, nº 141, 1945.	76
Figura 08 – Canteiro de obra de construção do ICBC, 1949.	79
Figura 09 – Fachada do Pavilhão principal em construção, 1949.	79
Figura 10 – Planta baixa do ICBC, 1949.	80
Figura 11 – Inauguração do Pavilhão central em 15 de novembro de 1949.	81
Figura 12 – Os seis pontos da Cella Braille.	86
Figura 13 – Alfabeto Braille.	87
Figura 14 – Refeitório na nova sede própria a Rua Márquez do Paraná – [19..].	91
Figura 15 – Alunas na sala de aula de trabalhos manuais	95
Figura 16 – Sala de aula do ensino primário do ICBC – [19..].	95
Figura 17 – Boletim de informações de estatísticas do ensino elementar, médio e superior.	96
Figura 18 – Conjunto musical dos alunos do ICBC – [19..].	98
Figura 19 – Máquina de datilografia Braille.	101
Figura 20 – Termo de posse de Norma Menegaz Resende de 01/11/1950.	102
Figura 21 – Grupo de Diretores e Professores da Instituição.	103
Figura 22 – Contrato da Secretaria de Educação de Minas Gerais com professora	105
Figura 23 – Acomodações das internas no pavilhão feminino em sua sede própria – [19..].	111
Figura 24 – Primeira turma de formandos do Instituto de Cegos do Brasil Central, 1951.	117
Figura 25 – Oficina com serras circulares e tupias no ensino técnico do ICBC – [19..].	121

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Leis e regulamentações da educação especial no Brasil no Período Imperial.....	24
Quadro 02 – Leis e regulamentações da educação especial da Primeira República. ....	28
Quadro 03 – Instituições de relevância nacional na área da educação para deficientes.....	29
Quadro 04 – Constituição da Segunda República e o Estado Novo.....	32
Quadro 05 – A inserção da pessoa com deficiência visual ao sistema educacional.....	38
Quadro 06 – Decretos sobre critérios para a matrícula nas escolas do deficiente em geral. ....	39
Quadro 07 – Decretos-Lei assinados pelo Ministro da Educação . ....	41
Quadro 08 – Pareceres e portarias que trata direta ou indiretamente do deficiência visual. ....	42
Quadro 09 – Legislação brasileira da educação especial entre 1951 e 1959.....	44
Quadro 10 – Decretos da Reforma Francisco Campos. ....	52
Quadro 11 – Instituições de ensino de Uberaba de nível primário e secundário.....	62
Quadro 12 – Função dos professores na classe e extraclasse nos anos 40 e 50 no ICBC. ....	100
Quadro 13 – Primeiro corpo docente contratado pelo Estado no ICBC.....	100
Quadro 14 – Professores nomeados na década de 1950 no ICBC.....	105
Quadro 15 – Primeiros alunos matriculados no ICBC. ....	107

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 – Tipos dos primeiros alunos matriculados no ICBC de 1942 a 1949.....	109
Gráfico 02 – Sexo dos primeiros alunos matriculados no ICBC de 1942 a 1949. ....	109
Gráfico 03 – Idade dos primeiros alunos matriculados no ICBC de 1942 a 1949. ....	110
Gráfico 04 – Origem dos alunos matriculados no período de 1942 a 1949. ....	112
Gráfico 05 – Alunos matriculados no ICBC de 1942 a 1959.....	113

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 01 – Trajeto aproximado da Estrada do Anhanguera em um mapa atual.....	58
Mapa 02 – Localização do ICBC na cidade de Uberaba/MG. ....	77

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 – PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: percurso histórico no período de 1822 a 1959 .....	18
1.1 Primeiras ações para a educação especial no período imperial. (1822-1889).....	18
1.2 Primeira República: o papel da educação especial no Brasil. (1889-1930).....	25
1.3 Segunda República e o Estado Novo: reflexos das reformas na Educação Especial no Brasil. (1930-1945) .....	29
1.4 A República Populista: a ampliação das leis na regulamentação da Educação Especial no Brasil. (1946-1959) .....	39
CAPÍTULO 2 – A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MINAS GERAIS: As primeiras instituições no período de 1926 a 1959 .....	48
2.1 Surgimento da Educação Especial na década de 1920: as primeiras instituições de atendimento em Minas Gerais .....	48
2.2 Uberaba e sua história, das origens à década de 1950: desvelando a realidade político, econômica e os reflexos na educação .....	56
2.3 Motivações para criação do Instituto de Cegos do Brasil Central – ICBC .....	67
2.4 Características do prédio do ICBC: projeto, e organização do espaço escolar para o atendimento de alunos com deficiência visual .....	74
CAPÍTULO 3 – O INSTITUTO DE CEGOS DO BRASIL CENTRAL – ICBC .....	84
3.1 O Instituto de Cegos do Brasil Central: sua gênese e evolução.....	84
3.2 Perfil docente: origem e formação educativa .....	93
3.3 Características dos alunos: origem social e destino profissional .....	105
3.4 Da Assistência às Práticas Educativas e Processos de Alfabetização .....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	125
REFERÊNCIAS .....	134
ANEXOS .....	148
APÊNDICES .....	162

## INTRODUÇÃO

Este estudo se insere na subárea da História da Educação e tem como proposta investigativa a contextualização histórica do Instituto de Cegos do Brasil Central – ICBC de Uberaba/MG, no período de 1942 a 1959, ano em que foi reconhecido como uma entidade beneficente e de assistência social e como órgão de utilidade pública. Fundado em 1942, além de trabalhar com o ensino especial, presta serviços gratuitos de habilitação e reabilitação para pessoas cegas e com baixa visão, em regime de internato, semi-internato e externato.

A criação do ICBC surgiu a partir do interesse compartilhado de dois jovens deficientes visuais que idealizavam uma instituição voltada para a educação e inserção social dos desprovidos de visão. Naquela época, vindos de Belo Horizonte com esse propósito, encontraram, em Uberaba, o espaço para a concretização dessa instituição. Segundo Magalhães,

O processo de instituição corresponde à conversão de uma instância organizacional em instituição de existência. A relação existencial dos atores e dos sujeitos torna-se educativa nesta dialética evolutiva e complexa do “estar” para o “ser”. O momento educativo é um momento instituinte. A educação é construção duradoura por referência e por integração, participação, responsabilização, reflexão. (MAGALHÃES, 2004, p. 38)

O despertar para o tema nesta dissertação se deu a partir da proximidade e estudos do pesquisador no emprego de Tecnologias Assistivas – TA com alunos que possuem algum tipo de deficiência visual, principalmente as Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs voltadas à educação do não vidente. Através desses estudos surgiram outros temas de interesse como conhecer a realidade histórica de uma instituição educacional dirigida à formação e ensino do indivíduo desprovido de visão, como também obter um maior conhecimento da história da educação para os deficientes no Brasil. Com interesse na inserção na pós-graduação, a procura pelo ICBC foi o caminho escolhido.

A aproximação do objeto de estudo possibilitou, ao pesquisador, saber que o ICBC traz em sua trajetória uma proposta de educação especial até os dias atuais desenvolvendo funções afins, tais como: o apoio educacional à rede regular de ensino, elaborando transcrição em Braille, adaptação e confecção de livros e materiais pedagógicos para deficientes visuais, informática adaptada, cursos de capacitação para profissionais na área da deficiência visual e Escrita Braille. Além disso, promove a educação formal e informal do deficiente visual através de oficinas Braille, recursos tecnológicos e metodologias inovadoras.

O ICBC tem como missão:

Melhorar a qualidade de vida do deficiente visual através do desenvolvimento de suas habilidades e talentos, da promoção de sua cidadania e do atendimento educacional, artístico, cultural e clínico especializado. (Missão – ICBC, 2014)

Por meio dessa aproximação do ICBC, sentiu-se a necessidade de um aprofundamento quanto alguns questionamentos relacionados à história da instituição, que se tornaram relevantes: Como surgiu essa instituição? Quando, para quê e quem ela se destina? Como ela se insere no contexto social, político e econômico da cidade de Uberaba e do Brasil? Como e por quem se efetiva sua prática educativa? Dessa forma, a pesquisa direcionou-se a alcançar respostas para essas indagações.

O resgate histórico permitiu a aproximação de uma história construída em um momento histórico-político e econômico-social marcado por crises e conflitos internos e externos para o Brasil. Situações essas que exigiram um grande esforço por parte do grupo envolvido no processo de criação do ICBC.

A instituição foi criada em 1942 denominando-se Associação de Cegos do Triângulo Mineiro. Alguns anos depois, por decisão da diretoria, transforma-se em Instituto dos Cegos do Brasil Central (1947), portanto não altera sua função social pública a que se propõe. Essa alteração nominal foi publicada no Jornal Lavoura e Comércio, veículo então de grande circulação na cidade de Uberaba.

Na busca pela compreensão da temática, os estudos realizados mostram a relevância da pesquisa historiográfica como reconstituição da memória das instituições escolares, pois norteia o entendimento da realidade que a escola tenha vivido em sua história e destaca os atores envolvidos no processo de desenvolvimento educativo que ocorre nas escolas.

Nesse contexto, Justino Magalhães afirma:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1999, p. 64)

Assim, destaca-se a importância de construir um estudo histórico das instituições voltadas à educação especial, principalmente no que diz respeito ao ICBC, como forma de colaborar com a memória educativa dessa modalidade de ensino na cidade de Uberaba e região. Contudo, o que se pretende com a realização desta pesquisa é analisar o processo

histórico-educacional do ICBC, em seu contexto geral, compreendendo assim o uso dos recursos, métodos e instrumentos utilizados no processo de ensino e aprendizagem desde o período de sua fundação até 1959. Nessa perspectiva, tornou-se necessário reconhecer essas categorias como fontes que compõem a memória e história da instituição. Desse modo, por meio da construção dos saberes é possível entender o processo de escolarização do deficiente visual e o papel socioeducacional construído pelo ICBC.

O olhar investigativo no caminhar da pesquisa foi no sentido de compreender as motivações do surgimento do ICBC, seu papel socioeducativo na formação técnica profissional, alfabetização e inserção do deficiente visual no contexto escolar na cidade de Uberaba e região, destacando os desafios enfrentados desde sua criação até o seu reconhecimento no ano de 1959. Espera-se, a partir dessa investigação, buscar uma possível interpretação sobre o papel do ICBC e enfatizar a sua importância no processo de inserção.

A coleta de dados permitiu o levantamento da origem e as transformações ocorridas na edificação e organização de espaço, estilo e reformas durante o período estudado, assim como identificar o perfil dos alunos, professores e gestores que fizeram parte da organização e analisar as formas de organização dos saberes a partir das práticas educacionais e de alfabetização, os métodos e instrumentos de ensino.

Este trabalho foi desenvolvido com base nas principais referências teórico-metodológicas da pesquisa historiográfica sobre instituições escolares, a partir de Magalhães (2004), Nosella & Buffa (2009), que destacam as principais categorias de análises na pesquisa historiográfica permitindo assim traçar, sob o olhar científico, a trajetória do ICBC.

As bases de análise se instalaram a partir destas categorias apontadas: criação e implantação da escola; a evolução da escola – processo evolutivo; a vida na escola; os alunos e professores e suas trajetórias; práticas educativas e normas disciplinares.

Na perspectiva do materialismo histórico dialético, a pesquisa trilhou no intuito de relacionar o particular, o singular (dados empírico) com a totalidade social, analisou as contradições presentes na realidade social para compreender as condições de existência da instituição estudada e as relações de dependência presente entre a sociedade e sua própria criação.

A pesquisa bibliográfica consistiu prioritariamente nos estudos relacionados à educação especial de Jannuzzi (2012), Mazzota (2011), Romanelli (1998) e Saviani (2004), a fim de assimilar o processo evolutivo da educação especial no Brasil, voltado para o deficiente visual. Vale ressaltar que, de forma concomitante, as fontes escritas e iconográficas foram fundamentais como recursos investigativos.



As fontes escritas envolvem os documentos dos usuários, alunos, professores, funcionários, livros de registro, atividades educativas, projetos sociais, livros de atas, arquivo público, correspondências internas e externas, normas e regulamentos, estatutos, legislações educacionais etc.; e outras fontes escritas como jornais da época da região.

As fontes iconográficas, como objeto de análise, foram utilizadas no sentido de trazer as imagens como objeto de investigação à medida que elas transpõem uma realidade do passado para o imaginário no presente.

A aproximação deste pesquisador ao instituto se deu através de visitas recorrentes na procura em estabelecer diálogos com os atuais funcionários e dirigentes da instituição educacional, com intuito de despertá-los para a importância do estudo científico. O acolhimento se deu de forma cooperativa de ambas as partes.

Os procedimentos metodológicos primeiramente se pautaram em conhecer o acervo da documentação existente no ICBC, as instalações da instituição e a forma de acesso aos dados (arquivos) para a pesquisa. A localização dos arquivos exigiu esforço do pesquisador já que relatos de funcionários da instituição deram conta que vários arquivos haviam sido levados para outras escolas estaduais localizadas no município de Uberaba, devido algumas mudanças ocorridas no percurso do instituto. Com o fechamento da escola estadual anexa no ano de 2006, os documentos foram transferidos para a escola Estadual Irmão Afonso, na qual ficaram até o ano de 2007, quando houve um vazamento de chuva e alguns foram molhados. Depois foram levados para a Escola Estadual Alceu Novaes, onde se encontram atualmente. A coleta de dados foi realizada nos arquivos do ICBC e na Escola Estadual Alceu Novaes.

Essa realidade encontrada remete à afirmativa de Buffa e Nosella, ao analisarem a situação dos arquivos escolares: “Todos sabem em que condições se encontram os documentos antigos da maioria das escolas: depositados em uma saleta que não apresenta condições de uso, às vezes em um banheiro quebrado, disputando espaço com poeira, ácaros, material inútil remanescente” (BUFFA; NOSELLA, 2009, p. 23).

A organização do material da escola é fundamental na preservação da memória, facilitando na realização da coleta de dados de pesquisa. Os dados coletados, livros de atas, correspondências emitidas e recebidas, livros de registros, documentos de professores e alunos, fotos, jornais da época, livros de contabilidade e bilhetes internos foram digitalizadas através de *scanner* totalizando aproximadamente 800 documentos. Foram necessárias muitas leituras e releituras deles, um esforço no sentido de captar a essência dessas fontes primárias, a partir das quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados. Dessa forma, cada dado colhido foi encaminhado para análise minuciosa no intuito de permitir um

tratamento científico, procurando correlacionar os fatos no sentido micro e macro do que envolve a instituição educacional.

A reflexão em torno das análises dos estudos realizados será estruturada em três capítulos. No primeiro, foi construído um estudo teórico do panorama da educação especial no Brasil, traçando um percurso histórico no período de 1822 a 1959. O marco desse recorte foi a educação especial no Período Imperial (1822-1889). Depois se passou pelo papel da educação especial no Brasil na Primeira República (1889-1930). Destacam-se, ainda neste capítulo, as reformas produzidas no campo educacional na Segunda República e Estado Novo, momento quando esta pesquisa elaborou uma análise dos reflexos das reformas na educação especial no Brasil de 1930 a 1945. Por fim, foi feita uma reflexão acerca da ampliação das leis na regulamentação da educação especial no Brasil durante a República Populista (1946-1964).

No segundo capítulo, apresenta-se o desenvolvimento e o pioneirismo de algumas instituições de ensino especial em Minas Gerais, desde o período da chamada “República Velha”, de 1926 até o ano de 1959, data limite do recorte temporal desta pesquisa. Nesse contexto será apresentada a história de Uberaba, suas origens no século XIX, a economia, educação e a sociedade local. A fim de aproximar do objeto desta pesquisa – o ICBC, foi realizada, a partir dos dados da pesquisa, uma análise das motivações para a criação desse importante estabelecimento de educação especial que ainda hoje presta serviços à sociedade uberabense e da região.

O terceiro capítulo foi destinado à construção histórica do ICBC desde sua criação, as motivações e desafios que passou. Foram levantadas as categorias de análise com base nos objetivos propostos inicialmente e o material colhido. Dessa forma, as análises se voltaram para o perfil docente: origem e formação educativa; as características dos alunos envolvendo a origem social e o destino profissional; e o processo das ações historicamente inscritas, da assistência às práticas educativas e processos de alfabetização.

Portanto, são colocadas as considerações ao final desta dissertação com a certeza de que a temática em estudo não se resume nem se encerra neste trabalho, mas provoca um despertar para abordagens mais intensas na busca pela compreensão das singularidades de uma instituição escolar, pois ainda ficam indagações que serão a mola propulsora para o aprofundamento do tema aqui proposto.

## CAPÍTULO 1

### **PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: percurso histórico no período de 1822 a 1959**

#### **1.1 Primeiras ações para a educação especial no Período Imperial (1822-1889)**

Para se entender a origem da educação especial no Brasil é preciso retroceder ao século XIX, quando as crianças com deficiências eram abandonadas nas portas de conventos e Igrejas e acabavam sendo cuidadas por religiosos.

A implantação da “roda dos expostos” nas Santas Casas de Misericórdias do Brasil, em Salvador, a do Rio de Janeiro e Recife, efetivou a institucionalização dos cuidados por religiosos não somente as crianças abandonadas e órfãs como também aquelas com algum tipo de deficiência ou adoecidas. Nesse espaço eram protegidas, alimentadas, recebiam educação e os cuidados necessários até certa idade. Depois outros destinos eram dados a elas dependendo da idade e do sexo.

A roda dos expostos foi implantada por D. Manuel, Rei de Portugal, e trazida para o Brasil com a finalidade de prestar assistência aos recém-nascidos, consistindo-se em um dispositivo cilíndrico giratório com uma grande cavidade lateral para recolher os enjeitados. O Brasil foi o último país das Américas e Europa a abolir a roda. Havia o receio de que sem ela o número de abortos e de infanticídios pudesse aumentar. A roda funcionava de forma que a criança era depositada sem que ninguém fosse identificado mantendo o anonimato dos filhos indesejados e assim era preservada a honra das famílias (ARANTES, 2010, p. 6).

Pode-se dizer que tal prática é consequência da pregação do cristianismo, com a doutrina da caridade e o amor pelos indivíduos, segundo a qual os abandonados e nascidos com deficiência deveriam manter-se vivos e abrigados em hospitais de caridade, assim como também os indigentes. Esse dado é significativo, haja vista que antes da abertura da roda dos expostos, as crianças com deficiência no Brasil eram “abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou matavam” (JANNUZZI, 2012, p. 8).

A trajetória da existência humana no que se refere aos indivíduos com deficiência sofre com as ações e reflexos existentes na sociedade sendo ao mesmo tempo produto dessas sociedades. A fim de esclarecer quem são essas “crianças deficientes”, a definição aceita internacionalmente pela *Council of Exceptional Children* – CEC é, segundo Fonseca,

[...] a criança que se desvia da média ou da criança normal em: características mentais; aptidões sensoriais; características neuromusculares e corporais; comportamento emocional; aptidões de comunicação; múltiplas deficiências, até ao ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades. (1995, p. 25)

Na história da humanidade, o deficiente<sup>1</sup> carregava a imagem de deformação do corpo e da mente, trazia o estigma da imperfeição humana. Para muitos, o indivíduo com deficiência era visto como uma pessoa que castigada por de Deus. Por isso, eram seres diabólicos que deveriam ser castigados a fim de se purificarem (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011).

Mazzota (2011, p. 16), ao traduzir a ideia da condição humana, de acordo com a religião, compara o homem à “imagem e semelhança de Deus”, ou seja, à perfeição física e mental. Subentende-se então que os indivíduos fora desse padrão não seriam “parecidos com Deus”, ou seja, não sendo perfeitos na sua condição física e mental não seriam considerados filhos de Deus. Desse modo, os portadores de deficiência eram colocados à margem da sociedade, tornando-se culpados pela sua própria deficiência. Mediante essa realidade foi criado um consenso social negativo e difundida a ideia de que a condição de “diferente” ou “incapacitado” (grifos nossos) é uma condição permanente e irreversível, permitindo a total omissão em relação ao atendimento às necessidades desses indivíduos.

Somente a partir de meados do século XIX, através de ações isoladas de indivíduos e grupos, são garantidos alguns direitos ao serem implantadas algumas ações. Essa atitude dependeu de um conjunto de fatores como as mudanças de valores e “a evolução das atitudes sociais e sua materialização” (MAZOTTA, 2011, p. 17). Nesse caso, dependia de uma alteração no “clima social” com condições favoráveis para a própria sociedade, através de meios materiais e políticos que pudessem abrir espaços e influenciar as pessoas de toda a sociedade da época para propor novas iniciativas ao atendimento dos portadores de necessidades especiais. Segundo o autor,

Buscando na história da educação informações significativas sobre o atendimento educacional dos portadores de deficiência, pode-se constatar que, até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica

---

<sup>1</sup> Considera-se Pessoa Portadora de Deficiência – PPD aquela que apresente, em caráter permanente, perdas ou reduções de sua estrutura, ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, que gerem incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=396>>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. (MAZZOTTA, 2011, p. 16)

A Igreja Católica era quem definia uma série de posturas sociais e passava então a tecer novos valores sobre a deficiência. Iniciam-se novas ações para proteção do ser que era considerado diferente, porém merecedor, no ponto de vista dos religiosos, de sua atenção, o que resultou em novas iniciativas para criação de mais instituições para cuidados das crianças com deficiências. Segundo Lanna Júnior,

No século XIX tiveram início às primeiras ações para atender as pessoas com deficiência, quando o Brasil dava seus primeiros passos após a independência, forjava sua condição de Nação e esboçava as linhas de sua identidade cultural. O contexto do Império (1822-1889), marcado pela sociedade aristocrática, elitista, rural, escravocrata e com limitada participação política, era pouco propício à assimilação das diferenças, principalmente as das pessoas com deficiência. O Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841, determinou a fundação do primeiro hospital “destinado privativamente para o tratamento de alienados”, o Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia, instalado no Rio de Janeiro. O estabelecimento começou a funcionar efetivamente em 9 de dezembro de 1852. (2010, p. 22)

Esse processo de tentativa de institucionalização da educação para crianças com deficiências surgiu de modo discreto em meio às possibilidades da implantação das ideias liberais divulgadas no Brasil no final do século XVIII e começo do século XIX. Ideias que não aceitavam a escravidão como mão de obra viável, a luta pela abolição de algumas colônias, os poderes dogmáticos e autocráticos, defendiam a liberdade nas ações e o direito à propriedade privada e negavam a interferência do Estado na economia. Esse liberalismo era pautado nos interesses da elite desde que eles não ficassem prejudicados. Exemplo dessas ideias que já estavam presente em outras épocas da história brasileira são alguns movimentos, como aponta Jannuzzi:

[...] a inconfidência mineira (1789), a conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), que reuniram numa mesma luta uma série de profissionais: médicos, advogados, professores, junto com alfaiates, soldados e etc. e foram acentuadas sobretudo a partir da independência. (2012, p. 6)

Nesse contexto do ideário liberal, algumas aspirações no campo da educação foram concretizadas, tal como a discussão na Assembleia Constituinte de 1824 sobre a educação primária para o povo, que foi logo esquecida em uma realidade em que eram escolarizados

apenas 2% da população. Outra proposta na educação foi a Lei de 15 de outubro de 1827 que propunha a escola de primeiras letras<sup>2</sup>, que por problemas de gestão, metodologia de ensino e ainda a falta de capacitação de professores também não foi adiante. Além do fracasso da educação fundamental, também pouco foi realizado para as crianças deficientes, não foram criadas novas instituições de ensino e a produção escrita sobre a educação inexistiu (JANNUZZI, 2012).

Segundo Mazzota (2011), o atendimento escolar especial a pessoas com necessidades especiais iniciou-se no Brasil nos anos de 1850, especificamente em 12 de setembro de 1854, quando D. Pedro II fundou, através do decreto Imperial nº 1.428 (BRASIL, 1854), na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

O brasileiro José Álvares de Azevedo<sup>3</sup>, que estudara no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, foi em grande parte responsável pela fundação do Imperial Instituto. Pelo exemplar trabalho feito na educação de Adélia Sigaud, filha de José Francisco Xavier Sigaud<sup>4</sup>, médico da família imperial, despertou a atenção e o interesse do Ministro do Império e Conselheiro Couto Ferraz. Por meio da influência do conselheiro, Dom Pedro II criou o Instituto, que foi inaugurado em 17 de setembro de 1854 sendo nomeado o doutor Xavier Sigaud para dirigi-lo.

Através do Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, instala-se o Instituto no Rio de Janeiro. No capítulo I desse decreto é definida sua finalidade, ficando da seguinte forma: “*Do fim do Instituto, e de sua organização.* Art. 1º O Imperial Instituto de meninos cegos tem por fim ministrar-lhes: A instrução primaria; A educação moral e religiosa; o ensino de música, e de alguns ramos de instrução secundaria, e o de officios fabris” (BRASIL, 1854).

De acordo com Azevedo (1877, p. 99), sua instalação foi na “chácara nº. 3 do Morro da Saúde, próximo à praia do Lazareto”, no Rio de Janeiro. No entanto, a inauguração não

---

<sup>2</sup> A escola de primeiras letras foi proposta pela Lei de 15 de outubro de 1827 e previa alguns saberes, dentre eles: o ensino de leitura, escrita, contas, noções gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, o princípio da moral e da doutrina da religião católica (NOGUEIRA; FUMES, 2007, p.5).

<sup>3</sup> José Álvares de Azevedo nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 08/04/1834. Patrono da Educação dos Cegos no Brasil, tem projeção especial por ter sido um pioneiro, missionário e idealista da Educação dos Cegos no Brasil. De uma família abastada, era filho de Manuel Álvares de Azevedo, e tendo nascido cego teve especial dedicação por parte dos seus pais, e desde cedo, mostrou-se de grande vivacidade e inteligência precoce. Cf. SO BIOGRAFIAS (Campina Grande/PB). *José Álvares de Azevedo*. Elaborada pelo professor Carlos Fernandes. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoseAAze.html>>. Acesso em: 12 set. 2014.

<sup>4</sup> Doutor José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856), formado pela Faculdade de Medicina de Estrasburgo, na França, em 1818, aportou no Brasil em 1825, foi presidente da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, publicou, em 1844, o livro *Du climat et des maladies du Brésil statistique médicale de cet empire*, Paris, chez Fertin (HOLANDA, 1976, p. 488).

contou com a presença de José Álvares de Azevedo, que morreu prematuramente com dezanove anos, vítima de tuberculose, seis meses antes.

A finalidade do instituto foi notícia na imprensa do Rio de Janeiro através de um jornal da cidade:

Teve hontem lugar a inauguração do Instituto dos Menino Cegos do Brazil, à qual dignárão-se assistir Sua Majestade o Imperador e sua Majestade a Imperatriz. O Sr. Conselheiro Pedreira, como Ministro do Império em uma breve alocução, alusiva ao objeto, pedio as ordens de S.M. o Imperador para a abertura do estabelecimento, e tendo-as obtido, declarou inaugurado o Instituto. Seguiu-se um interessante discurso do Sr. Dr. Sigaud, diretor do Instituto e um hino a SS.MM, cantado pelos meninos cegos. SS.MM. percorrêrrão depois as salas de estudo, refeitório, dormitório e mais dependências do edificio e retirarão-se parecendo satisfeitos. Assistirão a este acto os ministros, alguns conselheiros de estado, senadores, deputados e muitas senhoras de distincção. A scena da inauguração foi tocante e comoveu a muitos corações. Tocárão as bandas de musica do batalhão de fuzileiros, que fez a guarda de honra e a dos menores. Foram nomeados: Comissão do Governo para a Inspeção do Instituto, o Sr. Conselheiro de Estado Visconde de Abrantes, Director, o Sr. José Francisco Sigaud. Capellão, o Sr. Conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Professor de Primeiras Letras o Sr. Pedro Jose de Almeida, Professor de Música Vocal e Instrumental, o Sr. J.J. Lodi e Repetidor, o Sr. Carlos Henrique Soares, cego de nascença. O edificio é o da antiga residência do primeiro Barão do Rio Bonito, no morro da Saúde, vasto, espaçoso e arejado, com boa chácara, para recreio dos meninos, e está adornado com gosto e simplicidade. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1854)

No discurso registrado, o Dr. Sigaud deixa claro as finalidade da instituição e a proposta educativa a que se dispõe:

O instituto tem por fim educar meninos cegos e prepará-los, segundo sua capacidade individual, para exercício de uma arte, de um officio, de uma profissão liberal. É, pois, uma casa de educação e não um asilo, e muito menos um hospício; uma tríplice especialidade, música, trabalho, ciência, eis o que constitui sua organização especial. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1854)

A criação dos institutos e outras instituições daquele tempo desperta, em autores da área da educação - entre eles, Jannuzzi e Mazzota, algumas reflexões críticas ao considerarem esses atos como inusitados perante o contexto econômico e político da época. Para eles, após longo tempo de abandono da questão da educação no país, as construções consideradas faraônicas aparecem na forma de assistencialismo e mediocridade. Diante disso, Teixeira afirma:

Nada me parece mais significativo desse longo período de omissão e estagnação, com medidas medíocres e lampejos de paternalismo, do que a criação do colégio Pedro II e dos institutos de cegos e surdos-mudos, como

as principais instituições educativas da capital do país em 60 anos de reinado. (TEIXEIRA, 1968, p. 71)

**Quadro 1 - Leis e regulamentações da educação especial no Brasil no Período Imperial.**

<b>Legislação</b>	<b>Sobre o que trata</b>
Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824.	Art. 179 – XXXII - A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos [...] (cita os locais de ensino e seus elementos).
Decreto Imperial nº. 1.428, de 12 de setembro de 1854	Fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (Rio de Janeiro).
Lei nº. 839, de 26 de setembro de 1857.	Fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos.
Decreto nº 9, de 21 de novembro de 1889.	O Imperial Instituto dos Meninos Cegos passa a se chamar Instituto dos Meninos Cegos.

Fonte: (BRASIL, 1824, 1854, 1857, 1889).

Apesar de poucas as ações desenvolvidas no campo da educação especial no período, elas foram regulamentadas por leis e decretos. A Constituição de 1824 já definia a *instrução primária gratuita* para todos definindo os locais e forma do ensino.

Em 1857, através da Lei nº 839 (BRASIL, 1857), foi fundado também o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos regulamentando a educação específica na área. Mazzota afirma:

A criação desta escola ocorreu graças aos esforços de *Ernesto Huet* e seu irmão. Cidadão francês, professor e diretor do Instituto de Bourges, Ernesto Huet chegou ao Rio de Janeiro no final do ano de 1855. Com suas credenciais foi apresentado ao marquês de Abrantes, que levou ao Imperador D. Pedro II. Acolhendo com simpatia os planos que Huet tinha para a fundação de uma escola de “surdos-mudos” no Brasil, o Imperador ordenou que lhe fosse facilitada a importante tarefa. Começando a lecionar para dois alunos no então colégio Vassimon, Huet conseguiu, em outubro de 1856, ocupar todo o prédio da escola, dando origem ao Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Em 1957, ou seja cem anos após a sua fundação, pela Lei n. 3.198, (BRASIL, 1957b) de 6 de julho, passaria a denominar-se *Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)*. (MAZZOTTA, 2011, p. 29, grifo nosso)

Ao se tratar da educação dos cegos, os dados mostram a existência de poucas iniciativas no campo da educação especial. Consta-se que o Brasil tinha, no ano de 1872, uma população de 15.848 cegos e somente 35 cegos eram atendidos no Instituto (MAZZOTTA, 2011, p. 30). Isso significa um acesso restrito e levou os estudiosos e políticos da época à abertura da discussão acerca da educação dos portadores de deficiência no 1º Congresso de Instrução Pública<sup>5</sup>, em 1883.

<sup>5</sup> O Congresso de Instrução do Brasil – que segue o modelo dos Congressos Pedagógicos que estavam ocorrendo mundialmente, vinculados às Exposições Internacionais, frequentes na segunda metade do século XIX – não chegou a realizar-se, apesar dos pareceres enviados pelos conselheiros e das diversas reuniões preparatórias ocorridas de janeiro a maio de 1883 (SCHELBAUER, 2000, p.151).



Desejando o governo, para mais esclarecer-se sobre as medidas que pretende propôr á Assembléa Geral Legislativa, consultar as luzes e experiência de pessoas habilitadas, submetendo ao seu estudo coletivo os principais assuntos concernentes ao ensino publico, por ato de 19 de dezembro de 1882, convocou um Congresso de Instrução, que deverá reunir-se nesta Côrte em 1º. de junho. O plano Congresso e o programa das questões sujeitas ao seu exame e discussão foram organizados pelo conselheiro Leôncio de Carvalho . Nessa assembléa cujos intuitos folgo de ver associados muitos dos homens mais eminentes do paiz, terão assento, além dos delegados das diversas associações e estabelecimentos particulares de ensino, representantes do magistério primário e secundário, publico e particular, do Município da Côrte; o Inspetor geral da instrução, os reitores e professores catedráticos do Colégio Pedro 2º., e os diretores e lentes da Faculdade de medicina, das Escolas politécnica, militar e de marinha. As Faculdades de direito de S. Paulo e Recife e a de medicina da Bahia serão representadas por delegados eleitos pelas respectivas congregações, e a escola de minas de ouro preto pelo seu diretor. O magistério público primário e secundário das províncias terá como representantes os diretores ou inspetores da instrução publica, e , no impedimento destes funcionários, os delegados que elegerem os professores das capitais. Divide-se o congresso em duas secções, das quais a primeira deverá aplicar-se ao estudo das questões concernentes ao ensino primário, secundário, e profissional; e a segunda ao exame das que se referem ao ensino superior. A direção dos trabalhos do Congresso, cuja presidência honorária compete ao ministro do Império, foi incumbida a uma mesa composta de sua Alteza Real o Sr. Conde d'Eu, como presidente, dos Conselheiros Visconde Bom Retiro e Manoel Francisco Corrêa, na qualidade de vice-presidentes, e dos conselheiros Carlos Leôncio e Américo Franklin de Meneses Doria, na de secretários. Os altos dotes intellectuais do sereníssimo príncipe que se dignou aceitar a presidência, a solicitude e reconhecida competência dos Cidadãos que com igual patriotismo se prestaram a desempenhar os outros cargos da mesa, são segura confiança de que os trabalhos do congresso terão a mais esclarecida e acertada direção. Devidamente autorizada por este ministério a mesa, logo que se constituiu organizou o regimento que tem de ser observado nas sessões, trabalho que foi aprovado pelo governo. Por proposta da mesa que ponderou não se achar suficientemente representado no congresso o professorado das províncias, o governo autorisou os presidentes destas a convidarem, para tomar parte nos trabalhos, até o numero de três professores públicos dentre os que se hajam mais distinguido no magistério. (MOACYR, 1937, p. 536-538)

O congresso estava programado para ter início em 1º de junho de 1883, através da iniciativa do ministro do Império Leão Veloso e apoiado pelo D. Pedro II. A responsabilidade pela organização ficou a cargo do conselheiro Leôncio de Carvalho. O congresso tratava de várias questões que deveriam ser examinadas e discutidas, sendo uma delas citada no documento como a 25ª questão, a educação dos cegos, e 26ª, a educação dos surdos-mudos e outras muitas questões relevantes à educação primária e secundária nas províncias.

A substituição do ministro Leão Veloso (1882-1883) pelo recém-empossado ministro Maciel (1883-1884), levou a não realização do congresso. O novo ministro considerou

inoportuna a realização do evento em face das despesas extraordinárias que acarretaria visto não ser suficiente a verba votada por seu antecessor.

Segundo Schelbauer (2000), apesar de não realizado, o congresso apontou várias questões dedicadas ao problema educacional brasileiro em documento. Entre os temas ficou marcado para a história da Educação o destaque da sugestão de currículo e formação de professores para cegos e surdos.

Dentre essas, outras iniciativas eram disseminadas por todo país. Há registros de ações voltadas para o atendimento pedagógico aos deficientes como o Hospital Juliano Moreira de Salvador (Bahia/1874), que inicialmente foi chamado de Asilo São João de Deus/Hospital Estadual de Salvador, no qual foi iniciada a assistência aos deficientes mentais.

Dessa forma, ao longo do período imperial, foram delineadas algumas iniciativas para as diretrizes da Educação Especial no Brasil, como a criação de institutos e alteração de suas finalidades. O que se percebe é que durante os 67 anos do Período Imperial, a Constituição não foi revista demonstrando que as mudanças de cunho político, econômico e educacional não ocorreram de forma significativa.

## **1.2 Primeira República: o papel da Educação Especial no Brasil (1889-1930)**

No início da Primeira República, em 17 de maio de 1890, o Marechal Deodoro da Fonseca e o ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos Benjamin Constant Botelho de Magalhães, assinaram o Decreto nº 408, alterando o nome do instituto dos Meninos Cegos para Instituto Nacional dos Cegos e aprovando seu regulamento.

Em 24 de janeiro de 1891, a escola passa por outra mudança em que designa chamar-se Instituto Benjamin Constant – IBC, pelo Decreto nº 1.320, Art. nº 2 (BRASIL, 1891b), em homenagem ao seu ilustre ex-professor e ex-diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Engenheiro e professor, responsável pela articulação da república, lecionou na escola militar, normal e superior de Guerra e foi ministro da Instrução Pública no governo provisório. Sendo ele também responsável pela reforma curricular do ensino primário e secundário do Distrito Federal, antigo município da corte. Propôs ainda a construção de prédios adequados ao ensino e Escolas Normais para a formação dos deficientes.

Nesse período, outro grande feito de Benjamin Constant foi à consolidação do Instituto como escola, sendo prestigiado em âmbito nacional por ser o primeiro educandário para cegos na América Latina.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines sempre se caracterizou por ser uma instituição educacional voltada para a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos surdos e mudos, com idade entre 7 e 14 anos. Tanto no IBC quanto no Ines logo foram instaladas oficinas para aprendizagem de vários ofícios: oficinas de tipografia e encadernação para os meninos cegos e de tricô para as meninas, oficinas de sapataria e encadernação, pautação e douração para os meninos surdos.

No final do século XIX há um aumento do interesse da sociedade para a educação dos portadores de deficiência. A questão da doença mental começa a ganhar destaque, pois para o momento político da época de divergência de ideias por melhores condições de vida era preciso ajustar o portador de deficiência na sociedade. Apesar disso, o aumento de instituições criadas não foi significativo. Apenas há uma preocupação com a função social dos deficientes e também com o que mostravam os dados na área da educação ao observar o fracasso na escolarização.

Segundo Jannuzzi,

[...] é um modo de organização social assim estruturado que pode ser compreendida a amplitude do conceito de anormalidade, abrangendo todos que ameacem a segurança da camada social estabelecida; a função social da educação do retardado é estar a serviço de um trabalho visando à produção de mercadorias rentáveis a essa mesma camada social. O pequeno aumento de instituições para o deficiente mental pode ser entendido dentro dessa mentalidade em que escola popular não foi considerada instrumental necessário por nenhuma camada social, apesar do aumento da urbanização. (JANNUZZI, 2012, p. 54)

A partir dessa realidade, constatou-se um olhar para a produção acadêmica na área da deficiência com trabalhos científicos e técnicos publicados. Em 1900, no 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro, o Dr. Carlos Eiras apresentou a monografia intitulada “*Da educação e tratamento médico-pedagógico dos idiotas*”. Neste estudo, o autor demonstra a percepção da importância da educação como um desafio para que essas crianças, vítimas da doença mental, participassem mais da vida do grupo social. De acordo com Mazzotta (2011), o pesquisador abordou a questão do deficiente mental profundo e trazia uma preocupação pedagógica concomitante à ação médica.

Já em 1915 foram publicados outros três trabalhos importantes sobre a educação dos deficientes mentais: *Educação da infância anormal da inteligência no Brasil*, de autoria do professor Clementino Quaglio em São Paulo, o qual elaborou um estudo voltado para as medidas de inteligência. No Rio de Janeiro, Basílio Magalhães escreveu o *Tratamento e educação das crianças anormais da inteligência* e *A educação das crianças mentalmente*

*atrasadas na América Latina*, trabalhos que traziam a preocupação com métodos e técnicas (JANNUZZI, 2012, p. 37).

**Quadro 2 – Leis e regulamentações da educação especial no período da Primeira República.**

<b>Legislação</b>	<b>Sobre o que trata</b>
Decreto nº. 193, de 30 de janeiro de 1890.	O Instituto dos Meninos Cegos passa a se chamar Instituto Nacional dos Cegos.
Decreto nº. 408, de 17 de maio de 1890.	Mudança do nome do Imperial Instituto dos Meninos Cegos para Instituto Nacional dos Cegos e aprovação de seu regulamento.
Decreto nº. 1.320, de 24 de janeiro de 1891.	Mudança do nome Instituto Nacional dos Cegos para Instituto Benjamin Constant (IBC).
Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 fevereiro de 1891	A Educação é tratada nos artigos 34, 35, 72, de uma forma não muito clara e no Art. 83 ratifica o que foi afirmado na Constituição anterior.

**Fonte: (BRASIL, 1890; 1890b; 1891b; 1891a).**

Quanto à regulamentação das leis, o período não avança muito, apenas altera a nomenclatura do Instituto Imperial para Instituto Nacional sendo aprovado o seu regulamento. Logo no primeiro ano da República, há novamente a alteração do nome do Instituto para Instituto Benjamin Constant. É promulgada a Constituição da República, na qual a educação é superficialmente tratada, sendo alguns itens mantidos.

A construção da escola inclusiva no Brasil foi marcada por algumas ações em relação à questão de “como ensinar”, por meio de personalidades como Norberto Souza Pinto que, no ano de 1920, escreveu o livro *Infância retardatária*. Para esse autor, o período escolar é o local das manifestações das anomalias. Para ele, aqueles que não se adaptassem ao formato da escola de alguma forma eram considerados os retardatários. Entendia-se que eles eram os defeituosos, os degenerados, cegos, surdos-mudos e principalmente os deficientes intelectualmente. Nos cegos e surdos, ele ainda via algum grau de inteligência em suas observações.

Mediante esse entendimento, Pinto defendia a forma de classificação em grupo para o ensino do deficiente mental. Em seus estudos, responsabilizava os professores e a escola na detecção e enquadramento dos tipos de anormalidade. Segundo Jannuzzi (2012), o estudioso demonstrava muita influência da Escola Nova ao pensar na educação como elemento capaz de construir uma sociedade democrática visando uma educação que servisse de base aos seus projetos políticos e pedagógicos. Os valores da sociedade, naquele momento, foram reproduzidos por Pinto, ao afirmar que quem não se adaptava ao meio social poderia ser

considerado anormal. Ele criou a escola para retardatários intitulada Escola Primária de Adaptação<sup>6</sup> que se localizada em Campinas/SP.

De forma sutil, a educação para os deficientes se insere em meio às propostas da educação regular; e nesse período surgem outras instituições especializadas em Educação Especial. Uma de notável relevância para a educação dos cegos é o Instituto São Rafael que, em 1925, é fundado em Belo Horizonte/MG sendo que até então só existia o Instituto Benjamin Constant com essa finalidade.

**Quadro 3 – Instituições de relevância nacional na área da educação para deficientes na Primeira República.**

Ano	Cidade	Nome	Instituição	Tipo
1905	Rio de Janeiro/RJ	Escola Rodrigues Alves	Escola Estadual Regular	Deficientes físicos e visuais
1909	Joinville/SC	Colégio dos Santos Anjos	Ensino Regular	Deficientes mentais
1913	São Paulo/SP	Instituto Estadual Educacional Padre Anchieta	Escola Estadual Regular	Deficientes auditivos
1917	Campinas/SP	Escola Primária de Adaptação	Escola Residencial	Deficientes intelectuais
1925	Belo Horizonte/MG	Instituto São Rafael	Escola Estadual	Deficientes visuais
1926	Canoas/RS	Instituto Pestalozzi	Particular	Deficientes mentais
1927	Porto Alegre/RS	Grupo Escolar Paula Soares	Estadual Regular	Deficientes mentais
1928	São Paulo/SP	Instituto Padre Chico	Escola Residencial	Deficientes visuais
1929	Campinas/SP	Instituto Santa Terezinha	Particular	Deficiente auditivo

Fonte: Mazzotta (2011, p. 32-33)

Outras iniciativas brasileiras aconteceram em vários Estados e registram um número ainda pequeno em várias áreas de deficiência, conforme mostra o Quadro 3. Nele, as instituições estão localizadas nas regiões Sudeste e Sul, distribuía-se entre particulares e estatais, e a maioria delas eram voltadas para a deficiência mental. Outro dado importante é que durante os últimos 30 anos da Primeira República, o número de instituições criadas é bem reduzido, conforme demonstra o Quadro 3. Um destaque fica para o Instituto Santa Terezinha de Campinas/SP, ainda em funcionamento, que ao longo dos anos se especializou em Educação Especial em atendimento aos alunos deficientes auditivos com educação do 1º grau.

<sup>6</sup> Em 1917, o Prof. Norberto de Souza Pinto fundou, através de iniciativa própria, a primeira escola para crianças deficientes intelectuais do Brasil. Com o nome “Escola Primária de Adaptação”, a Instituição funcionava em sua residência e atendia aos alunos da antiga Escola do Frontão, hoje bairro Cambuí em Campinas. Desde então, o pioneiro Prof. Norberto dedicou sua vida à pesquisa e ao desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual. Especializou-se na matéria, publicou livros e artigos (que ainda hoje são referência sobre o assunto), defendeu teses no Brasil e no exterior e criou, no Instituto de Educação Carlos Gomes, a primeira escola do país para formação de profissionais no ensino de pessoas com deficiência intelectual. Disponível em: <[http://institutonorberto.farolnet.com.br/site/quem\\_somos.php](http://institutonorberto.farolnet.com.br/site/quem_somos.php)>. Acesso em 23 abr.2014.

Esse período marca a institucionalização da educação do deficiente visual, através da proposta do Instituto Benjamin Constant, como escola e o primeiro educandário no Brasil voltado à formação dos cegos e o Instituto São Rafael, cujas ações serão mais bem aprofundadas no próximo capítulo deste estudo.

No quesito legislação, foram poucas as alterações das leis existentes ou leis novas em benefício de uma mudança significativa na área da Educação Especial. O que se registra é a fundação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 – futuro Instituto Benjamin Constant –, no qual se ministraria a instrução primária, a educação religiosa e moral, e a fundação do Instituto dos Surdos-Mudos e, finalmente, a abertura de algumas escolas de ensino especial como mostra o Quadro 3.

### **1.3 Segunda República e o Estado Novo: reflexos das reformas na educação especial no Brasil (1930 -1945)**

A Era Vargas se inicia com a Revolução de 30, a qual se propunha a uma ruptura com todo período que vem anteriormente desde a Proclamação da República. Esse novo momento da história brasileira começa a ser colocado a partir das eleições de 1929, quando aconteceu a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Uma superprodução provoca uma crise no capitalismo liberal, realidade que também abala o governo brasileiro de Washington Luiz. Com a crise na economia mundial, o café que o Brasil produzia a partir do fim do século XIX e início do século XX tem sua exportação drasticamente reduzida.

Nesse contexto, as duas oligarquias, a de Minas Gerais e a de São Paulo, disputavam pela valorização do café. Os produtores de Minas Gerais eram contrários à valorização e se aliaram ao Rio Grande Sul, que era a terceira maior economia do país.

Esses acontecimentos refletem também no campo político. As oligarquias de Minas Gerais e São Paulo se mantinham revezando no poder há anos indicando o presidente da República. Em 1929, o presidente paulista Washington Luís contrariou o esquema e indicou um paulista, Júlio Prestes, para sua sucessão. Dezesete Estados apoiaram o candidato indicado pelo presidente Washington Luís, ficando contra Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Assim, ficou estabelecido um conflito político com a maioria dos outros Estados brasileiros, formando uma chapa de oposição chamada “Aliança Liberal”, que tinha como candidato à Presidência da República Getúlio Vargas e como Vice-Presidente do presidente do Estado da Paraíba João Pessoa.

Nessas eleições, Júlio Prestes vence apoiado pela elite de São Paulo, porém não toma posse. Em julho de 1930, o candidato à vice de Getúlio Vargas, o paraibano João Pessoa foi

assassinado, provocando revolta popular em várias regiões do Brasil. Nesse contexto, Getúlio Vargas aproveita-se do acontecimento e da insatisfação com o governo para legitimar o golpe e tomar o poder em 24 de outubro de 1930 derrubando o atual presidente Washington Luiz(1926-1930).

O mundo vivia um período conturbado, com governos totalitários como: “o fascismo da Itália de Mussolini (1922), o nazismo na Alemanha de Hitler (1933), na Espanha a ditadura de Franco (1936) e Salazar em Portugal” (MINOZZI JR, 2007, p. 23).

O novo governo chega ao poder de forma autoritária, fecha o Congresso Nacional, anula a Constituição de 1891 (BRASIL, 1891a) e depõe governadores de vários Estados, nomeando interventores. O Partido Republicano Nacional – PRN se movimenta em oposição a Vargas e exige uma nova Constituição e eleições gerais para Presidente da República. Forças dessa elite contrária ao Presidente Vargas e os chamados “tenentistas<sup>7</sup>” favoráveis à Getúlio se defrontavam nas ruas de São Paulo provocando mortes de estudantes.

Em 9 de julho de 1932, os conflitos mais acirrados levaram ao que foi chamado de Revolução Constitucionalista, um movimento sangrento que duraram três meses de batalha. Apesar da Revolução, não conseguiram depor Getúlio do poder, o qual juntamente com o exército brasileiro consegue acabar com a revolução e manter-se no poder convocando as eleições e, ainda em 1934, promulga a nova Constituição (BRASIL, 1934b). Nesse sentido, Hilsdorf esclarece:

[...] é interessante lembrar que todo esse período de 1930 - 45 já é nomeado Era Vargas, pois os componentes de autoritarismo e nacionalismo que costumam ser vistos como marcas do Estado Novo (1937-1945) já estavam presentes na própria Revolução de 1930, devido à influências das Forças Armadas e da Igreja Católica, que concorreram, entre outros fatores, para tornar viável este movimento na medida em que viam nele uma oportunidade de colocarem em prática os seus projetos de “educação do povo”. (HILSDORF, 2005, p. 91-92)

Foi um período fértil para novas perspectivas na relação entre o nacionalismo, autoritarismo e a educação, na qual se canalizava novas diretrizes dos projetos para o povo. O Quadro 4 esclarece as novas medidas sobre a educação, bem como o prevailecimento do ensino primário gratuito e obrigatório.

---

<sup>7</sup> De acordo com Hilsdorf (2005, p. 92), os “tenentes” representam a rebeldia militar e nacionalista contra o governo da oligarquia cosmopolita, reivindicando um Estado forte e centralizado, semiautoritário no lugar do Estado liberal e “descentralizado” da Primeira República.

**Quadro 4 – Constituição da Segunda República e o Estado Novo.**

<b>Leis sobre a Educação</b>	<b>Sobre o que trata</b>
Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.	Menciona que a Educação é direito de todos (Art. 149), e na alínea “a” do parágrafo único do Art. 150 diz que o Ensino Primário é integral e gratuito.
Decreto nº 24.794, de 14 de julho de 1934.	Cria Inspeção Geral do Ensino Emendativo <sup>8</sup> .
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.	Continua a menção do Ensino Primário obrigatório e gratuito.

Fonte: (BRASIL, 1934b, 1934c, 1937a).

A Constituição de 1934 (BRASIL, 1934b) traz disposições acerca dos direitos sociais, e a União assume um papel de maior responsabilidade na educação como: a garantia do direito de todos à educação; a ação conjunta das três instâncias de poder, Federal, Estadual e municipal; a aplicação dos recursos públicos em educação; a inclusão do ensino religioso nas escolas; fica prevista a implantação do Conselho Nacional de Educação, tema já discutido na Reforma Educacional de 1933 e a esse órgão era atribuída a elaboração do Plano Nacional de Educação; definido o formato de concurso público para as cadeiras de docência. Nos recursos financeiros também fica definida a participação de todos sob a forma de percentuais.

Por sua vez, a Constituição de 1934 foi o instrumento oficial no qual, pela primeira vez, se destinou uma norma específica para a pessoa com deficiência, no artigo 113, inciso I, que consagra o direito à igualdade, e no artigo 138 o seu conteúdo trazia o denominado embrião do direito à integração social da pessoa deficiente, conforme o Artigo 113:

Art. 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:  
1) Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou idéias políticas. (BRASIL, 1934b)

E o artigo 138:

Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:  
a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurará coordenar;  
b) estimular a educação eugênica;  
c) amparar a maternidade e a infância;  
d) socorrer as famílias de prole numerosa;  
e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;

<sup>8</sup> Em seus estudos, Jannuzzi (2012) ressalta que a expressão ensino emendativo, de *emendare* (latim), que significa corrigir falta, tirar defeito, traduziu o sentido diretor desse trabalho educativo em muitas das providências da época.



- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
  - g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.
- (BRASIL, 1934b)

No entanto, a Constituição de 1937 mantém alguns direitos e define ainda como “competência privativa da União fixar as diretrizes, bases e quadros da educação nacional, bem como para a formação física, intelectual e moral de crianças e jovens” (TEIXEIRA, 2008, p. 157). Ao Estado cabe também oferecer a educação às classes menos favorecidas, devendo ser voltada para o pré-vocacional profissional, incluindo também a obrigação de subsidiar as associações particulares e profissionais.

Ao contrário da Constituição de 1934, elaborada por uma Assembleia Legislativa eleita pelo povo, a Constituição de 1937 (BRASIL, 1937a) teve caráter ditatorial e foi imposta à Nação como ordenamento legal do Estado Novo.

As definições das duas constituições indicam um momento fértil para a educação no Brasil, tanto que em vários Estados da federação são realizadas reformas, como no Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

De certa forma, tais mudanças são resultados do movimento escolanovista desde a década de 1920 (Escola Nova) que vinha influenciando os educadores e intelectuais da época. O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, é lançado e nele se definia uma agenda com os principais aspectos que deveriam ser discutidos no âmbito da educação.

O documento do Manifesto foi um marco na história da educação brasileira: formaliza a educação integral do indivíduo; discute a educação para todos e de responsabilidade do Estado; e a valorização do indivíduo e não das classes. Dessa forma, permitiu dar visibilidade no processo de escolarização e com isso estimular o debate da democratização da educação brasileira de alcance nacional. Para Saviani é “um legado que nos é deixado pelo século XX”:

O manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político [...] Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 30 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo. (SAVIANI, 2004, p. 34)

No governo de Getúlio Vargas, duas reformas foram significativas para a política de educação: a Reforma Francisco Campos, em 1931, e a Reforma Capanema em 1942.

Na Reforma de Francisco Campos, os objetivos da Escola Nova foram retomados e dentre vários pontos um foi especialmente enfatizado: preparar os jovens para a vida e, principalmente, para o trabalho. A duração do ensino secundário passa para sete anos, e o acesso ao ensino do segundo ciclo, também chamado de Ginásial, se faz pelo Exame de Admissão.

A Reforma Capanema, na verdade era a Lei Orgânica do ensino secundário, de 9 de abril de 1942, proposta pelo então Ministro Gustavo Capanema. Essa lei tinha como foco a formação humanista e do ensino secundário, como o ensino das elites, resultando no curso clássico, com ênfase em Letras, e o Científico, com foco nas ciências.

A questão do ensino ao deficiente não é tratada na Constituição de 1934, que apenas afirma que “é direito de todos” no artigo 113, portanto, a partir de 1930 a sociedade civil já começa a se organizar em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência. Segundo Jannuzzi (2012), inicia-se um processo de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, hospitais, centros de reabilitação, escolas particulares e residenciais.

Nesse período, quando estava à frente da Secretaria de Saúde Pública e Instrução no Estado de Minas Gerais (1930-1932), Francisco Campos traz para o Brasil a educadora Helena Antipoff <sup>9</sup>, capacitada na área da psicologia e ensino para os portadores de deficiências, que se instala em Belo Horizonte/MG.

Antipoff pensava a educação do deficiente mental dentro do contexto a qual propunha a teoria da Escola Nova no contexto da educação regular; uma escola primária ampla com a

---

<sup>9</sup> A psicóloga e educadora Helena Antipoff nasceu em Grodno, na Rússia, em 1892; em 1908, mudou-se para França e iniciou sua formação científica no Laboratório de Psicologia da Universidade de Paris, participando dos ensaios de padronização dos testes de nível mental de crianças, elaborados por Alfred Binet e Théodule Simon. Ainda na França, conheceu Edouard Claparède, da Universidade de Genebra, que a convidou para fazer parte do Instituto Jean-Jacques Rousseau, onde obteve o diploma de Psicóloga, com especialização em Psicologia da Educação. Sua experiência profissional iniciou-se na *Maison des Petits*, escola experimental, anexa ao Instituto Jean Jacques Rousseau. Participou dos estudos sobre os processos educativos que viriam a resultar, no início dos anos de 1920, na proposta conhecida como Escola Ativa. A formação e experiência de Helena Antipoff favoreceram para que ela recriasse, na Escola de Aperfeiçoamento do Estado de Minas Gerais, o ambiente de integração entre teoria e prática experimentadas em Paris e Genebra: “O ensino teórico em Psicologia era acompanhado de demonstrações concretas no Laboratório, equipado com aparelhos clássicos da psicologia experimental”, no que tange às suas atividades no Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte no contexto da implementação da Reforma Francisco Campos. Tais atividades referem-se ao processo de homogeneização das classes dos grupos escolares da capital mineira e pesquisas realizadas pelas alunas-professoras daquela escola, junto aos alunos do ensino primário. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300013)>. Acesso em 20 ago.2014.

função de educação e não instrução; a responsabilidade da escola e professores por todas as questões que envolvia a educação; a divisão de classes por nível de capacidade intelectual.

Nesta ocasião (1930), a educação passou por uma análise através das discussões de “como ensinar”, as quais foram amplamente discutidas pelas vertentes psicopedagógicas. O debate se efetivou por meio de estudos e pesquisas realizados pela educadora, no entanto, há uma ausência desses dados na literatura. Para Helena Antipoff, eram os mesmos princípios que regiam a educação regular, sendo eles:

1. atividade do aluno: corporal e intelectual, sem disciplina rígida, com atividades fora da sala de aula, fora da escola;
2. educação sensorial e intuitiva: ensinar a usar os sentidos, exercitar os órgãos sensoriais;
3. concentração dos diversos ramos de ensino em torno de alguns assuntos “concretos” e ao alcance do interesse das crianças”. Procurar despertar associações as coisas, compreende-las de modo variado;
4. a individualização, isto é, procurar “satisfazer as necessidades de cada criança, levando em conta as suas particularidades físicas e mentais”;
5. o caráter utilitário, isto é, “visa um fim social – o de preparar as crianças para a vida – descobrindo as suas aptidões mais salientes, desenvolve-las e orientá-las para aplicações praticas, malgrado toda a sua debilidade”. Visa tornar a criança o menos possível dependente de outrem e que ela não sobrecarregue a sociedade. (ANTIPOFF, 1930, p. 28-29)

Ainda de acordo com Jannuzzi (2012), no Estado Novo, em 1937, permanece a menção do ensino primário obrigatório e gratuito com a nova Constituição, porém a frase “a educação é direito de todos” foi retirada. O excepcional não é mencionado na Constituição de 1934, embora o artigo nº 149 afirme que a educação é direito de todos.

Nesse sentido, afirma Jannuzzi (2012), que a partir de 1930, essa educação ficou primeiramente conhecida como “ensino emendativo”, expressão utilizada por muitos educadores ao se referirem à educação dos deficientes e, posteriormente, foi denominada como Educação Especial.

Nas palavras de Jannuzzi (2012), a expressão “ensino emendativo” representa o pensamento à época sobre a educação de pessoa com deficiência que, na fala do Dr. Armando Lacerda<sup>10</sup>, tem a finalidade de suprir as falhas decorrentes da anormalidade visando adaptar o educando ao nível social dos ditos normais. Para isso foi criado, através do decreto nº 24.794,

---

<sup>10</sup> O médico Dr. Armando Paiva de Lacerda (1900-1994) publicou, no ano de 1934, o livro *Pedagogia emendativa do surdo-mudo*, no qual considera como principais objetivos da educação do surdo o conhecimento da linguagem e a profissionalização. Propõe o curso normal para a formação de professores de surdos bem como ampliação do atendimento no qual incluía meninas e o trabalho com crianças de três a seis anos em educação pré-escolar. Disponível em: <[http://www.apcl.com.br/visualizar\\_memoria.php?idmemoria=25](http://www.apcl.com.br/visualizar_memoria.php?idmemoria=25)>. Acesso em 15 mai.2014.

de 14 de julho de 1934 (BRASIL, 1934b), dentro do Ministério da Educação e Saúde Pública, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo.

São várias as considerações sobre a introdução desse Decreto, dentre elas, está a seguir, na qual se afirma que,

Considerando que os anormais, nas suas diferentes categorias ou tipos, podem se adaptar, na sua maioria, ao meio social, desde que sejam submetidos a processos de educação adequados à sua deficiência física, sensorial ou psíquica, e atendendo a que a Constituição da República, a ser promulgada, torna obrigatório o ensino e assistência geral aos desvalidos e que esta será muito menos onerosa uma vez que se promova a conversão, pelo ensino, dos anormais em cidadãos úteis e capazes. (BRASIL, 1934b)

Com essas afirmações, nota-se que há uma preocupação com o dever para a sociedade de pessoas sem trabalho que pode ser proporcionado pelo ensino e pela ordem. A ideia, na época, sobre a pessoa com deficiência abrangia desde as deficiências físicas e sensoriais até aos distúrbios de comportamento, como pode ser observado no Art.3º:

**Art. 3º** Atendendo à destinação específica dos estabelecimentos de que trata o artigo anterior e em face da finalidade do seu conjunto, que é o aproveitamento e o corretivo possível dos anormais do físico, dos sentidos, da moral e da mente, com o objetivo utilitário social ao lado da proteção caritativa, o Ensino Emendativo inicialmente será ministrado nos seguintes estabelecimentos:

- a) institutos para cegos;
  - b) institutos para surdos-mudos;
  - c) escolas de prevenção;
  - d) escolas de correção;
  - e) escolas reformatórias;
  - f) patronatos agrícolas.
- (BRASIL, 1934b)

De acordo com Guerreiro e Villela (2013), em 1936, o presidente Getúlio Vargas se referiu ao Instituto Benjamin Constant e ao Instituto Nacional dos Surdos-Mudos como precursores do Ensino Emendativo. Já em 1937, referindo-se a esse ensino como sendo de “aplicação difícil e restrito”. Esse relato se refere à forma pensada na organização e separação dos alunos para o ensino. Os alunos eram classificados como fisicamente anormais. Com essa separação, alguns eram atendidos no Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Surdos-Mudos – INSM. Os retardados<sup>11</sup> (termo utilizado na época) de inteligência seriam de

---

<sup>11</sup> Indivíduo cujo desenvolvimento mental é inferior ao normal (FERREIRA, 2010, p. 664).

responsabilidade do poder público, através da conexão entre o Instituto Nacional de Pedagogia e o Serviço de Assistência a Psicopatas; por fim, os inadaptados morais ficariam a cargo do Ministério da Justiça.

A partir do Plano Nacional de Educação aprovado em 1937, iniciado minuciosamente por Francisco Campos e concluído por Capanema, torna-se possível em 1942, com a reforma Capanema (1942-1946), a efetivação de vários decretos, entre eles o que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 (BRASIL, 1942a), e o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (BRASIL, 1942b), que regulamentou, na seção I do Capítulo VIII, e que especifica as condições de admissão. Decretos esses que, apesar da proposta do Ensino Emendativo, trazem em seu interior a organização do sistema de ensino regular com os mesmos impeditivos que traziam o Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931 (BRASIL, 1931a), enfim, a exigência do atestado de sanidade. Guerreiro e Villela (2013), citando Brasil (1942b), mencionam os artigos que fazem essas exigências.

**Art. 29.** O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos industriais, de mestria, ou técnicos, ou na única série dos cursos pedagógicos, deverá desde logo apresentar prova de *não ser portador de doença contagiosa* e de estar vacinado.

**Art. 30.** Deverá o candidato satisfazer além das condições gerais referidas no artigo anterior, as seguintes condições especiais de admissão: I - para os cursos industriais:

c) *possuir capacidade física e aptidão mental* para os trabalhos escolares que devam ser realizados.

II – Para os cursos de mestria:

a) *ter concluído curso industrial* correspondente ao curso de mestria que pretenda fazer;

III – Para os cursos técnicos:

a) *ter concluído o primeiro ciclo do ensino secundário, ou curso industrial relacionado com o curso técnico que pretenda fazer;*

b) *possuir capacidade física e aptidão mental* para os trabalhos escolares que devam ser realizados;

IV – Para os cursos pedagógicos:

a) *ter concluído qualquer dos cursos de mestria ou qualquer dos cursos técnicos.* (Grifos nossos)

Pelos grifos, percebe-se que para matricular-se em qualquer curso da época era obrigatória a comprovação de ser um indivíduo saudável capaz de produzir resultados e não comprometer outros com doenças contagiosas ou desequilíbrio mental. Entende-se que a ideia é que fosse um aluno capaz de trazer resultados para o crescimento do país e resultado positivo no processo educativo

Já o ensino comercial foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 (BRASIL, 1943b), no qual a seção I, inserida no Capítulo IV, discorre sobre a vida escolar assim:

Art. 20. O candidato a matrícula inicial em qualquer dos cursos de formação deverá apresentar prova de não ser *portador de doença contagiosa* e de estar vacinado (grifo do autor).

Art. 21. Além das condições referidas no artigo anterior, deverá o candidato satisfazer o seguinte:

b) Ter revelado, em exame de admissão, *aptidão intelectual* (grifo do autor) para os estudos a serem feitos.

Percebe-se que a doença contagiosa e a aptidão intelectual são uma preocupação também para o trabalho no comércio, quando é fixada a exigência de normalidade para a realização dos cursos.

**Quadro 5 – A inserção da pessoa com deficiência visual ao sistema educacional.**

<b>Legislação</b>	<b>Sobre o que trata</b>
Parecer nº. 291 de 1933 da Comissão do ensino Secundário do Conselho Nacional da Educação.	Permite o ingresso de aluno cego em escola do sistema regular de ensino na cidade de Curitiba.
Decreto-Lei nº. 3.770, de 28 de outubro de 1941.	Dá o direito dos cegos ingressarem no serviço público para o exercício compatível com a sua deficiência.
Decreto-Lei nº 5.895, de 20 de outubro de 1943.	Dispõe sobre o aproveitamento de indivíduos com capacidade reduzida no mercado de trabalho.
Decreto nº. 14.165 de 1943.	Dá ao Instituto Benjamin Constant competência para ministrar o ensino primário e secundário.
Parecer nº. 144 de 1943 da Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação.	Autoriza a inscrição de aluno cego na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

**Fonte: (BRASIL, 1933a, 1941, 1943a, 1943c, 1943d).**

As iniciativas são consistentes como a inserção do aluno cego no sistema de ensino regular em Curitiba/PR. No mercado de trabalho, inicia-se o processo de inserção da pessoa com deficiência no serviço público desde que a função fosse compatível com sua deficiência. Apesar da questão não ter sido tratada como direito no contexto da lei é um momento significativo. O ensino primário e secundário no Instituto Benjamin Constant dá um bom salto para um futuro promissor na educação dos cegos que tem sua possibilidade na formação ampliada e ainda é garantida a inserção dos deficientes visuais no curso superior.

Para Jannuzzi (2012), a ideia de deficiência, na época em estudo, estava ligada ao Coeficiente Intelectual – QI<sup>12</sup>, o qual era responsável pelo rendimento escolar e ainda o é até hoje. Quando são utilizados em algumas clínicas, esses testes relacionam a idade cronológica e o desempenho em testes destinados a outras faixas etárias e são comparados os resultados. O objetivo seria separar por graus de deficiência o que revela os decretos citados no Quadro 6.

Naquele momento, a proposta pedagógica indicava a criação de classes homogêneas, assim, a educação das pessoas com deficiências, somente era feita em classes especiais ou em instituições especializadas.

Nesse entendimento, as leis foram sendo criadas e a educação, que era para todos, funcionava com um obstáculo e excluía a pessoa com deficiência, como relata os Decretos no Quadro 6.

**Quadro 6 – Decretos sobre critérios para a matrícula nas escolas do deficiente em geral.**

<b>Legislação</b>	<b>Sobre o que trata</b>
Decreto nº 19.890 de 1931.	Atestado de sanidade.
Decreto nº 21.241 de 1932.	Atestado de sanidade, especificando que o candidato não sofre de doenças contagiosas da vista.
Decreto-Lei nº 4.048 de 1942.	Não ser portador de doença contagiosa; possuir capacidade física e aptidão mental.
Decreto-Lei nº 4.244 de 1942.	Não ser portador de doença contagiosa.
Decreto-Lei nº 6.141 de 1943.	Não ser portador de doença contagiosa; aptidão intelectual.

**Fonte: (BRASIL, 1931a, 1932, 1942a, 1942c, 1943b).**

Os dados do Quadro 6 esclarecem que, através de decretos, foram normatizadas as condições para a inserção na escola de quem tinha alguma limitação ou doença confirmando a política de segregação e exclusão do deficiente na educação.

Embora as leis conspirassem contra o ensino do deficiente no Brasil, muitas iniciativas foram concretizadas através do Instituto Benjamin Constant. Em 1942, por exemplo, o instituto editou em Braille a Revista Brasileira para Cegos, sendo a primeira do gênero no Brasil, e posteriormente, em 1943, instalou também uma impressora em Braille para ser utilizada por seus alunos (MAZZOTTA, 2011).

Outra iniciativa que teve um papel importante no contexto da educação especial no Brasil, fundada em 1935, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, foi o Instituto Pestalozzi, que funcionava como órgão da Secretaria de Educação. Nele eram realizadas pesquisas de psicopatologia e genética, endocrinologia, farmacologia e em psicologia de aprendizagem, sob orientação técnica da Sociedade Pestalozzi.

<sup>12</sup> “O funcionamento intelectual de qualquer pessoa que esteja inserido em uma sociedade padrão urbano-ocidental capitalista é definido como um QI – Quociente Intelectual”. (MENDONÇA, 2014, p. 55)

O instituto foi fundado pela professora Helena Antipoff. Foi graças ao seu trabalho incessante e com a colaboração de suas alunas da antiga Escola de Aperfeiçoamento de Professor Primário, que ele foi criado como órgão oficial da Secretaria da Educação de Minas Gerais. O Instituto Pestalozzi contava com professores pagos pelo governo estadual para atender crianças mentalmente retardadas e com problemas de conduta. A orientação técnica da instituição era assegurada pela Sociedade Pestalozzi (MAZZOTTA, 2011).

Nesse período da Segunda República e Estado Novo, a legislação garante, além de iniciativas já citadas anteriormente, a elaboração de decretos importantes para a gestão da educação como um todo trazendo resultados até a atualidade como, por exemplo, o Decreto-Lei nº 19.850, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931c), que cria o Conselho Nacional de Educação; e o termo de convênio Inter-administrativo de Estatísticas Educacionais, através do Decreto-Lei nº 20.826 de 1931 (BRASIL, 1931d).

A criação de institutos e ampliação da capacidade de atendimento como IBC, INSM, Instituto São Rafael – ISR e outros distribuídos pelo país foi iniciativa que favoreceu significativamente a inclusão do deficiente no processo educacional.

#### **1.4 A República Populista: a ampliação das leis na regulamentação da Educação Especial no Brasil (1946-1959)**

Com o fim do Estado Novo e o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), iniciou-se no país a implantação da República Populista (1946-1964), período caracterizado por uma bipolaridade que, de um lado, reconhecia a insatisfação dos brasileiros e, por outro, procurava dirigir e manipular as aspirações da sociedade (PASINATO, 2013).

Com o fim do Estado Novo, fez-se necessária uma nova Constituição de aspecto liberal e democrático, que determinava a obrigatoriedade do ensino primário e estabelecia à União, a competência para elaborar as diretrizes e bases da educação nacional e também afirmava que a educação era direito de todos.

Com a nova Constituição de 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), foram editadas novas leis e decretos que tratavam da educação sendo pioneiras para a plataforma do que seria o ensino especial no país.

Os Decretos-Lei do Quadro 7 são frutos da nova Constituição de 18 de setembro de 1946, regulamentaram o ensino primário e o ensino normal, o primeiro como direito de todos e o segundo por acreditar na necessidade de formação de professores para garantir inclusive o ensino primário. Outra preocupação consiste na formação de mão de obra para o trabalho no



comércio que na época crescia devido o aumento da população nas cidades. A necessidade de qualificação para o trabalho agrícola visando o aumento da produção foi outro foco das leis naquele momento.

**Quadro 7 – Decretos-Lei assinados tendo como Ministro da Educação o Sr. Raul Leitão.**

<b>Legislação</b>	<b>Sobre o que trata</b>
Decreto-Lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946.	Regulamenta o ensino primário.
Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946.	Regulamenta o ensino normal.
Decretos-Lei 8.621, de 10 de janeiro de 1946.	Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac.
Decretos-Lei 8.622, de 10 de janeiro de 1946.	Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores.
Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946.	Regulamenta o ensino agrícola.

**Fonte: (BRASIL, 1946a, 1946b, 1946c, 1946d, 1946e).**

No contexto da época, o Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946b), no Art. 20, esclarece que não só ao alunado candidatos a alguma vaga nos cursos era exigida a comprovação de aptidão mental; também às pessoas adultas candidatas a cargo administrativo ou docente havia impeditivos para lecionar. Como afirma Guerreiro e Villela (2013), era exigido o atestado de sanidade física e mental, a ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindicasse o exercício da função docente, e também o atestado de bom comportamento social.

Embora poucas pessoas com deficiência dificilmente chegassem a esse nível de ensino em decorrência das condições da época, que as impossibilitavam de ocupar a docência, as iniciativas são efetivadas, apesar de lentas, no campo da educação. O Quadro 8 aponta o momento da inserção da pessoa com deficiência visual.

Enquanto “direitos de todos”, os temas da educação pública promovem várias discussões acaloradas entre os educadores progressistas defensores da escola pública e os conservadores que eram partidários da defesa de privilégios à escola privada. Essas discussões retomaram o debate iniciado na década de 1920, tornando-a um dos períodos mais fecundos da luta ideológica em torno dos problemas da educação, cujos aspectos ideológicos em disputa eram os mesmos de antes: a investida das lideranças conservadoras contra a ação do Estado na promoção da educação pública para a população (ROMANELLI, 1998).

Sobre o assunto, Saviani afirma:

A mesma orientação prevaleceu, no que se refere ao ensino normal, com a aprovação em âmbito nacional do decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal (Brasil, 1946). Na nova estrutura, o curso normal, em simetria com os demais cursos de nível secundário, foi dividido em dois ciclos: o primeiro correspondia ao ciclo

ginasial do curso secundário e tinha duração de quatro anos. Seu objetivo era formar regentes do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais regionais. O segundo ciclo, com a duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário. Seu objetivo era formar os professores do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais e nos institutos de educação. Estes, além dos cursos citados, contariam com jardim de infância e escola primária anexa e ministrariam também cursos de especialização de professores primários para as áreas de Educação Especial, Ensino Supletivo, Desenho e Artes aplicadas, música e canto e cursos de administradores escolares para formar diretores, orientadores e inspetores escolares. (SAVIANI, 2009, p. 146)

Percebe-se então, a partir dessa afirmativa, que é clara a preocupação com a capacitação dos professores visando à melhoria da qualidade da educação e a inclusão dos cursos de especialização é uma confirmação da proposta. Um dado significativo para a temática é a preocupação demonstrada com a formação de professores primários para a área da Educação Especial.

No novo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), várias iniciativas foram deflagradas para encaminhamento da educação especial em todo o país, especialmente na educação dos deficientes visuais.

**Quadro 8 – Pareceres e portarias que trata direta ou indiretamente da questão da pessoa com deficiência visual.**

<b>Legislação</b>	<b>Sobre o que trata</b>
Parecer nº. 144, de 16 de abril de 1943, da Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação.	Autoriza a inscrição de aluno cego na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
Portaria Ministerial nº. 385, de 8 de junho de 1946.	O curso ginasial, mantido pelo Instituto Benjamin Constant, foi equiparado ao ginásio de ensino comum.
Portaria Ministerial nº. 504, de 17 de setembro de 1949.	Distribuição gratuita dos livros impressos em Braille para as pessoas cegas que os solicitassem.

**Fonte: (BRASIL, 1943d; JANNUZZI, 2012, p. 68-69)**

O aluno cego poderia se inscrever na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para se qualificar através de um curso de nível superior. O curso ginasial do IBC começa a ser considerado uma formação de ensino regular, ampliando as possibilidades de aprendizagem. E no âmbito dos recursos didáticos, o acesso aos livros impressos em Braille é facilitado, visto que o material é distribuído gratuitamente às pessoas cegas e às instituições que os desejassem.

Dentro dessa proposta, no ano de 1951, segundo Jannuzzi (2012, p. 69), a editora do Instituto Benjamin Constant produziu 32 volumes e distribuiu 2.446 livros para os Estados do

Amazonas, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (MEC/INEP, 1987).

Oficialmente, o IBC e ISM continuavam em funcionamento com suas propostas de educação. Em 1952, segundo Jannuzzi, o IBC tinha desde o Jardim da Infância, adaptação a 1ª série, primário elementar, primário complementar, ginásial, de música e profissional, num total de 233 alunos (MEC/INEP, 1987).

O IBC, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, em 1947, ministrou o curso de especialização de professores na didática de cegos. O objetivo era formar o professor da Educação Especial para capacitar o deficiente para o mundo do trabalho. Logo, também em 1951, é inaugurado o ambulatório de prevenção à cegueira e o curso de higiene ocular, iniciativa essa em face da quantidade, na época, de cegos e surdos em torno de 100 mil e 50 mil respectivamente (MEC/INEP, 1987). Vários desses cursos de formação de professores foram realizados em convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

No Governo de Café Filho (1954-1955), após o suicídio de Getúlio Vargas, o Instituto Benjamin Constant realizou cursos para capacitação de professores e inspetores de cegos com alunos de diversos Estados do país.

Paralelo a esse trabalho, a preocupação com a capacitação estava no auge. Desde 1939, Helena Antipoff, como esclarece Jannuzzi (2012, p. 70), “organizava cursos em Minas Gerais e posteriormente no Rio de Janeiro para professores de crianças com desvio de conduta e o primeiro curso de logopedia<sup>13</sup>”. Dessa forma, a psicóloga e educadora continuava, em 1948, empenhada com a formação dos professores e em ampliá-la para a área rural. Foi assim que organizou, na Fazenda do Rosário, cursos de formação de professores rurais em exercício, sob a responsabilidade da Secretaria da Educação de Minas Gerais.

Aquela década foi promissora para a educação da pessoa com deficiência. Além do campo da formação educacional, a visão se ampliou para a capacitação para o trabalho através da reabilitação profissional e abertura de vagas de trabalho aos não videntes. Várias campanhas são lançadas com o propósito de conscientizar a sociedade para a importância da educação dos cegos, surdos e doentes mentais.

---

<sup>13</sup> “Logopedia – Estudo da formação da fala” (REIS; MARQUES, 2013, p. 671).

**Quadro 9 – Legislação brasileira que trata direta ou indiretamente da questão da pessoa com deficiência entre 1951 e 1959.**

<b>Legislação</b>	<b>Sobre o que trata</b>
Lei nº. 1.521, de 26 de dezembro de 1951.	Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular (sobre o deficiente mental).
Lei nº. 2.094, de 16 de novembro de 1953	Concede isenção de direitos de importação para materiais de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.
Portaria Ministerial nº. 12, de 10 de janeiro 1953.	Autorizou a matrícula de alunos cegos nos estabelecimentos de ensino secundário, reconhecidos ou equiparados pelo Governo Federal. Autorizou também a interpretação da legislação de ensino, pelo Conselho Nacional de Educação, para facultar o acesso de cegos aos cursos universitários.
Decreto nº. 34.700, de 25 de novembro de 1953.	Aprova o Regimento do Instituto Benjamin Constant.
Recomendação nº. 99 de 1955 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).	Programas de reabilitação profissional, obtenção e retenção de empregos por deficientes.
Decreto nº. 38.700, de 30 de janeiro de 1956.	Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Surdos-Mudos.
Decreto nº. 40.269, de 15 de fevereiro de 1957.	A Fundação para o livro do Cego no Brasil foi declarada como entidade de Utilidade Pública Federal.
Lei nº. 3.198, de 6 de julho de 1957.	O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos passa a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines.
Decreto Federal nº. 42.728, de 3 de dezembro de 1957.	Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – Cesb.
Portaria nº. 114, de 21 de março de 1958.	Instruções para organização e execução da Cesb.
Decreto nº. 44.236, de 1º de agosto de 1958.	Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, vinculada ao IBC.
Portaria nº. 477, de 17 de setembro de 1958.	Regulamenta o Decreto nº. 44.236/58.
Lei nº. 5.029, de 1958.	Cria o Instituto de Reabilitação para Funcionamento junto à Cadeira de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959.	Aprova o regulamento do ensino industrial.

**Fonte: (BRASIL, 1951, 1953a, 1953c, 1953b, 1955, 1956, 1957a, 1957b, 1957c, 1958e, 1958a, 1958e, 1958b, 1959).**

Outras iniciativas para formação de professores aconteceram como a de Ana Rímoli de Faria Doria, diretora do Instituto Nacional de Surdos e Mudos que, em 27 de fevereiro de 1951, ofereceu o primeiro curso normal de professores de surdos, equivalente ao grau médio. O curso teve três anos de duração e nele estavam matriculados alunos residentes em vários Estados e que viviam em regime de internato. A primeira turma formou-se em 1954.

Em 1951, houve um Decreto-Lei de nº 1.521, que é citado no Quadro 9, que altera os dispositivos da legislação sobre crimes contra a economia popular, em seu artigo 4º:

Art. 4º. Constitui crime da mesma natureza a usura pecuniária ou real, assim se considerando:

a) cobrar juros, comissões ou descontos percentuais, sobre dívidas em dinheiro superiores à taxa permitida por lei; cobrar ágio superior à taxa

oficial de câmbio, sobre quantia permutada por moeda estrangeira; ou, ainda, emprestar sob penhor que seja privativo de instituição oficial de crédito;

b) obter, ou estipular, em qualquer contrato, abusando da premente necessidade, inexperiência ou leviandade de outra parte, lucro patrimonial que exceda o quinto do valor corrente ou justo da prestação feita ou prometida.

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, de cinco mil a vinte mil cruzeiros.

§ 1º. Nas mesmas penas incorrerão os procuradores, mandatários ou mediadores que intervierem na operação usuária, bem como os cessionários de crédito usurário que, cientes de sua natureza ilícita, o fizerem valer em sucessiva transmissão ou execução judicial.

§ 2º. São circunstâncias agravantes do crime de usura:

I - ser cometido em época de grave crise econômica;

II - ocasionar grave dano individual;

III - dissimular-se a natureza usurária do contrato;

IV - quando cometido:

a) por militar, funcionário público, ministro de culto religioso; por pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima;

b) em detrimento de operário ou de agricultor; de menor de 18 (dezoito) anos ou de *deficiente mental*, interditado ou não. (BRASIL, 1951, grifo nosso)

Vale ressaltar que existia uma preocupação com o deficiente mental, o que justifica a garantia, por meio desse Decreto-Lei, para que o deficiente não fosse utilizado em relações comerciais ilícitas.

Nesse mesmo período se estabelece a Fundação para o Livro do Cego no Brasil que havia iniciado suas atividades com o objetivo de produzir e distribuir livros impressos no Sistema Braille. Em 1957, ela é declarada de utilidade pública federal pelo Decreto nº 40.269 (BRASIL, 1957a), de 15 de fevereiro deste ano (MAZZOTTA, 2011). A fundação expandiu suas atividades no campo da educação, reabilitação e bem-estar social das pessoas cegas e portadoras de visão subnormal, vindo a se chamar Fundação Dorina Nowill para Cegos, em homenagem a sua fundadora Dorina Nowill.

Nessa década, outras instituições voltadas à educação do deficiente foram fundadas. Em 18 de outubro de 1954 foi criado o Instituto Educacional São Paulo – Iesp em São Paulo/SP, que foi destinado ao ensino de crianças deficientes de audição. Particular e sem fins lucrativos, iniciou suas atividades como escola especializada no ensino de surdos-mudos e recebeu o seu registro em 15 de setembro de 1958.

A Associação de Assistência à Criança Defeituosa em São Paulo/SP – AACD é uma instituição particular especializada no atendimento a deficientes físicos não sensoriais. Foi fundada em 14 de setembro de 1950 e hoje atua como um dos mais importantes centros de reabilitação do Brasil.

Segundo Mazzotta (2011), outra instituição de destaque é a Sociedade Pestalozzi de São Paulo/SP, que foi fundada em 15 de setembro de 1952, sendo particular e de utilidade pública. A Sociedade Pestalozzi estabeleceu convênio com o governo de São Paulo, e atendia o Serviço Social de Menores – Febem com aproximadamente trinta alunos excepcionais no ano 1953.

A Sociedade Pestalozzi organizou um curso de formação de professores especializados no ensino de deficientes mentais. Por não haver qualquer curso com esse enfoque, a Sociedade Pestalozzi teve o primeiro curso intensivo de especialização de professores que era realizado anualmente em 1959.

Nascia em 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos do excepcional, a Apae, com sede na Rua Bom Pastor. A criação da Apae no Rio de Janeiro foi seguida da fundação de várias outras: Volta Grande/RJ, (1956), São Lourenço/MG, Goiânia/GO, Niterói/RJ, Jundiaí/SP, João Pessoa/PB e Caxias do Sul/RS (1957) e Natal/RN (1959).

Foram várias as campanhas instituídas a partir de 1957, oficializada pelo Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957 (BRASIL, 1957c). A *Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro* – Cesb tinha por finalidade promover, por todos os meios a seu alcance, a educação e a assistência aos surdos. Os artigos 2º e 3º desse Decreto definiam a finalidade da campanha:

Art. 2º Caberá à Campanha promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência no mais amplo sentido, aos deficientes da audição e da fala, em todo o Território Nacional, tendo por finalidades precípuas:

- a) organizar, financiar e executar planos de proteção e ajuda aos deficientes da audição e da fala;
- b) promover iniciativas assistenciais, artísticas, técnicas e científicas atinentes à educação e reeducação dos deficientes da audição e da fala, tendo sempre como objetivo o seu erguimento moral, cívico e social;

Art. 3º para a consecução dos objetivos previsto no artigo anterior, a Campanha deverá:

- a) auxiliar a organização de congressos, conferências e seminários, festivais e exposições referentes aos deficientes da audição e da fala;
- b) auxiliar a construção, reconstrução e conservação de estabelecimentos de ensino;
- c) financiar bolsas de estudos, inclusive transporte de bolsistas, no país e no estrangeiro para fins de aperfeiçoar e formar pessoas especializadas na pedagogia emendativa;
- d) manter um serviço de intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras ligadas ao problema dos deficientes da audição e da fala;

e) cooperar com os órgãos federais, estaduais, municipais e particulares de caráter cultural relacionados com a educação dos deficientes da audição e da fala;

f) custear o pagamento de professores e de pessoal técnico, em caráter permanente ou temporário, nas unidades de Federação, com igual objetivo.

(BRASIL, 1957c)

A preocupação com a moral e o civismo ainda era forte no interior das ações relativas à educação. A campanha convoca a sociedade civil, como entidades, empresas para que apoiasse o governo nas ações voltadas à formação do deficiente visual, inclusive financiar bolsas de estudos de capacitação dos surdos fora do país.

Nesse período favorável às campanhas também foi criada, em 1958, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, vinculada à direção do IBC, oficializada pela Portaria n.º 477, de 17 de setembro de 1958 (MAZZOTTA, 2011). As duas campanhas para surdos e para cegos foram as primeiras a serem organizadas, provavelmente por já terem sido atendidas legalmente desde o século XIX (JANNUZZI, 2012).

O então deputado federal eleito pelo Distrito Federal, Carlos Lacerda (1959-1963), apresentou seu terceiro substitutivo à emenda do projeto da LDB nacional tendo como tema central o monopólio estatal da educação. Na verdade, a finalidade desse substitutivo referia-se à aplicação de verbas públicas que deveriam destinar-se a instituições privadas. Contra o substitutivo de Lacerda, surge a Campanha em Defesa da Escola Pública no Legislativo Federal.

Faziam parte desse movimento, educadores da velha geração de 1930, ligados ao Manifesto dos Pioneiros de 1932, e novos professores, destacando-se entre outros, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes e ainda intelectuais de vários setores e lideranças sindicais e estudantis. Esse novo substitutivo, apresentado pela Comissão de Educação e Cultura, tinha como meta a obrigatoriedade do ensino primário em todo país.

Em 1959, o decreto n.º 47.038, de 16 de outubro de 1959 (BRASIL, 1959), regulamenta o ensino industrial, um passo importante para o ensino técnico-profissionalizante brasileiro.

Houve também, em 1959, um novo manifesto conhecido como “Mais uma vez convocados”, redigido também por Fernando de Azevedo e publicado na imprensa em julho de 1959. O texto reafirma os deveres do Estado com relação à educação: a manutenção da escola pública e garantia de acesso a ela.

Entende-se, através dos estudos realizados, que a Educação Especial está diretamente interligada às resoluções da educação de um modo geral. A institucionalização e a segregação é a marca do Brasil, quando se refere aos programas e projetos voltados ao deficiente e, no contexto geral, à criança e ao adolescente. Durante quase um século, os avanços são mínimos no que diz respeito à educação e formação cidadã do indivíduo com deficiência. Na década de 1950, em termos legais, é o período em que começam tomar mais forma as propostas da Educação Especial e floresce um pensamento mais global em relação ao indivíduo com necessidades especiais.

Ainda assim, não são ações voltadas de forma ampla para todos os tipos de deficiência. Percebe-se que os deficientes visuais e auditivos foram ainda os mais beneficiados com as leis e ações de capacitação escolar e profissional. O potencial de inteligência e capacidade de produção de mão de obra de trabalho desses indivíduos desperta o interesse por parte do Estado, e mudanças acontecem na lei trabalhista em benefício dessa demanda.



## CAPÍTULO 2

### A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MINAS GERAIS: as primeiras instituições no período de 1926 a 1959

#### 2.1 O surgimento da Educação Especial na década de 1920: as primeiras instituições de atendimento em Minas Gerais

No Brasil, o período de 1926 a 1930, na então chamada “República Velha”, exerceu a presidência da República, Washington Luís Pereira de Souza, que foi eleito em março de 1926. Durante o seu governo, ele passa por pressões de seus opositores. Num primeiro momento, o presidente consegue contê-las, dissolvendo a coluna prestes<sup>14</sup>, assim finalizando com a mais importante rebelião, a dos tenentistas<sup>15</sup>. Também é inibido o movimento operário pela Lei Celerada<sup>16</sup> de 1927, que censura a imprensa e restringe o direito de reunião.

Já em Minas Gerais, um fato marcante e de atenção do setor público aos alunos deficientes foi a criação do Instituto São Rafael para atendimento aos cegos (RODRIGUES, 2005).

Em 1925, em Belo Horizonte/MG, dois jovens naturais de Diamantina/MG e ex-alunos do IBC do Rio de Janeiro, Aires da Matta Machado e João Gabriel de Almeida, solicitam junto ao governo de Fernando de Melo Viana, de Minas Gerais (1924-1926), a criação de uma escola estadual especializada para o atendimento de deficientes visuais. O pedido foi encaminhado e aceito, e no mesmo ano, pela Lei nº 895, de 10 de setembro de 1925 (MINAS GERAIS, 1925) publica-se a ata de criação desse estabelecimento de educação especial e, em 2 de setembro de 1926, foi inaugurada a sua sede na Rua Dos Tupinambás, nº 1038, Centro, em Belo Horizonte/MG. Funcionou nesse endereço de 1926 a 1959 e mudou-se para o bairro Barro Preto, na Avenida Augusto de Lima, nº 2.109, na esquina com a Avenida

---

<sup>14</sup> A Coluna Prestes foi um movimento político, liderado por militares, contrário ao governo da República Velha e às elites agrárias. Este movimento ocorreu entre os anos de 1925 e 1927. Teve este nome, pois um dos líderes do movimento foi o capitão Luís Carlos Prestes. Disponível em: <[http://cecac.org.br/mat%E9rias/Coluna\\_Prestes\\_Anita\\_Leocadia\\_Prestes.htm](http://cecac.org.br/mat%E9rias/Coluna_Prestes_Anita_Leocadia_Prestes.htm)> . Acesso em 15 out.2014.

<sup>15</sup> Tenentismo foi o nome dado ao movimento político-militar, e à série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro no início da década de 1920, descontentes com a situação política do Brasil. Disponível em: <[http://cecac.org.br/mat%E9rias/Coluna\\_Prestes\\_Anita\\_Leocadia\\_Prestes.htm](http://cecac.org.br/mat%E9rias/Coluna_Prestes_Anita_Leocadia_Prestes.htm)>. Acesso em 15 out.2014.

<sup>16</sup> Lei Celerada autorizava o governo a fechar indeterminadamente toda e qualquer agremiação que representasse algum tipo de ameaça à ordem pública. No intuito de proteger a estabilidade, o governo federal impôs o fechamento de clubes militares, sindicatos de trabalhadores e colocou o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/republica1.html>>. Acesso em 16 out.2014.

do Contorno, em terreno de 10 mil metros quadrados, um prédio histórico que está vinculado aos tempos anteriores à inauguração da cidade Belo Horizonte (REVISTA BENJAMIN CONSTANT, 2003)

A escola foi chamada de Instituto São Rafael – ISR, em homenagem ao anjo Rafael, sendo a segunda no Brasil dedicada à educação de deficientes visuais, como também a primeira de Minas Gerais. A partir de sua fundação, a finalidade principal ISF era com educação e reabilitação de deficientes visuais com cegueira total ou parcial. Sua regulamentação, entretanto, ocorreu somente em 1934, pelo Decreto nº 11.500, de 31 de agosto de 1934 (BRASIL, 1934), quando foi definida a sua estrutura pedagógica.

Do ato de sua fundação à inauguração decorreu um ano, no qual o professor Mamede Freire, vindo do IBC, deslocou-se do Rio de Janeiro/RJ à Belo Horizonte/MG especialmente para organizar a escola e ensinar o alfabeto Braille (INSTITUTO SÃO RAFAEL, 2014)

Ao longo do tempo, os alunos utilizavam o Sistema Braille para escrita e leitura tátil, dos cursos primário, ginásial, musical e três oficinas profissionalizantes. O ISR assume a missão de habilitar, reabilitar e formar pessoas com deficiência visual para o pleno exercício da cidadania (INSTITUTO SÃO RAFAEL, 2014).

O ISR também recebeu do IBC, livros, revistas e outros materiais, além de capacitar vários profissionais para Instituto. Os seus fundadores, João Gabriel de Almeida e Aires da Matta Machado, foram professores, respectivamente de geografia e português durante vários anos. João Gabriel também foi coordenador de algumas oficinas da escola.

Em 14 de abril de 1933, também em Belo Horizonte, foi fundada a Associação de Cegos Louis Braille<sup>17</sup> - ACLB cuja sede fica à Rua Geraldo Teixeira da Costa, 202, Bairro Floresta, sendo registrada no Cartório Gero Oliva, sob o nº 177 em 15/01/1936. Ela segue na mesma linha de trabalho do ISR, mas com o objetivo de prestar assistência material e moral aos cegos, assim como cuidar do aproveitamento (reabilitação e prevenção da cegueira e cursos de orientação e mobilidade), além de fazer o encaminhamento dos ex-alunos do ISR para cursos profissionalizantes e para colocação no mercado de trabalho (ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS LOUIS BRAILLE, 2014).

A ACLB sempre teve uma luta de combate ao asilamento que inclina o deficiente visual para a improdutividade e parasitismo, além da segregação que distância da vida. Entre os seus sete fundadores encontravam-se também os fundadores do ISR, Aires da Matta

---

<sup>17</sup> Louis Braille nasceu em Coupvray, na França, em 4 de janeiro de 1809, e faleceu em Paris em 6 de janeiro de 1852. Conhecido por Louis Braille, foi o criador do sistema de leitura para cegos, inventado em 1837 e que recebeu seu nome, Braille. Disponível em: <[http://www.sac.org.br/APR\\_BR1.htm](http://www.sac.org.br/APR_BR1.htm)>. Acesso em 15 out.2014.

Machado e João Gabriel de Almeida (ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS LOUIS BRAILLE, 2014).

Seguindo o contexto histórico de industrialização e urbanização brasileiras, além dos processos iniciados na década de 1920, surgiram novas iniciativas organizadas pela sociedade civil da época para atender outros tipos de deficiências que, com formas de atuação diferentes, não se restringiam somente à educação, mas sim também à saúde.

Em Minas Gerais, o governador Antônio Carlos e o Secretário do Interior Francisco Luiz da Silva Campos, no período de 1926 a 1930, pretenderam fazer da educação primária do Estado uma educação de destaque, procuraram manter Minas Gerais como um Estado Pioneiro de Inovações Pedagógicas. Nesse processo de mudanças do sistema educacional mineiro, a escolaridade defendia o direito ao voto e, portanto, à possibilidade de transformações no cenário político.

Assim, segundo Campos,

[...] nunca nos devemos esquecer de que um regime de liberdade só pode estabelecer-se dentro de um regime de igualdade e fraternidade, e que, para que os cidadãos sejam irmãos e iguais, preciso é que o Estado ofereça a todos eles, sem exceção nem privilégios, igualmente, as oportunidades para o seu desenvolvimento. (CAMPOS, 1930, p. 12)

Para tanto, Francisco Campos, tendo como referência o movimento da Escola Nova, empreendeu a reforma do ensino mineiro, por meio de três regulamentos: Regulamento do Ensino Primário, pelo Decreto-Lei nº 7.970, de 15 de outubro de 1927 (MINAS GERAIS, 1927a); o Regulamento do Ensino Normal, pelo Decreto-Lei nº 8.162, de 20 de janeiro de 1928 (MINAS GERAIS, 1928a), e o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento, no Decreto-Lei nº 8.987, de 22 de fevereiro de 1929 (MINAS GERAIS, 1929).

Nessa direção, a Reforma de Francisco Campos não se caracterizou pela tentativa de experimentação. Havia um projeto de educação dando à escola o dever de atingir também as famílias dos alunos e o meio social dessa sociedade.

Francisco Campos entendia a escola como condutor de promoção e reconstrução social, daí a importância do ensino primário, base comum a todos os cidadãos, bem como da Escola de Aperfeiçoamento, instituição responsável pela continuidade de conscientização e cooptação dos professores no Estado de Minas Gerais (ALMEIDA; GUIDO, 2007).

A Reforma Francisco Campos compreendia um conjunto de Decretos que expandiu o sistema de ensino primário e a formação de professores, como se pode observar no Quadro 10:

**Quadro 10 – Decretos da Reforma Francisco Campos.**

<b>Data</b>	<b>Decreto</b>	<b>Sobre o que trata</b>
15/10/1927	Decreto 7.970	Regulamento do Ensino Primário
20/01/1928	Decreto 8.162	Regulamento do Ensino Normal
22/12/1927	Decreto 8.094	Programa do Ensino Primário
11/02/1928	Decreto 8.225	Programa do Ensino Normal
22/02/1929	Decreto 8.987	Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento
30/08/1930	Decreto 9.653	Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento

**Fonte: (MINAS GERAIS, 1927,1928,1927b, 1928b, 1929, 1930).**

As novas concepções de ensinamentos e novas técnicas pedagógicas tinham a sua origem em países mais desenvolvidos. Diante disso, o governo de Minas Gerais convidou Helena Antipoff a vir ao Brasil e aplicar os seus conhecimentos de educação no Estado. A educadora teria a missão de participar da implementação de uma escola de aperfeiçoamento pedagógico. Outros estrangeiros também foram convidados a participar da criação da nova escola, que teria o núcleo de formação de professores como um dos grandes estímulos das técnicas de pedagogia, sendo que Helena Antipoff traria grandes avanços e contribuições, tendo em vista a sua grande experiência nessa área.

Em 1929, é fundada a Escola de Aperfeiçoamento de Professoras Primárias, por meio do Decreto nº. 8.987, de 22 de fevereiro de 1929 (BRASIL, 1929), por Francisco Campos, que era o então secretário de Saúde Pública e Instrução de Minas Gerais. Ela foi instalada oficialmente em 14 de março de 1929 e a primeira turma iniciou suas aulas em 19 de março do mesmo ano. A escola começou a funcionar no prédio da Escola Maternal, localizado na Avenida Augusto de Lima, em seguida, foi transferida para o endereço da Rua Curitiba, nº 1264, bairro de Lourdes, onde atualmente se encontra o prédio do Minas-Centro em Belo Horizonte (MORAIS; JESUS; MORENO, 2011).

Nessa Escola de Aperfeiçoamento havia reuniões semanais com os professores de grupos escolares que tinham interesse em discutir a educação para portadores de deficiência. Portanto, no segundo semestre de 1933, passam a existir as classes para alunos portadores de deficiência e, em 1934, é construído um pequeno prédio com salas e consultórios médicos e psicológicos. O objetivo era que as professoras formadas pela Escola de Aperfeiçoamento seriam direcionadas a cargos-chave na estrutura do ensino público primário do Estado. Elas ocupariam cargos de diretoras de grupos escolares e professoras das Escolas Normais. A Escola de Aperfeiçoamento esteve incumbida de formar as melhores professoras de Minas Gerais.

**Figura 1 – Estudantes e Professoras da Escola de Aperfeiçoamento – [19..].**



**Fonte: (MIRANDA, 2014, p. 79).**

Ainda na Escola de Aperfeiçoamento de Professores foi instalado em 1928 um laboratório de psicologia experimental, que funcionava como conexão entre a psicologia e a educação, cuja diretora foi a educadora Helena Antipoff até 1943 (MIRANDA, 2014, p. 52).

Ainda esclarece Miranda:

[...] a Escola de Aperfeiçoamento continuava sendo indicada como uma instituição central na formação do corpo de profissionais das escolas do estado. Ela era responsável pelo “sólido preparo técnico” que implicava na “reforma dos métodos e processos pedagógicos”. Mesmo com a mudança de atores, continuamos notando a centralidade dos “aspectos técnicos” da formação do professorado. Conforme vimos, esse “preparo técnico” passava pela psicologia e por seu laboratório, instalado na Escola de Aperfeiçoamento. (MIRANDA, 2014, p. 78)

Já em 1932, a psicóloga e educadora Helena Antipoff, juntamente com outros intelectuais, organizou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais – a primeira instituição

fundada no Brasil –, inspirada pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi sendo uma alternativa para a assistência às crianças excepcionais:

A Sociedade Pestalozzi, portanto, visava a atuar sobre diversos focos de exclusão social, provocados seja por problemas de miséria e abandono, seja por questões de deficiência mental no sentido estrito. Em todos os casos, tratava-se de procurar resguardar os direitos das crianças em situação de risco social. (CAMPOS, 2003, p. 210)

Sendo uma associação civil mantida por doações, inclusive do Estado, a Sociedade expandiu-se e criou também o Pavilhão de Natal<sup>18</sup> e nele o Instituto Pestalozzi. No final da década de 1930 foi criada a Escola Granja, na cidade de Ibitiré, ponto inicial para a futura Escola da Fazenda do Rosário.

A criação do Instituto Pestalozzi foi uma parceria entre o Estado de Minas Gerais que construiu o prédio e a Sociedade Pestalozzi assumiu a doação do terreno. Após a sua construção, o Estado nomeou as professoras especializadas indicadas pela Sociedade Pestalozzi. Os seus alunos, com capacidade de aprendizagem, elaboram suas atividades escolares e de educação psicomotoras, com atividades manuais e agrícolas em regime de semi-internato, além de utilizarem as oficinas, hortas e serviços domésticos, parte integrante da educação.

Daniel Antipoff<sup>19</sup>, filho da educadora, comenta a respeito desse trabalho:

Algumas classes especiais, organizadas e mantidas por aquela entidade, constituíram o que seria o futuro Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte, doado ao governo de Minas Gerais, para que o mesmo passasse a manter financeiramente um professorado especializado e dedicado à criança mentalmente deficiente em Minas Gerais. (ANTIPOFF, 1999, p. 20)

A importância de Helena Antipoff no contexto da educação especial no Brasil é inquestionável, sendo ela a responsável por introduzir o termo “excepcional” no lugar de “deficiência mental” e “retardo mental”, usados na época para designar crianças com deficiência intelectual.

Em 1935, em parceria com o Estado, a Sociedade Pestalozzi passa a ser conhecida como o Instituto e a funcionar como órgão da Secretaria de Educação sob o comando do

<sup>18</sup> O que ficou denominado Pavilhão de Natal surgiu da necessidade de se criar um espaço para acolher as crianças que trabalhavam nas ruas da capital mineira, principalmente os vendedores de jornais que trabalhavam o dia todo, não possuindo lugar para descansar (RAFANTE, 2006).

<sup>19</sup> Daniel Iretzky Antipoff (SÃO PETERSBURGO, 1919 – Belo Horizonte, 2005) foi um agrônomo, educador e psicólogo brasileiro. Era filho da educadora e psicóloga russo-brasileira Helena Antipoff e do jornalista e escritor russo Viktor Iretzky. Nascido em São Petersburgo, quando sua mãe trabalhava como psicóloga num centro de investigação soviético, passou os primeiros anos de sua infância na União Soviética e depois veio para o Brasil. Disponível em: <<http://cliopsyche.com.br/antipoff-helena-wladimirna-1892-1974/>>. Acesso em: 22 out.2014.

secretário da Educação Dr. Noraldino de Lima. Nesse período, contava com professores pagos pelo governo estadual para atender crianças mentalmente retardadas e com problema de conduta, como é mencionado anteriormente. Cabe destacar ainda que, na instituição, eram realizadas pesquisas na área de psicologia e, entre elas, a psicologia da aprendizagem (MAZZOTTA, 2011).

O instituto Pestalozzi impulsionou a educação especial em Minas Gerais e influenciou outras instituições em todo país. Com relação à metodologia, a instituição agrupava as crianças de acordo com critérios estabelecidos pela educação de testes de inteligência. Segundo Otília<sup>20</sup>:

As classes organizadas, considerando os vários critérios apontados acima, passaram a ser denominadas: classes A, B, C, AB, BC, Br, Cr, e ainda D e E. [...] As classes D e E foram chamadas Classes Especiais. Nelas, foram colocados os e excepcionais de toda a espécie, que frequentavam a escola pública: retardados mentais, deficientes sensoriais, e de linguagem, crianças com distúrbios de motricidade, orgânicos (classe D) e com desvios de comportamento (Classe E), Belo Horizonte: *Secretaria da educação do Estado de Minas Gerais, 1934-Boletim 14*. (ANTIPOFF, 1974, p. 58, grifo nosso)

De acordo com o Boletim da Secretaria do Estado de Minas Gerais, do ano de 1930, a separação dos alunos gradativamente construída como preferência e não como exceção; como uma prática pedagógica, a separação de crianças é usual para a educação em geral.

Definindo os espaços segregados de adequação e com poucas escolas públicas, na primeira metade do século XX, foram criadas as instituições privadas e de atendimento especializado, idealizadas por pais e profissionais. Essas instituições acabaram ocupando um lugar de destaque na educação especial brasileira, sendo visualizada, enquanto atendimento público, aos olhos da população, diante da gratuidade de alguns serviços prestados por essas instituições privadas (KASSAR, 2011).

---

<sup>20</sup> A psicóloga Otília Braga Antipoff nasceu na cidade mineira de Visconde do Rio Branco, casou-se com o professor Daniel Antipoff, portanto nora de Helena Antipoff. Não foi aluna, contudo aplicou as teses e trabalhou nos projetos de Helena Antipoff, também esteve presente em todas as atividades acadêmicas e científicas promovidas na área de superdotados desde 1971, quando foi realizado o 1º Seminário Brasileiro: Educação de Superdotados, promovido pelo Departamento de Educação Complementar do MEC, nos dias 21 e 22 de outubro de 1971, em Brasília, no DF. Em 1973, participou com Daniel Antipoff da fundação da Associação Milton Campos para o Desenvolvimento e Assistência às Vocações de Bem-Dotados – Adav, ONG criada por dona Helena Antipoff, em Ibirité, Minas Gerais, “a primeira instituição de educação para bem-dotados e talentosos no Brasil”. Disponível em: <[http://www.conbrasd.org/site/index.php?pg=conteudo\\_consulta.php&id=118&tipo=2](http://www.conbrasd.org/site/index.php?pg=conteudo_consulta.php&id=118&tipo=2)>. Acesso em 22 nov.2014.

**Figura 2 – Helena Antipoff com seus alunos na Fazenda do Rosário – Ibirité/MG – [19..]**



**Fonte: Campos (2003, p. 224).**

A educadora Helena Antipoff também participou ativamente da criação do Instituto de Educação Emendativa, em uma área de 45 alqueires, a 26 quilômetros de Belo Horizonte, precisamente em Ibirité e, em janeiro de 1940, a Fazenda do Rosário inicia seu trabalho com cinco meninos estudando em sistema de internato (ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI, 2014).

A educação ministrada na Escola Normal Rural era uma experiência pioneira não só em Minas Gerais como no Brasil. As disciplinas eram todas estudadas em função da zona rural e as atividades agrícolas, como a criação de gado e trabalho em puericultura<sup>21</sup>, o que foi um marco na história da Pedagogia (ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI, 2014).

O Estado de Minas Gerais, desde o início da primeira metade do século XX, teve um papel importante no cenário da educação especial no país. Como foi mencionado anteriormente, o Instituto São Rafael, fundado em 1926, foi a primeira Instituição educacional voltada para deficientes visuais de Minas Gerais e a segunda do país. A Sociedade Pestalozzi, criada em 1931, foi a primeira no país a dar assistência a deficientes mentais. Já o Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte, fundado em 1935, foi a segunda instituição pública para doentes mentais do Brasil.

Em 1º de junho de 1956, já na década de 1950, é fundada, em São Lourenço/MG, a primeira Apae<sup>22</sup> do Estado de Minas Gerais e a quarta do Brasil, uma entidade de assistência

<sup>21</sup>O termo puericultura, etimologicamente quer dizer: puer = criança e cultur/cultura = criação, os conjuntos de meios adequados ao desenvolvimento fisiológico da criança, antes e após o nascimento. (FERREIRA, 2010).

<sup>22</sup>A Apae é um movimento que se destaca no país pelo seu pioneirismo. Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. No seu país, já havia



à pessoa com deficiência, sendo um dos maiores movimentos filantrópicos do país e do mundo na área de atenção a pessoa com deficiência.

A consolidação de atendimento a pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais, a partir da década de 1950, expande-se. Essas entidades, as de ensino regular, como o Instituto São Rafael ou da Escola de Aperfeiçoamento de Professores para os Excepcionais, como também a de assistência filantrópica aos excepcionais, como é o caso das APAES; que contribuíram para a educação dos excepcionais no sistema geral de educação.

Portanto, a política educacional mineira caminhava para a equalização de problemas existentes na educação estadual, no que tange ao deficiente, embora do ponto de vista da escolarização e qualificação para o trabalho docente havia uma outra realidade que as direcionavam para a privatização do ensino emendativo sendo demonstrado pelo Estado um limite de ordem estrutural e material inviabilizando muitas das propostas pedagógicas.

Embora conciso, o estudo permitiu a aproximação dos fatos políticos e decisões tomadas no campo da educação do deficiente em Minas Gerais, como também o envolvimento da sociedade civil nesse processo.

## **2.2 Uberaba e sua história, das origens à década de 1950: desvelando a realidade político, econômica e os reflexos na educação**

A cidade de Uberaba formou-se na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, limita-se ao norte com Estado de Goiás pelo Rio Paranaíba; ao sul com o Estado de São Paulo pelo Rio Grande e com os Estados de Goiás e Mato Grosso. A ocupação, na época colonial, iniciou-se a partir da expedição sertanista de Bartolomeu Bueno da Silva<sup>23</sup>, o “Anhanguera”, em 1722, que percorreu todo o território durante a descoberta das minas de Goiás.

Essas expedições que atravessaram do sul ao norte a região do Triângulo Mineiro, com destino a Goiás, em busca do ouro, também encontraram os primeiros habitantes, os índios Caiapós.

---

participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos; e admirava-se por não existir, no Brasil, algo assim. Motivados por aquela cidadã, um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, fundou a primeira Apae do Brasil, no Rio de Janeiro. A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil, no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=12468>>. Acesso em 12 dez.2014.

<sup>23</sup> Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (1672-1740), bandeirante brasileiro nascido em Parnaíba, SP, memorável colonizador do Brasil central (Goiás). Disponível em <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/BartoBue.html>>. Acesso em 12 set.2014.

Mapa 1 – Trajeto aproximado da Estrada do Anhanguera em um mapa atual.



Fonte: Riccioppo Filho (2007, p. 83).

Em 1730, com o surgimento dos primeiros arraiais do ouro, os sertanistas paulistas abriram uma rota ligando a vila de São Paulo aos novos arraiais. Esse caminho ficou conhecido como a Estrada dos Goiazes ou Anhanguera, um sertão ainda muito desconhecido e habitado pelos índios caiapós. Em 1736 foi criada a capitania de Goiás, a qual pertencia o território do Triângulo Mineiro.

Essas terras foram entregues para a ocupação a partir do fim das guerras contra os quilombos no oeste mineiro. Em 1769, o governo da capitania conduziu um plano de colonização, que se efetivou no período de 1770.

No sertão dos Araxás, entre o Rio Paranaíba e Rio das Velhas, hoje Rio Araguari, pertencente na época à capitania de Goiás, surgiram vários arraiais<sup>24</sup>, entre 1790 e 1816. À região a oeste do Desemboque<sup>25</sup> deram-lhe o nome de Sertão da Farinha Podre. A origem desse nome é que as “provisões de boca” que haviam deixado sob uma árvore, para abastecimento da volta, estavam apodrecidas (REZENDE, 1991).

<sup>24</sup> Denominava-se *arraial* o núcleo constituído por, pelo menos, uma capela curada (com um religioso fixo), um adro (nome pelo qual é chamada a área externa, em geral cercada, das igrejas) e algumas habitações ao redor dele. A capela assentava-se no patrimônio, isto é, no terreno doado (LOURENÇO, 2010).

<sup>25</sup> Antiga povoação mineira do Rio das Abelhas que teve sua fundação datada aproximadamente de 1740. Entre 1743 e 1781, suas minas produziram mais de 100 arrobas de ouro. O arraial cresceu, contando com mais de 196 casas e de 1000 habitantes. Em 1766 foi criado o Julgado de Nossa Senhora do Desterro das Cachoeiras do Rio das Velhas do Desemboque. Abrangia o Triângulo Mineiro atual e todo o sul de Goiás, menos o Julgado de Santa Luzia. A sua decadência iniciou-se em 1781 (REZENDE, 1991).

No final do século XVIII e início do século XIX, famílias de imigrantes vindas da região central e sul da capitania de Minas Gerais, conhecidos como geralistas, estabeleceram-se como fazendeiros na área situada entre os Rios Paranaíba e Grande (LOURENÇO, 2010).

Os primeiros habitantes eram oriundos do maior povoado da região – o Arraial de Nossa Senhora do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas (Desemboque), cujas minas de ouro estavam em fase de esgotamento em 1781. Aos poucos seus habitantes emigraram para a extensa faixa de terra entre o Rio Grande e Paranaíba, dando origem ao arraial de Uberaba. O seu fundador, Major Eustáquio<sup>26</sup>, edifica, à margem direita do Córrego da Laje, uma morada; dois quilômetros acima de sua sede, hoje Praça Rui Barbosa, constrói o retiro para suas criações.

A partir desses acontecimentos, os moradores do Arraial da Capelinha<sup>27</sup> e do Desemboque vão se transferindo para perto do retiro do Major Eustáquio. Na Figura 3, pode-se ver as primeiras rotas, com os rios que cortavam os sertões da farinha podre e os povoados que nasciam na região do Triângulo Mineiro.

O viajante francês, Auguste de Saint-Hilaire<sup>28</sup>, em 1819, por ocasião de sua passagem pelo nascente arraial observou:

Farinha Podre fica situado em região descampada, num vale amplo cortado por um riachinho. O arraial é composto de umas trinta casas espalhadas nas duas margens do riacho e todas, sem exceção, haviam sido recém-construídas (1819), sendo que algumas delas estavam ainda inacabadas quando por ali passei. Muitas delas eram espaçosas pelos padrões da região, e feitas com esmero. [...] desde a sua fundação, a antiga estrada foi inteiramente abandonada pelas tropas de burros, que atualmente passam pelo próprio arraial, onde os tropeiros encontram mais facilidade para a compra de provisões. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 150-151)

---

<sup>26</sup> Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira nasceu em Vila Rica, hoje Ouro Preto/MG, em 1770, vindo para o Desemboque, recebeu os títulos de Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre e de Curador de Índios do Distrito; irmão do fundador de Uberaba/MG, o Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, foi nomeado pelo Governador Provincial, em 27/10/1809, para as funções de Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre. Por ato de 3/02/1811, Antônio Eustáquio passou a ser, também, Comandante do Distrito e Curador dos Índios, sendo inclusive encarregado de zelar pela segurança dos colonos que estavam se instalando naquela região (PONTES, 1970).

<sup>27</sup> Os colonos ergueram uma capela dedicada a Santo Antônio e a São Sebastião, o que acabou batizando o povoado. O arraial localizava-se nas cabeceiras do ribeirão Lajeado, próximo à serra da Ponte Alta, a 15km do centro da atual cidade de Uberaba (RICCIOPPO FILHO, 2007).

<sup>28</sup> Auguste de Saint-Hilaire (Orleães, 4 de outubro de 1779; Orleães, 3 de setembro de 1853), uma vez denominado como naturalista e viajante francês, tinha sua formação como botânico e conseguiu reunir um riquíssimo acervo referente à História Natural, como também realizou inúmeras pesquisas de interesse para a geografia, etnografia e história. Disponível em <<http://www.ihgrgs.org.br/artigos/saint-hilaire.htm>>. Acesso em 20 set.2014.

**Figura 3 – Carta corográfica da província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e desemboque da província de Minas Gerais / organizado pelo brigadeiro, Raimundo Jozé da Cunha Mattos.**



Fonte: Matos (1836).

O comandante Major Eustáquio acabou criando condições propícias para a proteção de colonos e índios mansos, assim, facilitando a migração de grande número de pessoas, bem como famílias que se mudaram para o novo arraial. Os moradores logo ergueram uma capela, e com o prestígio da Igreja, logo foi reconhecida como povoado. Em 2 de março de 1820, o Rei D. João VI decreta a elevação de Uberaba à condição de Freguesia.

Com o baixo valor das terras e isenção de impostos sobre elas, em pouco tempo agregou-se uma população de agricultores, pecuaristas e comerciantes, acontecimento que acabou viabilizando ao Governo de Minas Gerais a criação do município de Vila de Santo Antônio de Uberaba em 1836.

Logo a criação de gado se destacou como força produtiva na região e passou a abastecer os tropeiros viajantes que percorriam as rotas do interior do país, os sertões brasileiros. Foram fatores preponderantes para a criação de Uberaba na época: a rota criada por Anhanguera, a decadência das minas na região do Desemboque, como também a criação de gado.

Em 7 de janeiro de 1837, instalou-se a Câmara Municipal. Em 1840 passou a sediar uma Comarca para distribuir a justiça na região. A importância regional da Vila de Santo Antônio de Uberaba era evidente, tornando-se um importante centro comercial próspero e com uma população de 1.923 pessoas e 337 habitações (SAMPAIO, 1971). Nesse período, Uberaba então passava por um processo de urbanização, enquanto na Europa a Revolução Industrial (1760-1840) se desenvolvia, os sertões brasileiros viviam imersos num pré-capitalismo escravagista e dominados pela política coronelista (RICCIOPPO FILHO, 2007).

No período entre 1820 (Freguesia) e 1836 (Vila), a educação dos filhos da elite uberabense era feita em geral pelos padres católicos, que ensinavam a leitura principalmente aos meninos. Riccioppo Filho (2007, p. 111) observa que, em 1925, havia duas escolas primárias masculinas, uma dirigida pelo Cônego Carlos José da Silva e a outra por Júlio Luís Mamede.

Na década de 1850, o país atravessava um período fértil na economia, com a exportação do café e a extinção do tráfico de escravos. Uberaba adquiriu uma economia estável, logo em 1856 foi elevada à categoria de cidade pelo Governo (SAMPAIO, 1971).

Esse crescimento econômico exigia novos serviços para a sociedade uberabense. Assim, na definição de Lourenço:

[...] surgiram escolas, teatros, e a política institucional, com casa de Câmara e cadeia. E é justamente nesse momento que se percebe o surgimento de uma outra elite, agora com ares de urbanidade, formada pelos professores, amanuenses<sup>29</sup>, juizes, padres, que começariam a publicar jornais e a fazer saraus. Pode-se dizer que nessa fase já existia o urbano. (LOURENÇO, 2002, p. 237)

Segundo Rezende (1991, p. 40), Uberaba desempenhou um papel de polo comercial importante para abastecimento do interior do Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso.

E como tal, em 1854, foi fundado o Colégio Vaz de Melo, o primeiro estabelecimento de ensino a assegurar, ao mesmo tempo, o ensino primário e secundário. Era dirigido por Dr. Fernando Vaz de Melo e Dr. Raimundo des Genettes.

Até 1859, Uberaba viveu um período próspero, pois o comércio de sal quadruplicou em função da expansão da pecuária bovina, um produto de muita importância na época colonial. Por volta de 1860, surgiram novas rotas comerciais para Goiás e Mato Grosso e com isso novos entrepostos de venda de sal nasceram, fazendo com que o seu comércio declinasse (RICCIOPPO FILHO, 2007).

A partir de 1864, Uberaba passa a recuperar-se no comércio local, em função de uma sequência de acontecimentos, como a guerra civil que se passava nos Estados Unidos, aumentando a venda de algodão para a Europa. Uberaba então passa a fornecer esse produto para exportação. A Guerra do Paraguai (1864-1870) fez com que as tropas de combate se reunissem em Uberaba, vindas de Ouro Preto, marchando em batalha para o Mato Grosso, aquecendo o comércio local e da região.

---

<sup>29</sup> Amanuense ou copista é aquele que copia textos ou documentos à mão, escrevente. (BUENO, 1996)

A Estrada de Ferro Mogiana, que chegava até a vizinha cidade de Ribeirão Preto, era, por conseguinte, a ponte para a vinda do progresso até a cidade de Uberaba. Como um gesto político para o desenvolvimento da região, o Estado de Minas Gerais conseguiu a expansão da ferrovia de Ribeirão Preto até a cidade de Uberaba. Assim, em 23 de abril de 1889, deu-se a inauguração do meio de transporte mais moderno na época, o trem, melhorando ainda mais o crescimento da cidade, aumentando a população, inclusive com a vinda de imigrantes europeus.

Entre os anos de 1895 e 1896, após sete anos de prosperidade, Uberaba, que havia sido o ponto final da estrada de ferro, passa a não ter mais esse desenvolvimento econômico. Com a inauguração, em 21 de dezembro de 1895, do novo trecho compreendido entre Uberaba e São Pedro do Uberabinha (atual Uberlândia), o comércio de Uberaba declinou novamente em função do avanço da ferrovia.

Assim a alternativa de muitos fazendeiros, que já conheciam o gado Zebu, foi optar por importar diretamente da Índia (país originário do gado zebu) e melhorar os seus rebanhos, consolidando a pecuária zebuína como atividade de desenvolvimento para a cidade. Nesse mesmo ano de 1895, também houve a inauguração do prédio do Colégio Nossa Senhora das Dores, que funcionava em regime de internato e externato. Entretanto, foi entre o final do século XIX e início do século XX, que Uberaba passou a ter um maior número de escolas de ensino como mostra o Quadro 11:

**Quadro 11 – Instituições de ensino de Uberaba entre o final do século XIX e início do século XX, de nível primário e secundário.**

Nº	Nome	Período de funcionamento	Tipo
1	Colégio Vaz de Melo	1854 - 1857	Particular
2	Colégio Des Genettes	1859 - 1861	Particular
3	Primeiro Liceu Uberabense	1877 - 1879	Particular
4	Colégio Piedade	1878 - 1882	Particular
5	Externato Uberabense	1879 - 1881	Particular
6	1ª Escola Normal de Uberaba	1881 - 1905	Estadual
7	Segundo Liceu Uberabense	1881 - 1891	Particular
8	Colégio Uberabense	1889 - 1896	Particular
9	Colégio Maria Isabel	1899 - 1906	Particular
10	Colégio Nossa Senhora das Dores	1885 – até o momento.	Confessional/Igreja
11	Seminário Episcopal	1886 - 1889	Confessional/Igreja
12	Externato Diocesano do Sagrado Coração de Jesus	1899 - 1902	Confessional/Igreja
13	Ginásio Diocesano do Sagrado Coração de Jesus	1903 – até o momento.	Confessional/Igreja

Fonte: (GUIMARÃES, 2007, p. 70-76)

Como se pode perceber no Quadro 11, as instituições de ensino de Uberaba eram, por sua vez, ou confessional ou particular, não havia quase nenhuma iniciativa educacional do estado ou pública. Assim, a formação dos alunos estava articulada aos mestres que possuíam uma ligação direta com a elite da cidade. Da mesma forma, a Igreja, através de suas instituições também articulava e doutrinava a elite dominante da cidade.

Em 1899, em Uberaba, o jornal *Lavoura e Comércio* inaugurou sua primeira edição impressa em 06 de julho de 1899, criada por um grupo de produtores rurais insatisfeitos com a política fiscal do Estado. Durante muitos anos, os uberabenses reuniram-se à frente da sede do jornal, na Rua Vigário Silva, no centro da cidade, para lerem as últimas notícias que eram publicadas a mão e expostas em um quadro. É o jornal mais antigo de Minas Gerais e o terceiro mais antigo do país.

Em 1905 foi implantada a Companhia de Energia Elétrica em Uberaba pela empresa Ferreira, Caldeira & Cia, fato que impulsionou o desenvolvimento da cidade.

**Figura 4 – Inauguração da Luz Elétrica na Praça da Matriz em Uberaba em 31/12/1905.**



**Fonte: Arquivo Público de Uberaba.**

Sobre a inauguração da luz elétrica em Uberaba, Sampaio afirma:

Foi esse um dia de festa esplendida. A ela concorreu grande numero de pessoas de todas as classes sociais, do município e dos municípios vizinhos: Excelentíssimo Bispo Diocesano, Dom Eduardo Duarte Silva, com seu clero secular o regular; o Vigário Geral do Bispado e da Paróquia, Monsenhor Inácio Xavier da Silva; o juiz de Direito da Comarca, Dr. Epaminondas Bandeira de Melo; o Juiz Municipal, Dr. Egídio de Assis Andrade; o promotor da justiça; o curador geral dos órfãos; o delegado de policia; o Presidente da Câmara Municipal e agente executivo com seus camaristas e

funcionários municipais; as demais autoridades, empregados públicos e os do foro. (SAMPAIO, 1971, p. 209)

Pode-se observar, na narrativa de Sampaio, o grande poder da Igreja na época, sempre unida ao poder e a elite econômica<sup>30</sup>, participando de todos os acontecimentos e de boa parte das decisões políticas do município.

Em 29 de julho de 1909 foi inaugurado, pelo estado de Minas Gerais, o primeiro grupo escolar de Uberaba, com o nome de Grupo Escolar de Uberaba, o primeiro estabelecimento para o ensino primário público estadual da cidade de Uberaba.

**Figura 5 – Grupo Escolar de Uberaba no dia da inauguração em 03/10/1909.**



**Fonte: Arquivo Público de Uberaba.**

Percebe-se, na Figura 05, que esse Grupo Escolar foi construído nos conceitos de modernidade da época, uma arquitetura neoclássica, dentro das perspectivas higienistas, com amplas janelas, que traziam ótima iluminação, com paredes altas e janelas imponentes (RICCIOPPO FILHO, 2007).

Embora as escolas isoladas já existissem e fossem o embrião para a criação dos grupos escolares, esclarece Souza:

---

<sup>30</sup> Mills esclarece que em toda cidade média ou pequena da América um grupo superior de famílias paira acima da classe média e sobre a massa da população de funcionários de escritório e operários assalariados. Os membros desse grupo possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com frequência no jornal local e, na realidade, o jornal é deles, como deles é a estação de rádio. Também são donos das três fábricas locais mais importantes e da maioria das casas comerciais ao longo da rua principal; dirigem, ainda, os bancos. Associando-se uns aos outros intimamente têm consciência do fato de pertencerem à classe das famílias liderantes (MILLS, 1981).



Em se tratando destas escolas municipais existentes em Uberaba, cabe ressaltar que o inspetor não utilizou, em seus relatórios, a denominação escolas isoladas nem escolas reunidas. Entretanto, considerando as características apresentadas, é possível supor que as escolas urbanas que possuíam de 2 a 4 turmas e sempre contavam com mais de um professor tratavam-se de escolas reunidas. Em contra partida, as escolas suburbanas, rurais e distritais apresentavam as características das escolas isoladas, nas quais um mesmo professor era responsável por uma turma com diversos alunos em diferentes níveis de adiantamento. (SOUZA, 2012, p. 903)

A partir de 1910, Uberaba perde a hegemonia da intermediação comercial com Mato Grosso e Goiás, devido ao novo imposto de exportação criado pelo Governo Mineiro. Com o declínio, o município de Uberaba, que era cidade polo do comércio Triângulino, entrou em crise. Diante disso, houve uma mudança em sua atividade produtiva comercial, que foi se tornando um grande centro pecuarista da região.

Nos anos de 1910 a 1930, a criação de gado Zebu atingiu seu apogeu, mas teve seus reflexos não tão otimistas para outros estudiosos. Segundo Rezende (1991, p. 91), “a criação de gado Zebu promoveu a elevação da vida econômica do município, mas trouxe consigo reflexos negativos no tocante à vida social, se atentar para o fato de que o surto de urbanização declinou e a vida cultural empobreceu”. Esse período é marcado por um grande reflexo de acúmulo de capitais dos criadores, sem impacto significativo na vida urbana. Desse modo, o contexto da economia zebuzeira é notadamente marcado pelo isolamento dessa elite econômica em torno de seus interesses econômicos e políticos.

O comércio local não se desenvolvia, os criadores de gado Zebu adquiriam tudo do comércio externo, inclusive do exterior, as roupas, os móveis de casa, até os azulejos das exuberantes residências vinham da Europa (WAGNER, 2006). Para a administração local, o comércio de gado Zebu não trazia desenvolvimento para a cidade devido ao recolhimento de impostos que, em relação à indústria, o mercado de gado zebu recolhia taxas impostos quase simbólicas.

Esse raciocínio acentua-se na medida em que se conhece em profundidade os aspectos sociais da época, como afirma Wagner:

Esta elite, portanto, não contribuiu para o desenvolvimento do município, pois, além da continuidade do seu poder ali estabelecido acabou perpetuando o desemprego, o analfabetismo, a ausência de investimentos no setor produtivo, de maneira que o município de Uberaba se transformaria em uma grande fazenda a serviço dos coronéis. (WAGNER, 2006, p. 107)

Nesse período de 1910 a 1930, para enfrentar o poder das elites econômicas, o proletariado local se organizou e fundou a Liga Operária Uberabense, cuja base ideológica eram os ideais anarquistas. Inicialmente, com a participação de imigrantes italianos e espanhóis, que ainda dominavam o movimento sindical Uberabense, nos últimos anos, foram perdendo espaço para os comunistas, como legítimos representantes do operariado.

Contra a hegemonia local surgiu o jornalista Orlando Ferreira<sup>31</sup>, intelectual autodidata que trabalhou em diversas atividades na cidade e que mais tarde foi funcionário dos Correios e Telégrafos. Com isso, reuniu um grande conhecimento da realidade Uberabense, publicando várias obras nas quais denunciava as instituições sociais, a Igreja Católica, as elites familiares locais e a administração municipal.

Para o jornalista, a elite econômica, por sua vez, tentava convencer a sociedade uberabense de suas qualidades: inteligentes, elegantes e caridosos, e dotados da capacidade de liderar o município de Uberaba (FONSECA, 2014).

Como escritor, Orlando Ferreira lança uma obra polêmica com o título *Terra madrasta: um povo infeliz*, em 1928, na qual ele faz um relato das administrações locais, as oligarquias<sup>32</sup> uberabenses e o Governo Estadual (FONSECA, 2014).

Em um dos trechos de seu livro, Ferreira cita o seguinte:

Os partidos “políticos” de Uberaba foram sempre compostos, quase que inteiramente, de indivíduos sem honra, sem patriotismo, sem instrução, de uma ignorância apavorante, quase boçais, e tipos quase sempre criminosos, incursos em vários artigos do Código Penal e que, por isso mesmo, em vez de dirigirem o povo, deviam estar na cadeia; se há exceções, e de fato sempre houve, é quando se trata porém de pessoas tímidas, acomodáticas, sem fé, sem coragem, incapazes de uma reação, vítimas do meio, com alguma inteligência, mas sem a prática e habilidade [...]. (FERREIRA, 1928, p. 136)

Essa análise polêmica da cidade de Uberaba, na década de 1930, traz uma realidade bastante relevante, tecendo fortes críticas aos grupos que estavam no poder, permeia uma realidade até então escondida dentro da sociedade uberabense. Embora na cidade de Uberaba estivessem surgindo alguns indícios de uma força contra-hegemônica para assim enfrentar a

---

<sup>31</sup> Orlando Ferreira (1886-1957), também conhecido como Doca, foi um jornalista independente que criticava as elites econômicas, políticas e religiosas da cidade de Uberaba, região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais.

<sup>32</sup> Oligarquia significa etimologicamente “governo de poucos”, mas, nos clássicos dos pensamentos políticos gregos que transmitiram o termo à filosofia política subsequente, a mesma palavra tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de “governo dos ricos” (BOBBIO, et al., 2004).

elite econômica e agrária, não eram suficientes para desafiar tamanho poder político das oligarquias uberabenses.

Em 1934, é fundada a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro – SRTM, cuja sua primeira diretoria foi presidida por Fidélis Reis. Na área social, Uberaba dava seus primeiros passos com a fundação do Rotary Club de Uberaba, em 1937; entre seus fundadores, destaca-se Dr. Odilon Fernandes, que viria a compor a diretoria do ICBC (BILHARINHO, 2009).

A partir do Estado Novo (1930), o Governo provisório e o controle centralizador do Estado nomearam como chefe do executivo o Dr. Guilherme de Oliveira Ferreira, contrariando seriamente os grandes proprietários de terra. Assim permaneceu no cargo até janeiro de 1935 e, a partir dessa data, o governo municipal foi exercido por agentes executivos, nomeados pelo interventor mineiro Benedito Valadares (1933-1945).

Com a volta das eleições municipais em 1936 e novamente com o golpe de 1937, a política local havia mudado, interrompendo a hegemonia das oligarquias, que já não podiam exercer seu poder sobre os administradores municipais, já que eram nomeados a partir do interventor. (FONSECA, 2014)

Amparado pelo Estado Novo, um novo vereador impulsiona a política local, que se volta para o desenvolvimento urbano e comercial da cidade. Whady Nassif, filho de imigrantes libaneses, era advogado e simbolizava a nova elite econômica local, formada por profissionais liberais, sobretudo médicos, advogados e engenheiros. Esses novos atores tinham por objetivo delinear uma nova cidade, em todos os seus aspectos, principalmente o urbanístico. (FONSECA, 2014)

Com a Constituição de 1934, o prefeito poderia ser escolhido indiretamente por seus vereadores. Assim, em julho de 1937, Whady Nassif (1937-1943) foi eleito prefeito, considerando a política de Vargas de retirar as oligarquias do poder. A figura de um jovem advogado sem vínculos com grupos políticos locais, teria maior condição de independência política. (FONSECA, 2014)

No final de 1937, com o novo golpe de Getúlio Vargas, novamente são dissolvidos os poderes legislativos e fechadas as Câmaras Municipais. Isso, é claro, enfraqueceu o poder das elites locais. Benedito Valadares, interventor mineiro, então nomeia Whady Nassif para prefeito novamente. Ele fez transformações significativas na estrutura da cidade entre os anos de 1937 e 1940, modernizando e desenvolvendo a cidade com várias melhorias como: abastecimento de água, a instalação de uma pequena usina hidrelétrica para abastecimento de energia elétrica, a abertura de várias avenidas, reformas do Mercado Municipal e outras obras de muita importância para a cidade (FONSECA, 2014).

O prefeito, percebendo a necessidade de sobreviver ao jogo da política local, não poderia deixar de atender, em algum momento, aos interesses dos poderosos pecuaristas. Assim, através da prefeitura, apoiou a criação de um grande parque, que seria inaugurado em maio de 1941, com a presença de Getúlio Vargas, de Benedito Valadares e do próprio Fernando Costa (FONSECA, 2014).

Esse cenário político, que se delineava em Uberaba na década de 1930 e 1940, mostra a fragilidade da sociedade civil, bem como demonstra o poder das elites econômica que manipulava politicamente seus interesses pessoais e econômicos.

O conflito entre o Governo do Estado Novo e as oligarquias locais no final da década de 1940 e início dos anos de 1950, em nada resultou para a sociedade local, já que as forças eram manipuladas nos bastidores, inviabilizando projetos de longo prazo para a cidade. (FONSECA, 2014).

A cidade de Uberaba, na década de 1950, refletia os acontecimentos políticos nacionais, qualquer ação social teria que partir das elites econômica ou convencê-las de sua importância e contar com a simpatia de associações e clubes de serviços se tornando fundamental para o seu sucesso.

A seguir, serão relatadas as motivações para a criação do Instituto de Cegos do Brasil Central – ICBC, comprovando que, para a sua criação e desenvolvimento, era necessário estar em consonância com a sociedade local, bem como justificar para seus doadores a necessidade de sua fundação.

### **2.3 Motivações para criação do Instituto de Cegos do Brasil Central – ICBC**

Em meio às questões políticas, sociais e econômicas as quais o país vivenciava no ano de 1942, na cidade de Uberaba, dois jovens estudantes formados pelo Instituto São Rafael na cidade de Belo Horizonte, unidos à sociedade civil organizada, propuseram a criação da Associação dos Cegos do Triângulo. A sociedade civil aqui representada pelos clubes sociais de serviços como a Loja Maçônica, o Rotary Clube e a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro.

Esses dois jovens de 20 e 22 anos, sendo deficientes visuais, teriam enfrentado sérias dificuldades ao sofrerem as adversidades presentes no cotidiano, como a discriminação, segregação, desrespeito e principalmente a ausência de oportunidades pelas quais passavam as pessoas com deficiência visual.

Considerando essa ausência de direitos a que sofriam esses cidadãos, enquanto deficientes tinham como motivações principalmente retirar das ruas, da situação de marginalidade, da nulidade que viviam, os desprovidos de visão e torná-los cidadãos ativos na sociedade. Para isso, o objetivo era criar um espaço de educação, trabalho, saúde, sociabilidade para os cegos e dar apoio às famílias que viviam com tanto sofrimento.

Os responsáveis por esse feito são Antônio Simões Borges, natural de Araxá/MG, nascido em 7 de janeiro de 1922, filho de Aníbal Simões Borges e Ernestina Simões Borges, era cego de nascença, e Cléver Novais, natural de Juiz de Fora, nascido em 22 de agosto de 1920, filho de Manuel Novais e Leonor Pires Novais. Ambos enfrentaram a barreira da deficiência visual, o que os motivou a efetivar os seus propósitos de melhores condições de vida.

**Figura 6 – Fundadores do ICBC: Cléver Novais e Antônio Simões Borges.**



**Fonte: ICBC, [19..].**

Antes de se transferirem de Belo Horizonte para o Triângulo Mineiro com o propósito de “edificar uma instituição que oferecesse oportunidades às pessoas com deficiência visual”, tentaram primeiro em Araxá/MG, onde Cléver Novais possuía uma casa, porém não alcançaram o apoio necessário da sociedade em prol de seus objetivos. Foram para Uberaba, uma cidade de maior porte e com melhores condições, para implantarem o projeto. Em Uberaba, instalaram-se com a intenção de atender não só a demanda da cidade, mas todos os deficientes visuais da região circunvizinha.

Cléver Novais, no início dos anos de 1940, em um de seus primeiros contatos em Uberaba com o Dr. Odilon Fernandes, em uma visita a seu consultório odontológico, explanou todo o seu projeto de criar uma instituição para oferecer mais condições de vida aos deficientes visuais. A partir disto, o Dr. Odilon Fernandes se identificou com o projeto e foi um de seus maiores apoiadores vindo a ser presidente da instituição posteriormente.

Um dos primeiros contatos de Cléver Novais em Uberaba foi com Georges Jardim, colunista no jornal *Lavoura e Comércio*.

Admiro-a extraordinariamente e considero seus fundadores e iniciadores, os professores Cléver Novais e Antônio Borges, criaturas superiores credenciadas ao reconhecimento e admiração de seus irmãos de cegueira, e não só deles mas de toda uma comunidade onde eles são verdadeiros beneméritos, seres predestinados a uma obra de mérito incalculável. [...] Assisti aos primórdios desta extraordinária organização, fui talvez dos primeiros a tomar contato com Cléver Novais quando aqui chegou com sua ideia luminosa e apostolar de fundar uma associação e confesso que inicialmente tive dúvidas sobre o seu êxito. Mas hoje afirmo satisfeito o meu erro de calculo e como uberabense me orgulho daqueles que vão pouco a pouco tornando realidade este sonho dos cegos da região triângulina [...]. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1946, p. A-03)

A partir desses contatos, deram-se outros e as primeiras ações em favor da efetivação da criação de uma instituição assistencial. Dessa forma, essas articulações foram-se organizando através de relacionamentos com pessoas ligadas à sociedade civil organizada, clubes de serviços e associações no sentido de concretizar tal empreendimento.

A construção da histórica do ICBC é permeada por desafios, ações de uma comunidade que se organizava em prol de um determinado segmento. A efetivação da construção da instituição se deu oficialmente em 25/08/1942, quando foi realizada a primeira reunião oficial da Associação dos Cegos do Triângulo Mineiro, que aconteceu na sede da Associação dos Empregados do Comércio de Uberaba. Nessa reunião compareceram ilustríssimos cidadãos da sociedade uberabense que se colocaram à frente da proposta: Arquimedes de Oliveira (médico), Edigard R. da Cunha, Mário Franco, Bruno Martinelli e os professores Cléver Novais e Antônio Simões Borges.

A sessão foi aberta às 20h30min, pelo Dr. Arquimedes de Oliveira que assumiu definitivamente a presidência e considerou automaticamente empossados os outros membros da diretoria, mesmo sem a presença de alguns na reunião, ficando composta da seguinte forma:

Presidente: Dr. Arquimedes de Oliveira  
Vice-presidente: Dr. Georges C. Jardim  
2º vice - presidente: Dr. João Henrique  
3º vice - presidente: Dr. Mário A. de Figueiredo  
Secretário: Mário Arantes de Carvalho  
2º secretário: Necher Camargo  
3º secretário: Souza Júnior  
Tesoureiro: Bruno Martinelli

2º tesoureiro: Silvio Cunha Campos  
3º tesoureiro: Mario Franco  
Procurador: Dr. Edigard R. da Cunha  
2º procurador: Dr. Pelópidas Fonseca  
Diretor Técnico: Prof. Cléver Novais  
Vice-diretor técnico: Prof. Antônio Simões  
(ICBC, 1942)

Nessa data, o presidente Dr. Arquimedes de Oliveira, envolvido pelo sentimento, emitiu o seu contentamento com o momento que estava vivenciando e quão satisfeito estava em dirigir a instituição, a qual se referia como,

Tão filantrópica [...] que estava absolutamente convicto de que em cada um dos seus colegas de diretoria ele teria sempre um autêntico vanguardeiro na nobilíssima tarefa de erguer nesta próspera cidade um estabelecimento destinado a educar e amparar aqueles aos quais a fatalidade privou do mais precioso sentido que é o da visão material. (ICBC, 1942)

Apesar ou mesmo devido ao momento político, em sua fala na reunião, o Dr. Arquimedes se refere às ações dos amigos como de “irrestrita solidariedade”, considerando a causa social voltada para o não vidente permeada por “finalidades tão patrióticas e altruístas” (ICBC, 1942). Por sua vez, ao fazer uso da palavra, o professor Cléver Novais, como principal idealizador da Associação dos Cegos do Triângulo e enquanto diretor técnico, agradeceu a compreensão de toda a diretoria e a “solicitude, boa vontade e entusiasmo que todos se dedicavam a serviço deste empreendimento” e relata textualmente:

Seja-me também permitido testemunhar aqui toda a nossa imorredoura gratidão ao povo uberabense em geral, pois a despeito da grave e angustiosa situação por que atualmente passa o nosso Brasil, a nossa associação aqui vem merecendo enorme apoio moral e satisfatório amparo financeiro. (ICBC, 1942)

Ao se referir ao Brasil que, naquele período (1930), vivia momentos importantes do autoritarismo do Estado Novo, recessão, conflitos internos e externos, um período de “reformas radicais” propostas pelo então Presidente da República Getúlio Vargas em todos os setores da vida social, o então diretor da associação afirmava e tecia elogios ao povo uberabense que continuava ajudando e se mantinha firmes no apoio à obra.

No primeiro ano de existência, o grupo iniciou o processo de regularização da documentação da associação, redigindo o seu estatuto de funcionamento; preocupou-se com o aumento do número de associados; com arrecadação de recursos financeiros e outra

preocupação de grande importância foi quanto ao aluguel de um espaço para instalação da sua sede. Segundo o presidente,

A associação já estava em condições de alugar uma sede provisória, e que, por isto, já haveria ele entabulado negociações com o Sr. Aurelino Luís da Costa, a fim de alugarmos uma das suas casas na rua Constituição número 8. Como ainda é diminuta a sua receita e porque a “associação” urgentemente precisa ser instalada, combinou-se um meio de se adquirir fundos com que se lograsse esta dificuldade. (ICBC, 1942)

A fim de angariar os recursos necessários à manutenção dessa despesa com a sede, que se instala em uma casa pequena, improvisada localizada à rua da Constituição, nº 08, o grupo se dividiu e cada um deles ficou responsável por uma lista para angariar “donativos”. Com isso, o presidente denomina a associação de caráter assistencial e de caridade como muitas outras existentes no país e eleva a importância do papel das ações desse nível. Refere-se à associação como um espaço que possibilitará a inserção do indivíduo cego na atividade laboral de modo a transformá-lo em um cidadão ativo na sociedade. Para ele, a associação é uma

[...] auspiciosa criação [...] obra que, à semelhança de todas as outras igualmente necessárias casas de assistência social, há de receber todas as bênçãos dos céus, para que assim em breve se engrandeça [...] se mais o patrimônio dessa terra laboriosa, bem como a colaborar ativamente na dignificante missão de tornar o cego um indivíduo apto a viver honradamente do seu próprio trabalho. (ICBC, 1942)

A arrecadação de recursos financeiros era uma grande preocupação. Até aquele momento, a única forma viável de se alcançar os recursos para a manutenção da associação era por meio de doações, isto é, da filantropia, possibilidade através da sociedade civil da cidade, e com o aumento de associados, que naquela época já se aproximava de 450 pessoas. (ICBC, 1942)

O Sr. Mario Franco apresentou sua lista e a arrecadação no total de \$2.800.000 que estava depositado no Banco Triângulo Mineiro. Ainda na perspectiva de economizar gastos com a manutenção da casa, pensou-se para isso pleitear, junto à Administração Pública, a isenção de iluminação e água do prédio alugado. Não se tem registros sobre a resposta da Prefeitura Municipal sobre esse pedido.

Em relatório, o tesoureiro da associação apresenta dados financeiros e propõe carta de agradecimento a todos da lista de doadores:



A conclusão deste minucioso e caprichado relatório, evidencia que nossa casa desde o seu nascer, até o dia 30 de setembro de 1942, isto é, um pouco mais de um mês de existência já tinha ganho mais de Cr\$2.800,00 com os quais pudemos fazer fase as despesas de sua instalação. Por outro lado, ficou esclarecido que em virtude de tantos e tão necessário gastos, a “associação” apenas possuía um saldo inferior Cr\$ 200,00... (ICBC, 1942)

A fim de alcançar o objetivo de angariar fundos e aumentar o número de associados, o discurso motivacional, por parte do presidente, era o elogio ao povo uberabense e o despertar para os resultados positivos que poderiam alcançar com o trabalho voltado aos portadores de alguma deficiência visual.

Ao falar ao grupo, o diretor professor Cléver Novais afirma:

Graças a Deus, ao magnânimo coração de muitas pessoas desta próspera e laboriosa terra, em tão pouco tempo de existência a nossa instituição já conta com mais de 450 sócios. Frisou ainda que necessitamos de obter um associado bem mais numeroso afim de que o mais breve possível nossa casa encontre em condições de responsabilizar-se no sentido de livrar a cidade da mendicância dos cegos, assim asseverou ainda o diretor técnico. “Cumprimos igualmente a todos o máximo do nosso entusiasmo, do nosso esforço e desprendimento em prol dessa nossa patriota e humanitária organização social, para que também aqui os não-videntes possam receber ao menos um pouco dessa maravilhosa luz que é a instrução com a qual, mais digna e suavemente ele saibam conquistar o ”pão de cada dia”, e mais esclarecida mente cultivem o seu amor a nossa estremecidas pátria. (ICBC, 1942)

O diretor expressa, ainda em sua fala, o pensamento ideológico da “ordem” ditada no país, onde a situação de pobreza e a falta de condições de sobrevivência digna dos cegos manchavam, de alguma forma, a organização da sociedade. Esse discurso político fazia parte do projeto de Getúlio Vargas que vislumbrava para o país a urgência da “mobilização do civismo”, da consciência patriótica e humanística. Acreditava-se que tudo isso era possível através da Igreja, educação, a juventude e a educação moral e cívica, e que todos da sociedade eram responsáveis pelo país (HORTA, 2012).

Neste contexto do discurso de amor à pátria e da comoção social instituída no país, a associação começa a produzir alguns “frutos”, e seu diretor frisou a necessidade urgente de ser oficialmente inaugurada a instituição, uma vez que ela “já está proporcionando abrigo e trabalho a diversos cegos” (ICBC, 1942).

A inauguração oficial da associação foi agendada para 19/11/1942, ficando definido, em reunião, que o estatuto seria revisado e estudado por todos. No 1º Capítulo de seu Estatuto, o Instituto esclarece seus objetivos:

## CAPÍTULO I

### DA ASSOCIAÇÃO E SUAS FINALIDADES:

Art. 1º - Com sede neste município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos 25 dias do mês de Agosto de 1942 foi fundada a ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DO TRIANGULO MINEIRO, sociedade sobretudo educativa e beneficente, constituída por ilimitado numero de pessoas cegas e videntes, sem a mínima distinção de classe, credo ou de sexo.

Art. 2º - O principal escopo desta instituição é amparar aqueles que fisicamente não enxergam, ministrando-lhes pelo menos a instrução primaria e prodigalizando-lhes trabalho e abrigo, de modo a se tornarem cidadãos perfeitamente integrados à convivência social, úteis, portanto, a si mesmos, à Sociedade, à família e à Pátria.

Art. 3º - Para o fiel desempenho de todo o seu complexo e vasto programa, a ASSOCIAÇÃO manterá uma escola primária em que o cego se alfabetize pelo método "Braille", creando também os cursos musical e profissional no que seja acessível aos doentes da vista.

Art. 4º - A ASSOCIAÇÃO adotará regime de internato, externato e semi-internato, de acordo com as necessidades ou gênero de vida de cada protegido.

Art. 5º - No intuito de amparar sempre o máximo numero de cegos possível, em tempo oportuno será creado, nas principais cidades do Brasil Central, um núcleo filiado a esta instituição, desde que nas mesmas não hajam organizações congêneres.

[...]. (ICBC, 1945)

Apesar da evolução das propostas e da ansiedade em conseguir uma sede própria, os dados colhidos mostram que as condições físicas ainda eram precárias, os recursos insuficientes, ainda não haver máquina de datilografia e muito menos telefone. O grupo era solidário e se mostrava sempre disposto a solucionar os problemas; cada um assumia uma parte que lhe competia, no intuito de consolidar os objetivos da instituição.

A partir de 1943, a associação já estava em sua segunda sede um pouco maior, localizada na Rua Padre Zeferino, nº 141, no Bairro Estados Unidos, em uma antiga pensão da cidade; era uma casa com área externa, salão grande para refeição, sala de aula e sala para reunião. O fundador morava com sua família nesse espaço em quarto externo. Os dados desta pesquisa indicam que residiam de 8 a 10 internos nessa época.

Como se pode perceber no Capítulo I do Estatuto do Instituto, os seus objetivos quanto à formação das pessoas cegas seriam, além de ministrar o curso primário pelo sistema Braille, ainda manter o curso musical e profissional, com regime de internato, externato e semi-internato. Assim, poder-se-ia formar o cidadão no sentido de ter uma vida social e profissional independente. Vale ressaltar que o importante naquele momento era a conquista da personalidade jurídica da instituição a fim de que facilitasse a sua existência oficial diante da sociedade.

A cidade de Uberaba era local na qual a benevolência, a caridade, a filantropia fazia parte de grandes obras da sociedade, onde se preocupava em manter a cidade limpa da mendicância e dos pobres espalhados pelas ruas, conforme afirma notícia em jornal Lavoura e Comércio:

São os cegos, os coxos, os parálíticos, as crianças maltrapilhas, as mães com prole desnutrida, formando cortejo dos desamparados no seio da nossa majestosa metrópole. Esse é espetáculo de todos os dias, porque essa pobre gente, oprimida pelo custo asfixiante da vida, não tem dia e nem hora para deixar suas cafuas vazias e miseráveis em busca do que matar a fome. A semana do Pobre. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1944, p. A-02)

Os dados colhidos sobre o primeiro ano de funcionamento da Associação dos Cegos indicam o que motivou seus fundadores e colaboradores a construí-la e ao sucesso inicial do empreendimento. Por um lado, aponta o interesse particular presente na vontade dos dois fundadores “cegos” que tinham consciência plena das dificuldades que viviam as pessoas com deficiência e, por outro, a ausência de políticas públicas que os beneficiasse.

#### **2.4 Características do prédio do ICBC: projeto e organização do espaço escolar para o atendimento de alunos com deficiência visual**

A primeira sede do ICBC, no ano de 1942, foi um espaço alugado e localizado na Rua da Constituição, nº 8, Bairro São Benedito. Era uma casa pequena com três quartos, copa, cozinha e banheiro e, devido a sua precariedade, o atendimento era somente para quatro alunos (ROCHA, 2012, p. 47).

De outubro de 1943 até 15 de novembro de 1949, o ICBC funcionou numa sede mais ampla, também alugada, uma pensão antiga localizada a Rua Padre Zeferino, nº 141, Bairro Estados Unidos (FIGURA 07), de propriedade da família Maluf, e possuía um amplo salão funcionando como refeitório, salas de aula e área para reunião dos internos. Nos fundos, tinha um quarto onde morava o senhor Cléver Novais, com sua esposa e seus três filhos. Em outros quartos, havia 10 internos, oriundos de cidades vizinhas que para ali foram estudar. (SILVA, 2009; MENDONÇA, 1974)

**Figura 7 – Segunda Sede do ICBC à Rua Padre Zeferino, nº 141, 1945.**



**Fonte: ICBC, 1945.**

Na segunda reunião da nova presidência, realizada dia 22/09/1946, Dr. Odilon Fernandes, acreditando que um novo nome iria designar melhor a função do instituto, este passa de associação para instituição e com o nome de Instituto de Cegos do Brasil Central (ICBC, 1946).

Com o objetivo de divulgar e promover a cultura das pessoas com deficiência visual, o ICBC cria o “Prêmio Lítero Musical Cléver Novais”, em 20 de janeiro de 1947, sendo instalado em 15/03/1947, para assim proporcionar maior desenvolvimento cultural-artístico aos seus internos. Nessa mesma data, o Instituto passa a ter salas com aulas de alfabetização, com curso adaptado ao “Braille” (rudimentos da matemática e conhecimentos gerais), até então, desde a sua fundação, só havia o ensino de alfabetização de “leitura e escrita Braille” (BORGES, 2005, p. 157).

Com a mudança do nome e a presidência do Dr. Odilon Fernandes, época marcada por várias conquistas, o ICBC estava pronto para o seu maior desafio: estabelecer-se em uma sede própria. Em sua diretoria, alguns dos participantes pertenciam à Loja Maçônica, o que veio a facilitar a doação, por parte dela, de uma área de aproximadamente 5.000 m<sup>2</sup>.

No Mapa 02, pode-se localizar o ICBC no bairro Estados Unidos dentro do perímetro urbano da cidade de Uberaba.

Mapa 2 – Localização do ICBC na cidade de Uberaba/MG.



Fonte: (ROCHA, 2012, p. 51)

Após a doação do terreno, situado na Rua Marquez do Paraná, nº 351, no Bairro Estados Unidos, no dia 11 de julho de 1948 foi lançada a pedra fundamental da nova sede e logo se iniciou o trabalho de terraplanagem, em seguida o início da construção (fevereiro de 1949) das novas instalações.

A imprensa local publica a notícia sobre o lançamento da pedra fundamental para a construção de sede própria do ICBC:

Ainda domingo último, em solenidade das mais significativas e brilhantes, o Instituto de Cegos do Brasil Central, que há quase seis anos vem prestando carinhosos amparo moral, material e educacional a numerosos não videntes de toda esta imensa região, efetuou o lançamento da Pedra Fundamental de sua sede própria [...]. O Dr. Odilon Fernandes, presidente do Instituto em apreço, pronunciou eloquente e notável discurso, congratulando-se com o povo em geral pela cativante e completo apoio dispensado a tão benemérita casa [...]. Dedicando-se fraternal, desinteressada e abnegadamente ao filantrópico educandário que com tanto dinamismo preside, o Dr. Oldilon Fernandes já se acha perfeitamente identificado às possibilidades de alfabetização e de trabalho dos cegos. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1948, p. A-06)

A construção dessa nova sede implicava em muitos custos, mas como o presidente da entidade, Dr. Odilon Fernandes, fazia parte de clubes de serviço, como o Rotary Club, Loja Maçônica e tinha no seu círculo de amizades a sociedade uberabense, o que facilitou o

angariamento de doações, subvenções e empréstimos; incansavelmente conseguiu avançar na construção. (ICBC, 1949)

A participação da sociedade uberabense na existência do ICBC era evidente, muitos aclamavam e ajudavam na edificação da sede própria, como na festa do lançamento da pedra fundamental, em que aconteceu um churrasco beneficente.

Havia ainda a necessidade de muitos outros recursos e também se planejou instalar uma barraca beneficente na tradicional “Exposição Agropecuária”, na Praça Rui Barbosa, no mês de maio de 1948. Para isso, fez o pedido a Prefeitura de Uberaba que atendeu concedendo o local, obtendo bons lucros com a barraca. Na ocasião, o Instituto realizou também a campanha de “prevenção a cegueira” (ICBC, 1948).

A necessidade de angariar fundos para a construção da nova sede própria levou a diretoria do ICBC a promover varias campanhas para arrecadar donativos, se já era necessário a arrecadação para as despesas que decorriam no mês para a subsistência da instituição, deveria também levantar maiores quantias para edificar a nova sede própria.

Nesse sentido foi sendo construída a nova sede, com donativos para a compra de material de construção e para a mão de obra que necessitava na construção.

No canteiro de obra foi se erguendo o pavilhão central primeiramente, após a sua conclusão, foi erguido os outros pavilhões, aos poucos e com os recursos de vinham da sociedade para concluir a obra.

Na Figura 08, pode-se ver que, entre as personalidades que participaram da construção, está o Sr. Santos Guido, tradicional construtor em Uberaba, proprietário de marcenaria no mesmo bairro (Estados Unidos) e que, com sua experiência, daria suporte futuramente às oficinas de fabricação de vassouras e espanadores do ICBC.

Pode-se constatar também a presença de Quintiliano Jardim, proprietário e diretor do *jornal Lavoura e Comércio*, jornal periódico diário que foi de grande importância, pois em suas notas esclarecedoras sempre divulgava qualquer evento ou acontecimento relativo ao ICBC.

Ainda a presença do Dr. Odilon Fernandes, cirurgião-dentista, professor universitário e comerciante que, sempre com grande interesse e dedicação, foi responsável, entre outras obras, pela fundação do primeiro Lions Clube de Uberaba, além de ter criado o teatro amador, a guarda-mirim, os escoteiros, ser atuante membro da maçonaria de Uberaba e ser presidente do ICBC de 1946 até a sua morte em 1973.

**Figura 8 – No centro o Sr. Quintiliano Jardim (diretor do jornal Lavoura e Comércio), ao lado esquerdo, o construtor Sr. Santos Guido e, do outro lado, o Dr. Odilon Fernandes, presidente do Instituto, no canteiro de obra de construção do ICBC, 1949.**



**Fonte: ICBC, 1949.**

Na figura 9, podemos verificar que as obras do pavilhão principal já estava em construção, data de 1949, sendo uma obra de grandes dimensões, que demandava de muita mão de obra e materiais de construção.

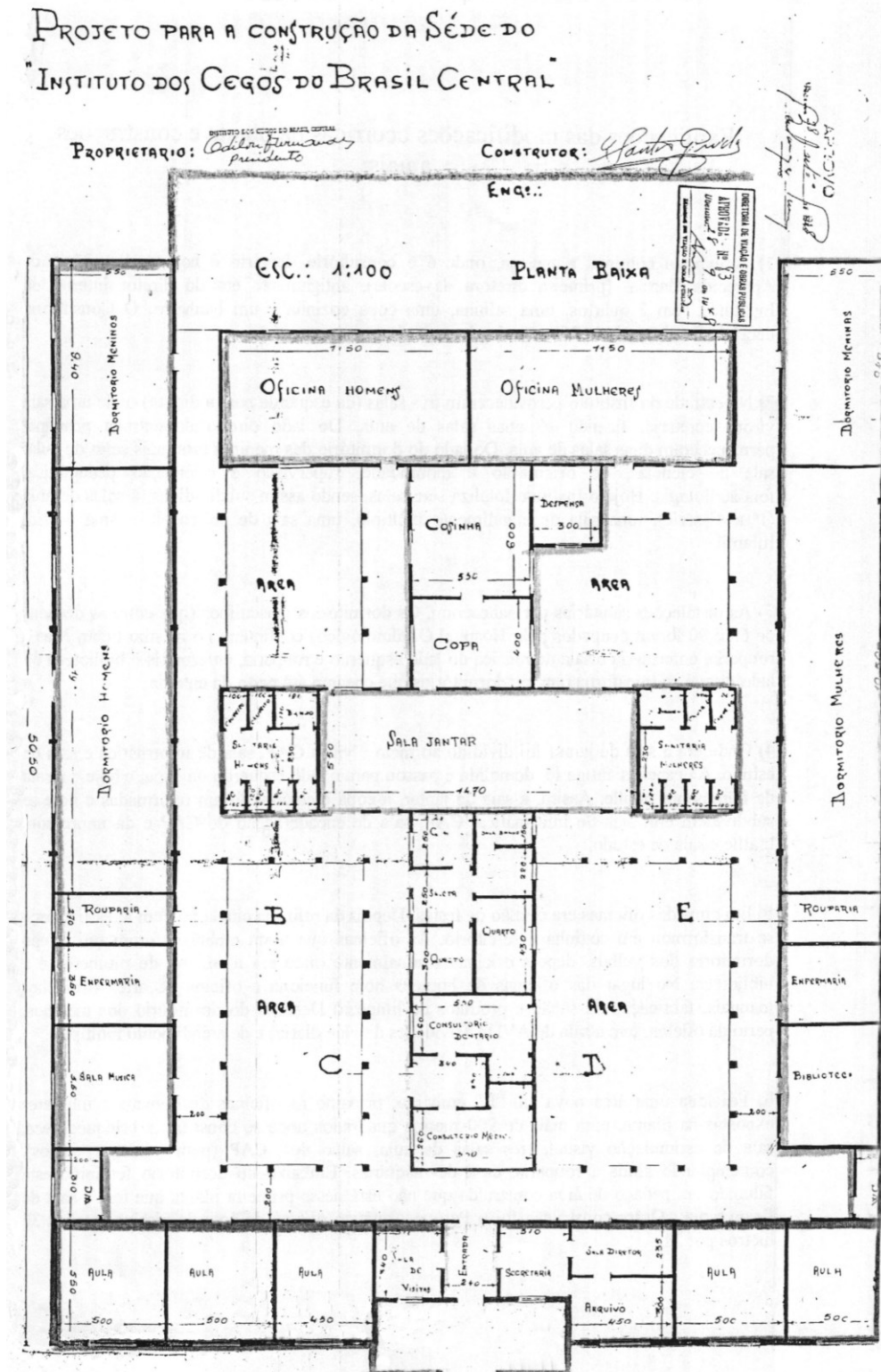
**Figura 9 – Fachada do Pavilhão principal em construção, 1949**



**Fonte: ICBC, 1949.**

A obra do ICBC contemplava três pavilhões: o pavilhão central com 681,50 m<sup>2</sup>, o pavilhão da ala esquerda com 240,00 m<sup>2</sup> e o pavilhão da ala direita com 265,00 m<sup>2</sup>, totalizando 1.186,50 m<sup>2</sup> de construção.

Figura 10 – Planta baixa do ICBC, 1949.



Fonte: ICBC, 1949.



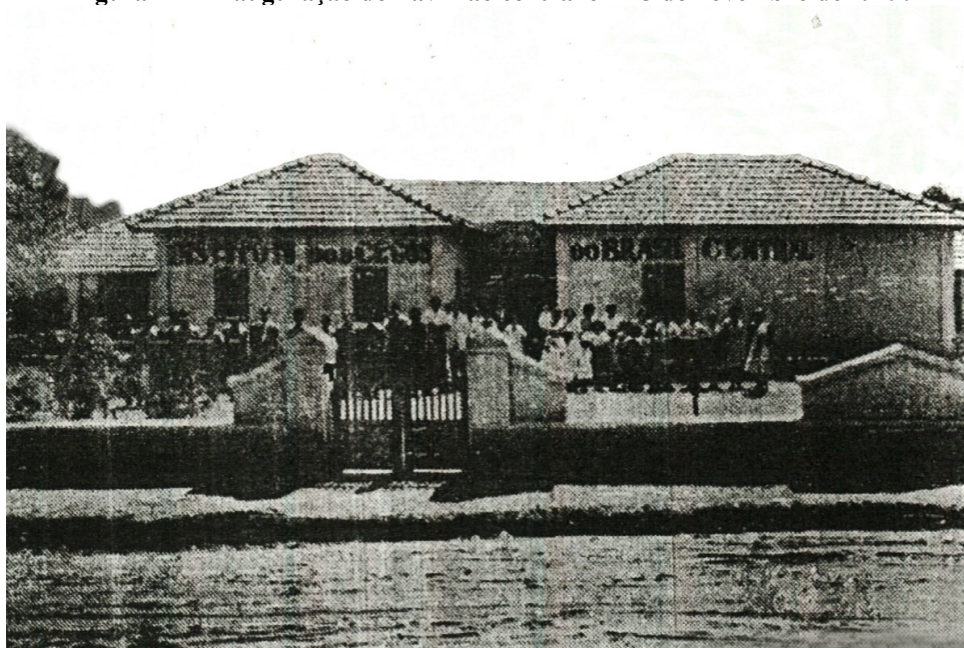
No pavilhão central, a divisão de ambientes foi assim construída: a secretaria, sala de visitas, dependências para empregados e depósitos, cinco salas de aula de 30m<sup>2</sup>, lavanderia, sala de arquivo, sala do Diretor Técnico, um corredor extenso que fazia a comunicação com o pavilhão principal.

Ao centro da edificação central havia salas para enfermaria, refeitório, copa, cozinha, dispensa residência do Diretor Técnico (com uma sala, banheiro, três quartos), salão nobre e biblioteca, além de outros cômodos para oficinas e completas instalações sanitárias. Algumas mudanças foram executadas aguardando a finalização das obras das outras alas. Havia também um dormitório que era uma enfermaria e que depois se transformou em quarto para idosos, enquanto as alas não ficavam prontas.

Na inauguração do pavilhão principal, as outras alas encontravam-se em construção, na da direita erguiam-se três dormitórios, sendo um para criança, um para adolescentes do sexo feminino e um para adultos do sexo feminino. Havia ainda um dormitório de 77 m<sup>2</sup> com sanitário para abrigar 20 internas do sexo feminino.

Na ala da esquerda do pavilhão principal, erguiam-se também dois dormitórios para adolescentes e adultos do sexo masculino, uma instalação sanitária e uma enfermaria. Também com o mesmo objetivo um dormitório de 77 m<sup>2</sup> com instalação sanitária para abrigar 20 internos do sexo masculino (BORGES, 2005, p. 109-116).

**Figura 11 – Inauguração do Pavilhão central em 15 de novembro de 1949.**



**Fonte: ICBC, 1949.**

Em agosto de 1950, o governador de Minas Gerais, Milton Campos (1947-1951), doou ao ICBC a quantia de trezentos mil cruzeiros, possibilitando a implementação de novos projetos. A esse respeito, o jornal Lavoura e Comércio traz a seguinte referência: “Um novo pavilhão será levantado com o donativo devido a benemerência do iminente coestadário que dirige os destinos de Minas” (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1950, p. A-06).

Continuando a fase grandiosa de realizações do ICBC, em 03 de maio de 1952, ele recebeu a visita do então Governador do Estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (1951-1955). Em entrevista concedida ao jornal Lavoura e Comércio, a Sra. Sebastiana Borges Novais, professora e esposa do Sr. Cléver Novais, disse o seguinte:

[...] O nosso Governador nos distinguiu com a sua honrosa visita depois das 19:00 horas do dia 3, sem guardas e comitiva, na companhia apenas dos Srs. Dr. João Henrique, Dr. Geraldo Starling Soares, Cel. Nélío Cerqueira e do nosso amigo que dirige gratuitamente as obras do Instituto, Sr. Santos Guido. Desejo ressaltar aqui que muito me encantou a maneira simples e fraternal que o governador Juscelino Kubitschek, um por um, todos os nossos cegos internos, incentivando-os a prosseguir, sem desfalecimentos, em demanda da radiosa luz da instrução, dessa luz que fecunda que os libertará da letargia e das trevas da ignorância. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1952, p. A-02)

O então governador Juscelino Kubitschek, ainda em sua visita ao Instituto, fez uma doação de cem mil cruzeiros a título de donativo, o que o Dr. Odilon Fernandes, como presidente, recebeu para a conclusão da obra que estava em andamento.

Em 27 de Julho de 1953, o então fundador e diretor técnico do ICBC, Cléver Novais, envia uma carta ao então governador Juscelino Kubitschek com o seguinte teor:

[...] na oportunidade da realização da ultima exposição agro pecuária de Uberaba, na residência do prezado amigo Dr. Alberto Rodrigues da Cunha, Presidente da “Sociedade Rural do Triangulo Mineiro”, experimentamos novamente a honra e o prazer imensos de estar com V.Excia. e com Exmo. Sr. Presidente Dr. Getúlio Vargas. Tivemos então ensejo de resumidamente lhes esclarecer o seguinte: I – Que o nosso INSTITUTO, que sobretudo se consagra ao integral amparo e alfabetização de crianças, jovens e adultos invidentes de ambos os sexos, esta, no momento, com quase 70 internos, procedentes de varias localidades do nossa região. [...] III – Que nossa sede própria, embora não esteja totalmente edificada, abrange uma cobertura de mais de dois mil metros quadrados, com capacidade para, no futuro, abrigar comodamente no mínimo 150 pessoas. [...]. (ICBC, 1953).

Diante dessa narrativa, pode-se analisar o quanto o ICBC mantinha um bom relacionamento com a sociedade uberabense e também com as esferas governamentais, pois

seus recursos ora proviam dessas esferas públicas ou da sociedade civil, como mostram as correspondências expedidas pela entidade.

A construção dessa obra de grande vulto, que em 1953 estava em sua fase final, envolveu um esforço por parte da diretoria em angariar fundos, tornando-se um empreendimento de sucesso. Nesse sentido, verifica-se que o desenvolvimento desse empreendimento, de sua fundação até a construção de sua sede própria, teve envolvimento das elites da sociedade uberabense e que angariar donativos era uma tarefa primordial na diretoria desde a sua fundação até o final das obras.

A benevolência e as doações eram angariadas para quase todas as demandas que o Instituto necessitava, sendo as mais diversas como camas, máquina de escrever em Braille, óculos escuros, tratamento dentário e muitos outros serviços e produtos que conseguia através de suas iniciativas junto à sociedade uberabense e outras partes do país.

Os integrantes da diretoria emitiam cartas a empresas e pessoas do governo municipal, estadual e federal de várias partes do país pedindo donativos. Também estavam relacionados com a Fundação do livro Dorina Nowill, em São Paulo, com a qual adquirira livros em Braille, regletes e chapas matemáticas, e com o Instituto Benjamin Constant que doava livros em Braille, conforme relatado em ata de junho de 1952. (ICBC, 1952)

Em abril de 1957, o professor e fundador Cléver Novais foi eleito um dos delegados do Brasil junto ao Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos<sup>33</sup> e em 3 de maio desse mesmo ano foi inaugurado o consultório odontológico doado pelo Governador de Minas Gerais, Bias Fortes (1956-1961), de acordo com a Ata nº 39 do (ICBC 1957).

Por fim, 1959 é outro ano importante, pois o ICBC foi declarado como entidade de utilidade pública municipal, por intermédio da Câmara Municipal através da Lei Municipal nº 776 de 24 de agosto de 1959 (UBERABA, 1959). Desse modo, o poder público municipal passa a reconhecer oficialmente o ICBC como entidade de classe assistencial. (ICBC, 1959)

Este capítulo permitiu a aproximação ao universo da pesquisa cujo objeto é a história do Instituto de Cegos do Brasil Central – ICBC, de forma que se tornou possível retratar a realidade vivenciada na época. As questões nacionais refletiram diretamente nas ações regionais e locais. Tanto que no pensamento da elite econômica, de políticos municipais e estaduais mantinha-se a ideologia de que para o avanço do país era importante que se

---

<sup>33</sup> Em 1952, foi criado o *Conselho Mundial para Bem-Estar dos Cegos* com o objetivo de unificar a simbologia Braille. Hoje, União Mundial dos Cegos, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, passou a se preocupar, através de seus especialistas, com o problema da unificação da simbologia matemática e científica em nível mundial. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?itemid=10235>>. Acesso em 22 nov.2014.

mantivesse a ordem e o progresso, e que o povo também seria responsável por tudo isso. A sociedade é chamada a contribuir e corresponde de forma satisfatória ao dedicar-se as ações sociais.

Os dados apontam as iniciativas importantes no Estado de Minas Gerais voltadas à educação e principalmente para a educação especial, como era a instituição do renomado Instituto São Rafael. Portanto, em consulta aos arquivos e documentos existentes na instituição, que mantém em funcionamento até a presente data, não foi possível coletar dados que permitissem um maior aprofundamento no estudo. Também vale registrar que mesmo diante de trajetória tão rica, que remonta desde os anos de 1942, não foi possível encontrar amparo investigativo em autores como Jannuzi ou Mazzota – e outros mais – mesmo que fosse qualquer menção sobre a fundação do ICBC.

Por outro lado, percebe-se que a cidade de Uberaba foi receptiva à proposta de criação do ICBC, fatos esses declarados em vários momentos e registrados nos documentos estudados durante a pesquisa. Outro dado significativo é o processo acelerado de desenvolvimento da instituição na cidade e os apoios por parte de pessoas, organizações de grande relevância no país.

## CAPÍTULO 3

### O INSTITUTO DE CEGOS DO BRASIL CENTRAL

#### 3.1 O Instituto de Cegos do Brasil Central: sua gênese e evolução

Neste terceiro capítulo busca-se privilegiar a pesquisa nas categorias de análise, priorizando a cultura escolar, as normas e práticas que variam no espaço e no tempo e, também com base nos documentos disponíveis, os elementos da vida escolar, perfil docente; a origem e formação educativa, características dos alunos e suas práticas educativas e escolares. Neste modelo pedagógico, os professores e alunos da instituição podem revestir-se de diferentes interpretações, variando ao longo do tempo na sua história.

Ainda como define Magalhães,

Uma história das instituições e das práticas educativas com essa especificidade envolve: uma abertura interdisciplinar no quadro metodológico; uma revalorização dos acervos documentais, arquivísticos e museológicos das instituições educativas; uma organização das memórias e representações [...]. (MAGALHÃES, 2004, p. 141)

Em vista dessa afirmativa é que se conduzirão as discussões a seguir no sentido de construir a história do ICBC a partir de suas práticas educativas, buscando compreender o caminho metodológico perseguido pela instituição, suas ações e propostas, pesquisa que foi feita através da consulta dos arquivos, documentos, jornais da época e depoimentos quanto a sua representação na sociedade da época.

O marco inicial da coleta dos dados remonta a pesquisa a 1942, ano de fundação do ICBC, época em que a cidade de Uberaba não dispunha de uma instituição com o objetivo que seus fundadores pretendiam: retirar das ruas os desprovidos de visão, como também educá-los e para esse fim torná-los cidadãos independentes na sociedade. O recorte final será 1959, ano em que a instituição recebeu a declaração de utilidade pública municipal pela Câmara Municipal de Uberaba.

Embora por desconhecimento, alguns setores da sociedade uberabense esperavam que o Instituto se tornasse uma Casa de Abrigo, onde o não vidente encontrasse auxílio material momentâneo para a sua sobrevivência.

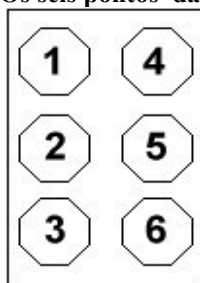
Seus fundadores já tinham um projeto pedagógico a realizar, que inicialmente delineava-se em três pilares: a alfabetização em sistema Braille, técnica pela qual o aluno pudesse aprender a leitura e escrita como um processo inicial da alfabetização; a educação artístico-cultural através da música, no sentido de lhe dar acesso à cultura ( teatro, dança, etc.) e despertando suas habilidades artísticas e com o aproveitamento do potencial dos sentidos poder trabalhar a timidez e com isso ampliar suas relações humanas e sociais; a oficina de trabalhos manuais, que além de uma atividade pedagógica eficiente na alfabetização através do acesso a outras formas de construção do saber, contribuiria também na capacitação para o trabalho e subsistência futura dos alunos. Esses três pilares é o que caracterizava a iniciativa de seus fundadores que acreditavam na mudança de seus alunos por meio da educação.

Dessa forma, cabe esclarecer que o Sistema Braille, segundo alguns autores:

[...] é um sistema de leitura e escrita tátil que consta de seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas de três pontos. Os seis pontos foram o que se convencionou chamar de “cela Braille”. [...] O Sistema Braille é de extraordinária universalidade: pode exprimir as diferentes línguas e escritas da Europa, Ásia e da África. Sua principal vantagem, todavia, reside no fato das pessoas cegas poderem facilmente escrever por esse sistema, com o auxílio da reglete<sup>34</sup> e do punção<sup>35</sup>. Permite uma forma de escrita eminentemente prática. A pessoa cega pode satisfazer o seu desejo de comunicação. Exceto pela fadiga, a escrita Braille pode tornar-se tão automática para o cego quanto a escrita com lápis para a pessoa de visão normal. (SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS, 2014)

Ainda de acordo com a Sociedade de Assistência aos Cegos – SAC, para facilitar a identificação da Cella Braille, os pontos são numerados conforme a sequência mostrada na Figura 12. Do alto para baixo, coluna da esquerda: pontos 1-2-3; do alto para baixo, coluna da direita: pontos 4-5-6.

**Figura 12 – Os seis pontos da Cella Braille.**

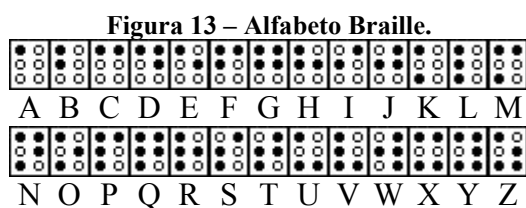


**Fonte: SAC, 2014.**

<sup>34</sup> É uma prancheta com uma régua metálica com seis células Braille (SAC, 2014).

<sup>35</sup> É a ferramenta de escrita do deficiente visual (SAC, 2014).

A partir da Cella Braille, Louis Braille criou o alfabeto Braille como mostra a Figura 13.



Fonte: SAC, 2014.

Inicialmente em sua primeira sede, os fundadores e professores do ICBC, sendo deficientes visuais e sabedores da importância da alfabetização para os não videntes, ministravam aulas no Sistema Braille de alfabetização no período da manhã, de segunda a sexta-feira, somando 20 horas semanais. Como a maioria dos alunos tinha dificuldade financeira e a instituição também dependia do apoio da sociedade, era impossível a compra de folhas especiais para a escrita Braille, sendo elas substituídas por folhas de jornais ou revistas usados, que eram de pouca espessura com pouca durabilidade (SILVA, 2009, p. 23).

A instituição contava com três funcionários: Cléver Novais (fundador e diretor-técnico), Antônio Simões Borges (fundador e professor) e Teodorico Simões Borges (professor), tendo um aluno externo e dois internos.

Em 1943, com o aumento do número de alunos para quatorze matriculados foi contratada a professora Sebastiana Borges Novais, sendo ela esposa do diretor Clever Novais. No ano seguinte, em 1944, somam-se mais seis alunos, totalizando então vinte membros no Instituto.

Devido às limitações do espaço físico da primeira sede, optaram pela transferência para uma segunda sede localizada na Rua Padre Zeferino, em 1945. Os fundadores deram prosseguimento ao seu projeto, visando incentivar a área profissional e dar condições de subsistência aos alunos. Não obstante as dificuldades, os diretores implantaram, em 1945, a oficina de trabalhos manuais onde fabricavam rodos, espanadores, vassouras e cadeiras de balanço. Era uma oficina rústica de trabalhos artesanais que tinha como professor o Sr. Teodorico Simões Borges, irmão de um dos fundadores do Instituto, o Sr. Antônio Simões Borges que também era professor na entidade. Os produtos fabricados pelos aprendizes nessas oficinas eram vendidos na cidade a fim de angariar recursos econômicos para a instituição e ajudar os alunos em suas necessidades de subsistência.

Em 1946, a Associação já contava com mais dois professores, a Sra. Olga Silveira Borges esposa do também professor o Sr. Antônio Simões Borges, e o Sr. João Tomé. Essas contratações se justificaram devido ao aumento do número de matrículas de alunos que foram de três entre 1947, cinco em 1948, e ainda mais cinco matriculados em 1949, totalizando 29 matriculados ao final da década de 1940.

Com a criação da Lei nº 250 de 27 de outubro de 1948, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário para cegos no Estado de Minas Gerais, o ensino na instituição deixou de ser informal. Segue abaixo a transcrição do documento:

Lei nº 250 de 27 de outubro de 1948

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o ensino primário gratuito e obrigatório, para os menores de ambos os sexos, em idade escolar, privados da visão.

Art. 2º - Verificada, pelo Inspetor Escolar, a existência, na localidade, de pelo menos, oito crianças cegas, levará o fato ao conhecimento do Secretário de Educação, aprovado em concurso de provas e, subsidiariamente de títulos.

Parágrafo único. – O professor primário de cegos terá os mesmos direitos e deveres dos professores do ensino primário estadual.

Art. 3º – O secretário de educação expedirá, dentro de noventa dias, a regulamentação correspondente a esse ensino, podendo instalá-lo nos Grupos Escolares e sujeitá-los, se conveniente, a mesmo programa destes, no que for aplicável.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 27 de outubro de 1948.

Milton Soares Campos – Governador do Estado de Minas Gerais. (MINAS GERAIS, 1948)

Com a promulgação dessa Lei, houve um avanço na educação dos deficientes visuais, e o Estado de Minas Gerais passa então a receber em suas escolas regulares os alunos deficientes visuais, adaptando suas salas de aula e espaços físicos.

As salas de aula de alfabetização de deficientes visuais passam a ter no mínimo oito alunos e no máximo doze, garantindo assim o ensino pedagógico de qualidade. Naquela época, os professores também foram capacitados através de cursos promovidos em Belo Horizonte sobre a alfabetização no Sistema Braille, a fim de melhor exercer as atividades docentes.



No início de 1949, como já havia recebido o pedido de apoio pelo instituto, o Estado de Minas Gerais, através do governador Milton Campos (1947-1951), contratou os dois professores para o ICBC, Antônio Simões Borges e Sebastiana Borges Novais para ministrarem aula no ensino primário.

Em 14 de março de 1949, devido à lei que garantia o ensino primário para crianças cegas, foram instaladas as classes anexas ao ICBC. Como não eram oficializadas, o planejamento de conteúdo didático, a avaliação dos alunos e emissão de diplomas eram realizados pelo Grupo Escolar Brasil, uma escola estadual oficial instalada em Uberaba. Embora as aulas fossem ministradas no ICBC, algumas atividades eram realizadas em conjunto entre as duas instituições.

O que atestava a existência da escola anexa era o documento que autorizava o seu funcionamento, pois, de acordo com a pesquisa feita nos documentos da escola não existia nenhum decreto de sua criação, apesar da solicitação ter sido feita várias vezes, por meio de carta endereçada à Inspeção Secional do Estado. A Sra. Aparecida Garcia relata que a resposta às solicitações desse decreto de criação vinham da seguinte forma:

A escola não tem decreto de criação. Quando fui coordenadora, fui até Belo Horizonte procurar o decreto de criação, mas não existe. O que existe é um documento que autoriza a escola existir, mas não cria a escola. Depois quando tentamos fazer um decreto de criação, em Belo Horizonte alegaram que não havia necessidade disso, pois a escola já existe, os professores já são pagos, isso é prova de que a escola existe. Então há um documento que autoriza o seu funcionamento. (GARCIA, 2004)

A afirmação de Aparecida Garcia se confirma através de dados encontrados em ata de 1950, onde se constata a criação, mas não o decreto, inclusive a contratação de professores,

De acordo com o que nos foi solicitado, estamos informando à V.S., que revendo o arquivo da Escola, nada encontramos sobre a criação da mesma. Estivemos na Coletoria e pudemos constatar que os professores que foram contratados, o foram junto com a criação da escola no dia 28/08/1949. (ICBC, 1950b)

Há somente um termo do inspetor que fiscalizava e supervisionava as escolas de Uberaba, na época o Sr. Santino Gomes de Matos, onde esclarece: “Na qualidade de Inspetor Escolar Municipal, atesto que o Instituto dos Cegos Brasil Central é uma organização idônea e se destina, entre outros, a fins educacionais” (Escola Estadual “Anexa ao Instituto de Cegos do Brasil Central”, 1951).

Em 12 de maio de 1950, o ICBC recebeu a visita do então Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais, Dr. Abdgar Reinaud(1947-1951), que declarou:

Esta é uma casa de cegos, mas o espírito, a alma e o coração que nela moram e que a animam e a engradem fazem dela uma casa cheia de luz, merecendo o maior apreço e mais apoio da parte de quantos tenham em suas mãos uma parcela, por mínima que seja, do poder público ou partido. ajudá-la é realizar um ideal mais cheio de merecimentos, para o bem de Minas Gerais e do Brasil. (ICBC, 1950a).

Foi reconhecida, perante o Estado de Minas Gerais, a escola que já contava com aproximadamente 40 crianças e adolescentes matriculados, funcionando, com muita eficiência, com curso primário, musical e técnico profissional. Essa declaração do Secretario de Educação, registrada no livro de visitas, ilustra como o ICBC estava alinhado com as diretrizes da Secretaria de Educação de Minas Gerais e que gozava de prestígio junto ao governo mineiro.

O número de atendimentos na Instituição continuou a crescer nos primeiros anos da década de 1950, como cita seu fundador Cléver Novais em uma correspondência de agradecimento, endereçada aos contribuintes, que ao mesmo tempo reforçava a necessidade da manutenção do apoio da comunidade:

Em sua sede própria, com bastante eficiência funcionam os cursos Primário, Musical e Técnico Profissional, sendo que a matrícula de crianças e adolescentes cegos é aproximadamente de 40 pessoas, as quais procedem de todos os municípios Triângulinos. (ICBC, 1950b)

O refeitório, destacado na Figura 14, mostra uma estrutura com móveis e espaços adequados. Também à direita se observa um refrigerador profissional, o qual era utilizado para a conservação de alimentos. Apesar do grande número de alunos, a instituição mantinha uma organização, onde eram servidas cinco refeições: café da manhã, almoço, café da tarde, jantar, a ceia e o chá da noite.

Ainda na Figura 14, pode-se destacar a parceria e apoio do Clube de Serviço “Rotary Club”, que tem o seu brasão afixado na parede do fundo refeitório.

**Figura 14 – Refeitório na nova sede própria a Rua Márquez do Paraná.**



**Fonte: ICBC, 19[.].**

Em 27 de dezembro de 1953, uma notícia surpreende a todos. Em decorrência de um aneurisma cerebral, falece o professor Antônio Simões Borges, um dos fundadores da Instituição.

O jornal *Lavoura e Comércio* noticia o falecimento em suas páginas:

A notícia do seu falecimento colheu de surpresa os seus inúmeros amigos e admiradores, causando profundo pesar e emoção, pois Antônio Simões Borges soube granjear em nossa cidade uma aureola de benquerença e simpatia, pelas suas invulgares qualidades pessoais e profissionais. Desaparece muito moço ainda, pois contava apenas com 31 anos. Foi um dos fundadores do Instituto dos Cegos do Brasil Central, ao qual vinha servindo com dedicação ímpar, desde sua fundação. Prestou inestimáveis serviços àquela instituição filantrópica. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1953, p. A-02)

A notícia reflete que a morte do jovem professor e fundador do ICBC foi sentida por todos como uma grande perda, já que era muito respeitado e considerado um homem de valores pessoais e profissionais inegáveis e que sempre se empenhou pela criação e manutenção do Instituto.

No ano de 1955, o ICBC é marcado pela nomeação de seu fundador e diretor técnico da Instituição, professor Cléver Novais, como membro do Conselho Mundial pelo Bem-Estar

dos Cegos<sup>36</sup>. Tornando-se um dos seis membros brasileiros escolhidos, na ocasião foi designado como delegado da zona que correspondia a Minas Gerais, Bahia e Goiás.

Nos documentos do ICBC fica registrada essa nomeação:

O Instituto é filiado ao “Conselho Nacional para o Bem-Estar dos Cegos” e o seu Diretor-Técnico, prof<sup>o</sup> Clever Novais, eleito para as funções de um dos seis Delegados do Brasil junto ao “Conselho Mundial para o Bem Estar dos Cegos”, órgão subordinado ao Departamento Social da Organização das Nações Unidas. (ICBC, 1951-1961)

Em função disso, o ICBC recebeu a visita do representante da ONU, em 1955, conforme noticia o jornal *Lavoura e Comércio* em novembro de 1955:

Conforme noticiamos, visitou esta cidade Ernest Harold Getliff, conhecido educador britânico, superintendente geral da Escola Real e Oficinas para Cegos em Bristol e integrante da ONU como um dos diretores do Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos, acompanhado da professora Srta. Luiza Banducci, diretora do Serviço Social da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, entidade que possui a maior e mais moderna imprensa Braille da América do Sul. [...] Mr. Getliff pronunciou em discurso que inteirado das realizações, dos problemas, das necessidades e das dificuldades das instituições brasileiras para assistência aos cegos, enviará todos os seus esforços para, pelo menos, fornecer-lhes sugestões através de trabalhos que escreverá, dizendo que o Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos e a própria ONU, ao tomarem conhecimento do seu relatório, por certo não deixarão de pedir ao nosso governo um maior apoio para as nossas instituições. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 10/11/1955, p. A-03)

A visita do educador, apesar de importante, não trouxe apoio financeiro para o instituto, pois, o objetivo do Conselho, junto às instituições, era somente dar assistência técnica e doação de material como é registrado no jornal *Lavoura e Comércio* de Uberaba:

A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais acaba de adquirir moderníssimos aparelhos destinados à feitura da escrita Braille e que serão doados às instituições filiadas ao Conselho Nacional para o Bem-Estar dos Cegos, como máquinas de datilografia. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1959, p. A-03)

---

<sup>36</sup> Em 1952, foi criado o Conselho Mundial para Bem-Estar dos Cegos com o objetivo de unificar a simbologia Braille nas áreas de matemática e das ciências e assim estabelecer um código único de comunicação mundial. Disponível em <<http://www.ibr.gov.br/?itemid=10235>>. Acesso em 22 de novembro de 2014.

Apesar de ser filiado ao Conselho Nacional para o Bem-Estar dos Cegos, o instituto não foi beneficiado de forma consistente, sendo que no ano seguinte, o jornal Minas Gerais divulga uma notícia referente ao assunto: “O Instituto está inscrito no Conselho Nacional para o Bem-Estar dos Cegos, que, no entanto, quase nenhuma assistência lhe vem prestando”. (Mensagem nº 203/60, Jornal Minas Gerais (Diário Legislativo), 1960, p. 06). De acordo com os dados levantados por esta pesquisa, nenhum documento comprova que o ICBC tenha adquirido alguma doação. Ao contrário, permanecia com problemas financeiros durante todo esse período após a visita da ONU.

Desde 1953, a Câmara Municipal de Uberaba passou a destinar um valor mensal de subvenção para o Instituto para ajudar na manutenção. No entanto, entre 1957 e 1958, a verba não foi repassada em tempo hábil para pagamento das despesas. Mediante às dificuldades, o ICBC solicita apoio ao governo federal através do Ministro da Fazenda.

O jornal Lavoura e Comércio registra:

[...] o ICBC dirigiu ao Ministro da Fazenda o seguinte Telegrama: - “Instituto Cegos Brasil Central, Uberaba, que ampara e educa mais de uma centena cegos desta região e que atravessa enorme débitos e dificuldades financeiras, vem mui aflitivamente, pelos seus diretores rogar V. Excia. Se digne autorizar imediata liberação das subvenções extraordinárias de trinta e seis mil cruzeiros e cem mil cruzeiros que respectivamente em 1957 e 1958 lhe foram concedidas pelo Governo Federal. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1959, p. A-03)

A ajuda do governo municipal e federal acontecia, muitas vezes, com atraso, mas as subvenções chegavam. Diante desses fatos, para honrar com os seus compromissos, o Instituto organizava festas beneficentes e pedidos de ajuda junto à sociedade Uberabense que muito contribuiu para a manutenção dele.

Em 24 de agosto de 1959, foi aprovado pela Câmara Municipal de Uberaba e sancionado pelo prefeito Jorge Furtado (1959-1963), a Lei nº 776, de 24 de agosto de 1959, cujo projeto de lei foi elaborado pelo vereador Alexandre Amim Saad (1959-1963), reconhecendo o ICBC como de utilidade pública.

Secretaria da Câmara Municipal de Uberaba, aos quatro (4) de Setembro de 1959.

Livro de Registro de Leis e Resoluções desta câmara, sob o nº 3, às folhas 178, encontra-se o assentamento da seguinte:

Lei Nº 776

Reconhece de utilidade pública o Instituto dos Cegos do Brasil Central.

A Câmara Municipal de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É reconhecido, como de utilidade pública, o Instituto dos Cegos do Brasil Central, desta cidade, que presta relevantes serviços de assistência social.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei, em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberaba, aos 24 de Agosto de 1959.

(aa) Dr. Jorge Furtado

Prefeito

Lucio Mendonça de Azevedo

Secretario

(ICBC, 1959)

Em sua ata nº 41, de 28 de dezembro de 1959, o Instituto faz o seguinte: [...] em 4 de setembro o Instituto foi reconhecido pela Câmara Municipal de Uberaba, como entidade de utilidade pública (ICBC, 1959). Sem dúvida, esse foi um marco de grande significado para o ICBC, que depois de vários anos com dificuldades financeiras, exigindo muito esforço por parte dos dirigentes e professores, é reconhecido oficialmente pelos serviços prestados à sociedade uberabense e toda a região.

Com a declaração de utilidade pública, o Instituto passa a beneficiar-se dos subsídios municipais. Essa declaração também coloca o ICBC em condição especial junto aos clubes de serviços, como o Rotary Club e Loja Maçônica, os quais já o apoiavam em suas atividades educativas, inclusive no período de escassez de recursos.

### **3.2 Perfil docente: origem e formação educativa**

Desde a sua fundação em 1942, o ICBC tinha como professores os seus fundadores, que eram formados em Belo Horizonte no Instituto São Rafael e que possuíam domínio do sistema de escrita em Braille para alfabetização. Em sua primeira sede à Rua da Constituição, os dois fundadores e seus familiares, a esposa de Cléver Novais, Sebastiana Borges Novais e o irmão do Antônio, Teodorico Simões Borges, ministravam aulas de alfabetização pelo sistema Braille.

Em 1945, as alunas passam a receber aulas de trabalhos manuais e solfejo (aula de canto) e também tricô e crochê, as quais eram ministradas pela esposa do senhor Antônio, a senhora Olga Silveira Borges. Os objetivos dos cursos eram possibilitar às alunas o aprendizado de uma atividade manual que pudesse qualificá-las e profissionalizá-las para que pudessem obter algum ganho financeiro com essas atividades.

As atividades das oficinas profissionalizantes foram idealizadas como um dos pilares do Instituto e ganham forma no ano de 1945. Em função da necessidade de renda dos alunos,

foi criada a oficina artesanal, que era dirigida pelo professor Teodorico Simões Borges, irmão do fundador e professor Antônio Simões Borges.

**Figura 15 – Alunas na sala de aula de trabalhos manuais com a professora Olga Silveira Borges.**



Fonte: ICBC, [19..].

**Figura 16 – Sala de aula do ensino primário do Instituto de Cegos do Brasil Central.**



Fonte: ICBC, [19..].

A partir de 1947, já em sua segunda sede à Rua Padre Zeferino, foram instaladas as salas de aula de alfabetização, tendo como professores o Sr. Cléver Novais, o Sr. Antônio Simões Borges, a Sra. Sebastiana Borges Novais, formados pelo Instituto São Rafael como Bacharéis, a forma que era tratada essa capacitação na época.

Figura 17 – Boletim de informações de estatísticas do ensino elementar, médio e superior, p. 3 de 30/03/1950, mostrando a formação dos professores.

Esta fôlha caracteriza-se o "estabelecimento" em conjunto. Suas informações, portanto, devem abranger também o que disser respeito ao ensino primário, se houver.)

Entidade mantenedora o pro  
(Se for oficial, mencionar o ramo da administração, se particular, o nome da pessoa, corporação ou instituição.)

Se é de natureza privada, tem fins religiosos? Não Quais? \_\_\_\_\_

O estabelecimento é filiado a uma Universidade? Não Qual? \_\_\_\_\_

Se o estabelecimento não é oficial, sofre o seu ensino o controle do Governo? Sim Em que condições? \_\_\_\_\_

Em que ano foi inaugurado? 25-9-1949 5 - Ministra ensino religioso? Não De que confissão? \_\_\_\_\_ de caráter obrigatório? \_\_\_\_\_ ou facultativo? \_\_\_\_\_

Ministra educação física? Sim de caráter obrigatório? Não ou facultativo? Sim

Mantém instrução militar? Não 8 - Recebeu subvenções ou auxílios do poder público no ano a que se refere o formulário? Sim Da União? Não Quanto? \_\_\_\_\_ Do Estado? Sim Quanto? setecentos Da Municipalidade? Sim Quanto? setecentos (ainda não recebidos)

Pessoal NÃO DOCENTE que o estabelecimento emprega:

ESPECIFICAÇÃO	DO SEXO MASCULINO	DO SEXO FEMININO	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	DO SEXO MASCULINO	DO SEXO FEMININO	TOTAL
Direção e administração	<u>dois</u>	—	<u>dois</u>	Pessoal subalterno	—	—	—
Pessoal auxiliar do ensino	—	—	—	Em geral	<u>2</u>	—	<u>2</u>

10 - Nominista do corpo docente em exercício ou não. (Antes de preencher o quadro que se segue, leia o informante, cuidadosamente, as instruções constantes do rodapé do mesmo quadro.)

NOMES COMPLETOS DOS PROFESSORES	SEXO (1)	IDADE (2)	NACIONALIDADE (3)	NATURALIDADE (4)	CATEGORIA (5)	SITUAÇÃO (6)	DIPLOMAS QUE POSSUI (7)
<u>Cléver Novais</u>	<u>M</u>	<u>29</u>	<u>Bras.</u>	<u>M. Gm.</u>	<u>Cated.</u>	<u>Subst.</u>	<u>Bacharel</u>
<u>Antônio Simões Borges</u>	<u>M</u>	<u>27</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>Efetivo</u>	<u>"</u>
<u>Sebastiana Borges Novais</u>	<u>Fem.</u>	<u>31</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>
<u>Leodance S. Borges</u>	<u>F</u>	<u>26</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>
<u>João Teme</u>	<u>M</u>	<u>30</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>Municipal</u>	<u>"</u>	<u>"</u>

(1) Basta lançar uma das letras H ou M. — (2) Em 30 de junho. — (3) Indicar o país de que o professor for cidadão nato ou naturalizado. — (4) Se a pessoa for nascida no Brasil indicar a Unidade da Federação em que nasceu; no caso contrário, o país de origem. — (5) Indicar a designação própria do lugar ocupado, isto é, se "professor catedrático", "substituto", "assistente", "livro docente", etc. — (6) Dizer se é efetivo ou contratado e, sendo efetivo, se está em exercício, licenciado, adido ou em disponibilidade. — (7) Indicar abreviadamente os títulos ou diplomas que possui cada professor.

11 - Número total dos alunos que foram matriculados no ano letivo em apêço, inclusive os eliminados, mas contados aqui uma só vez os alunos inscritos em mais de um curso: do sexo masculino, dezoito do sexo feminino, dois

12 - Cursos que o estabelecimento ministra e suas características (referir especificadamente a designação, a duração e o grau de cada curso):  
Curso primário, misto e técnico profissional. Primeiro quatro anos, segundo, instrumentos diversos como: Piano, saxofone, violão, bandolim, etc. Último: fabricação de sapatos, costura, esquadrias e alçômetro, costuras, etc.

13 - Quanto às instituições escolares, informar, declarando "sim" ou "não", se o estabelecimento possui: Institutos científicos Não Grêmios literários e culturais Sim Conjuntos orfeônicos e musicais Sim Associações esportivas e recreativas Não Centros de assistência social e moral Sim Bólses e cooperativas escolares Não Grupos escolares Não Jornais e revistas Não Outras instituições Não Quais? \_\_\_\_\_



O boletim mostrado na Figura 17 destinava a coletar os dados para estatísticas de todos os estabelecimentos de ensino existentes no Brasil:

[...] destina-se a coligir os dados para estatística de todos o estabelecimentos de ensino existentes no Brasil, tais como orfanatos, asilos, abrigos e recolhimentos para menores; patronatos e aprendizados agrícolas; escola para débeis físicos e mentais, escolas para surdos-mudos e para cegos, escolas de preservação e reforma; cursos de artes domésticas em geral e avulsos de corte de costura, chapéus, flores, rendas e bordados, culinárias, etc.; escolas profissionais e liceus de arte e ofícios; cursos avulsos de desenho, modelagem, escultura, pintura e arte aplicada, escolas de enfermagem; cursos de educação física; cursos de dactilografia e de taquigrafia; cursos de motoristas (*chauffeurs, condutores de bonde, etc.*); cursos de extensão ou de especialização [...]. (Boletim de Informação – Ministério da Educação e Cultura, Estatística de ensino elementar, médio e superior, 30/03/1950 – acervo ICBC)

Em 1949, os alunos passaram a ter aulas de educação musical, ministradas por João Tomé, que passou a fazer parte do quadro de professores da instituição de 1947 a 1959. Ele nasceu em 03/03/1920 em Uberaba. Também foi funcionário da Rádio Sociedade – PRE5, funcionário da Rádio e TV Nacional de Brasília, em ambas como músico. Cabe destacar ainda que ele foi fundador e professor da Escola de Música de Brasília. Por ser músico profissional, atuava em clubes, boates e casas noturnas em Uberaba, Uberlândia e Brasília, como esclarece Abreu nesta citação:

De 1941 a 1943 trabalhou nas rádios da cidade de Uberlândia e Uberaba, ocasião que foi contratado como líder do regional da Rádio PRE de Uberaba, atualmente conhecida como Rádio Sociedade de Uberaba. Nesse período também foi convidado para excursionar com o grupo folclórico denominado afoxé [...] viajou por vários estados do Brasil, permanecendo como instrumentista do conjunto por um ano e meio. (ABREU, 2010, p. 42)

João Tomé também fez do conjunto musical Afoxé, com o qual teve a oportunidade de tocar em festas e shows em várias partes do país. Em meados dos anos de 1940 retornou a Uberaba, sua cidade natal.

Enquanto docente, ele era elogiado pelos jornais na década de 1940 e de 1950, pela atuação do conjunto musical do ICBC. “O musicista João Tomé formou um conjunto de ritmos integrados unicamente de alunos seus, no Instituto dos Cegos. Todos são privados da visão. Isto, todavia, não impede que seu conjunto seja excelente” (CORREIO CATÓLICO, 1959).

A coordenação da parte musical ficou a cargo de João Tomé, que logo organizou um conjunto regional formado por instrumentos de corda (violão, cavaquinho, bandolim), instrumentos de sopro (flauta, trompete, saxofone), acordeão e instrumentos de percussão (bateria, pandeiro). Em 1956, a prefeitura de Uberaba contratou, por tempo determinado, o professor Tomé para ministrar aulas de música no Instituto de Cegos do Brasil Central. Os resultados positivos da ação levaram a prefeitura a renovar a contratação do músico, no período de 1957 a 1959. (ABREU, 2010, p. 43)

**Figura 18 – Conjunto musical dos alunos do Instituto de Cegos do Brasil Central.**



Fonte: ICBC, [19..].

Além do grupo musical de alunos do ICBC, o professor João Tomé, estava à frente em vários eventos, inclusive compôs uma música em parceria com o professor Cléver Novais então diretor do Instituto. O jornal *A Flama*<sup>37</sup> publica a letra da música:

<sup>37</sup> O jornal *A Flama* foi fundado em 27 de setembro de 1925 por Arlindo José Evangelista, José Honório da Silva, Rui de Sousa Novais e Hercílio Martins, que na década seguinte, após fechado e suas oficinas adquiridas por grupo espírita, passa a ser reativado em 1931[...]. Em 1942, em decorrência de acirradas polêmicas religiosas e doutrinárias mantidas com os jornais católicos *Mensageiros do Santo Rosário* e *Correio Católico*, o jornal espírita *A Flama*, depois de denunciado, é fechado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, órgão da ditadura do Estado Novo. Em 13 de janeiro de 1946, volta a circular com uma nova denominação *A Flama Espírita* (BILHARINHO, 2009, p. 458).

## A FLAMA

Prece

(Letra de Cléver Novais e música de João Tomé)

*Escudados no Evangelho  
Caminhemos sem temor,  
Pela senda do progresso,  
Tendo as armas só do amor !...*

*Difundamos a verdade,  
Mitiguemos sempre a dor  
E por fim, contritamente,  
Supliquemos ao Senhor:*

*Ó Suprema Potestade,  
Par de toda a Criação !...  
Inspirai aos sofredores  
Integral resignação !...*

*Fazei que jamais percamos  
Os exemplos de Jesús...  
E jorrai por sobre a Terra  
Esperança, Paz e Luz !...*

(ABREU, 2010, p. 139).

O professor e fundador do ICBC, Cléver Novais, é natural de Juiz de Fora/MG, mas cursou o ensino primário e ginásial no Instituto São Rafael em Belo Horizonte. Também se especializou no ensino de alfabetização pelo sistema Braille, sendo professor desde a criação do Instituto até 1961, ano em que foi para Belo Horizonte/MG cursar bacharelado em direito. Além do cargo de diretor técnico, tinha também a aptidão musical ministrando aulas de piano nos anos iniciais do ICBC.

A professora Sebastiana Borges Novais, de Araxá/MG, esposa do professor e fundador Cléver Novais, também era especializada no ensino de alfabetização pelo sistema Braille, lecionando na 1ª e 2ª séries em todo período estudado. Era bacharel formada pelo Instituto São Rafael de Belo Horizonte.

O professor e fundador Antônio Simões Borges era natural de Araxá. Também cursou o ensino primário e ginásial no Instituto São Rafael em Belo Horizonte, especializando-se em alfabetização pelo sistema Braille. Lecionava na 3ª e 4ª série do ensino primário. Sua esposa, Olga Silveira Borges, natural de Belo Horizonte, também bacharel, ministrava aulas de tricô, crochê e macramê, além de aulas de música de solfejo.

O professor Teodorico Simões Borges, bacharel, era natural de Araxá, irmão do professor e fundador Antônio Simões Borges, ministrou aulas de ensino técnico profissional na fabricação de vassouras e espanadores e alfabetização pelo sistema Braille.

O quadro inicial de professores do ICBC pode ser conferido no Quadro 12.

**Quadro 12 – Função dos professores na classe e extraclasse nos anos 40 e 50 no ICBC.**

Nº	Nome	Função
1	Antônio Simões Borges	Professor de Alfabetização Braille
2	Cléver Novais	Professor de Alfabetização Braille
3	Sebastiana Borges Novais	Professora de alfabetização Braille
4	Olga Silveira Borges	Professora de artes manuais
5	Teodorico Simões Borges	Professor do ensino técnico profissionalizante
6	João Tomé	Professor de música

Fonte: (ICBC, 1946a).

Em 1950, o ICBC oferecia, além do curso primário pelo sistema Braille, que ensinava o aluno a ler e escrever, o ensino de datilografia, que capacitava o aluno na digitação de texto em Braille, cuja máquina funcionava como uma máquina de datilografia comum. Ainda ofertava o ensino musical, por acreditar que através da música se promove a inclusão social do indivíduo, tornando-o mais independente socialmente e melhorando as possibilidades dele no mercado de trabalho; e também o ensino Técnico-Profissional, através de fabricação de vassouras, espanadores, cadeiras de balanço, tricô, crochê.

Até então, os professores do ICBC trabalhavam como voluntários. A partir de 1949, o governador de Minas Gerais, Milton Campos (1947-1951), mesmo sem haver concurso, contrata professores e funcionários em períodos (ano letivo) que duravam de fevereiro a novembro. O Quadro 13 mostra a lista de funcionários.

**Quadro 13 – Primeiro corpo docente contratado pelo Estado nas décadas de 1940 e 1950 no ICBC.**

Nº	Ano	Nome	Função
1	1949	Antônio Simões Borges	Professor
2	1949	Cléver Novais	Professor
3	1949	Sebastiana Borges Novais	Professor
4	1951	Norma Menegaz Rezende	Assistente de classes
5	1951	Olga Silveira Borges	Copista Braille
6	1955	Teodorico Simões Borges	Regente de turma

Fonte: (ICBC, 1946a).

Em 1951 foi também nomeada a professora Olga Silveira Borges com a função de copista Braille. Ela era responsável por transcrever os materiais didáticos em tinta para o sistema Braille e para isso utilizava uma máquina de datilografia Braille, a qual funcionava da seguinte forma:

[...] contém sete teclas :cada tecla corresponde a um ponto e ao espaço. O papel é fixo e enrolado em rolo comum, deslizando normalmente quando pressionado o botão de mudança da linha. O toque de uma ou mais teclas simultaneamente produz a combinação dos pontos em relevo correspondente ao símbolo desejado. O Braille é produzido da esquerda para a direita, podendo ser lido sem a retirada do papel da máquina de datilografia Braille, tendo sido a primeira delas inventado por Frank H. Hall, em 1892 nos E.E.U.U da América. (SAC, 2014).

**Figura 19 – Máquina de datilografia Braille.**



**Fonte: Catálogo Nacional de Tecnologia Assistiva (2011).**

Os contratos do governo mineiro com os professores e funcionários do ICBC foram prorrogados e, a partir de 1950, foram sendo nomeados professores através de concursos de provas e títulos feitos no Instituto São Rafael em Belo Horizonte. Desde 1949, os professores eram contratados pelo Estado e, a partir de 1950, passam a ser nomeados em definitivo.

Há uma exceção de nomeação da professora Norma Menegaz Rezende, que veio transferida do Grupo Escolar Noraldino Lima, da cidade de Prata/MG, conforme mostra a figura 20.

Figura 20 – Termo de posse de Norma Menegaz Resende.

Termo de posse da professora  
 efetiva d. Norma Menegaz  
 Resende. (Removida).

No ~~dia~~ <sup>primeiro</sup> dia do mês de novem-  
 bro de mil novecentos e cinquenta,  
 compareceu perante mim, a pro-  
 fessora primária padrão M.A. d. Nor-  
 ma Menegaz Resende, transferida  
 do Grupo Escolar Noraldino Lima  
 da cidade do Prata por ordem  
 do Sr. Secretário da Educação  
 para ter exercício no Instituto dos  
 Sigos do Brasil Central. A dita  
 professora foi por mim empossada  
 no referido cargo que para constar  
 mandei lavrar o presente termo  
 que vai assinado por mim e  
 pela referida professora.

Uberaba, 1 de Novembro de 1950  
 Santos Gomes de Sato  
 inspetor escolar municipal  
 Norma Menegaz Resende.

A foto expressa na Figura 21 retrata os primeiros professores do ICBC. Nela estão os professores fundadores e suas esposas, bem como o professor de música João Tomé. De acordo com esta pesquisa, acredita-se que esta foto seja anterior ao ano de 1953.

**Figura 21 – Grupo de Diretores e Professores da Instituição. A partir do canto esquerdo, no alto, fundador e professor Cléver Novais; Professor de música João Tomé; professor da oficina técnico-profissional Teodorico Simões Borges. Do lado esquerdo, abaixo, está professora e esposa do fundador Cléver Novais, Sebastiana Borges Novais; professora da oficina de trabalhos manuais e esposa do fundador Antônio, Olga Silveira Borges; fundador e professor Antônio Simões Borges.**



**Fonte: ICBC [19..].**

A partir de 1954, o quadro de professores precisou ser alterado em função da morte do fundador Antônio Simões Borges. O professor Teodorico Simões Borges, irmão do professor falecido, assume as turmas da 3ª e 4ª série. Como ele era responsável pela oficina técnico-profissionalizante – que não poderia parar a produção em função das encomendas já existentes – começa a receber a ajuda dos alunos mais antigos e treinados sob a orientação dele. Como na maioria das vezes não era possível contratar novos professores, na falta de alguns era muito comum os existentes assumirem mais de uma função. Borges (2005, p. 155) constata isso ao afirmar que: “As necessárias substituições nestes períodos, por vários motivos eram realizadas de forma a não interromper os trabalhos que muitas vezes além da falta de professor ainda existia a falta de material para a produção”.

Em dezembro de 1955, o prefeito Artur de Mello Teixeira (1955-1959) nomeou João Tomé como professor remunerado pelo município. O anúncio da nomeação foi feito pelo

prefeito durante um evento de chamado “Grêmio Lítero Musical Helen Keller”<sup>38</sup>, realizado no salão de festas do instituto. Na oportunidade, o prefeito também recebeu uma homenagem. O jornal Correio Católico<sup>39</sup> de 06/12/1955 noticiou o fato:

#### CORREIO CATÓLICO

Saguão da Prefeitura

##### HOMENAGEM DO INSTITUTO DOS CEGOS

O “Grêmio Lítero Musical Helen Keller, do Instituto dos Cegos do Brasil Central, prestou uma homenagem ao prefeito, no salão de festas daquela Instituição, na tarde do último sábado. O Sr. Artur Teixeira, acompanhado do Dr. Antônio Sabino percorreu demoradamente as dependências daquela entidade, sendo recepcionado por seus diretores e professores, entre os quais encontravam-se o presidente Odilon Fernandes.

Foi cumprido um programa Lítero musical, a cargo do Grêmio, tendo o professor Cléver Novais, diretor da casa, feito uma exposição da vida do Instituto para os visitantes.

##### AGRADECIMENTO DO PREFEITO

Agradecendo a manifestação prestada ao prefeito, falou, em seu nome, o Dr. Antônio Sabino de Freitas. A filha caçula do Sr. Melo Teixeira, a garota Maria Santana, interna no Instituto, ofereceu uma cadeirinha fabricada nas oficinas da Instituição.

##### NOMEAÇÃO DE PROFESSOR

Na oportunidade, foi comunicada a nomeação do Sr. João Tomé como professor Municipal à disposição do ICBC.

Sobre a visita disse-nos o Sr. Melo Teixeira: “Fiquei agradavelmente surpreendido com a grande obra que é o Instituto dos Cegos”. (CORREIO CATÓLICO, 1955)

Cabe destacar o importante papel do professor João Tomé que, por meio do seu grupo musical, realizava apresentações em atividades culturais em datas especiais e outros eventos com o intuito de angariar fundo para o ICBC. Antes de ser nomeado, o professor já desempenhava essas atividades com o interesse e se efetivar no cargo (ABREU, 2010, p. 92).

<sup>38</sup> Helen Adams Keller nasceu em 27/06/1880 na Tuscumbia, Alabama, EUA. Ela desenvolveu uma febre aos 18 meses de idade e ficou cega, surda e muda. Aprendeu a língua de sinais, aprendeu a falar, Bacharelou em Letras, em 1904. Através dos anos, Anne Sullivan permaneceu ao lado de sua aluna. Ela formava letras na mão de Helen para compreensão de livros de texto, palestras da faculdade e conversação. Em 1915, ela participou do Fundo Permanente de Ajuda dos Cegos de Guerra, que depois ficou conhecido como Imprensa Braille Americana. Inspirou a Organização Internacional de Lions a adotar o programa conservação da visão e trabalho com deficientes visuais, como uma das principais iniciativas de serviço. Faleceu em 1º de junho de 1968. Disponível em :<<http://www.dicionariolibras.com.br/website/artigo.asp?id=798>>. Acesso em 22 dez.2014.

<sup>39</sup> O jornal Correio Católico foi fundado em 10 de outubro de 1897. Inicialmente tiveram em sua direção os jornalistas eclesiásticos: Cônego César Borges, Monsenhor Inácio Xavier, Padre Alexandre Manoel, e Cônego Joaquim Tiago. Antes, porém, levava o nome de Jornal de Uberaba, sendo fundado em 20/06/1896. Quando atingiu o seu nº 79 passou às mãos dos padres dominicanos. Foi suspensa sua publicação em março de 1911, volta a publicar em 24/04/1924 (BILHARINHO, 2010, p.333).



No Quadro 14, apresentam-se os nomes dos professores, suas funções, nomeação, posse e a origem da nomeação.

**Quadro 14 – Professores nomeados na década de 1950 no ICBC.**

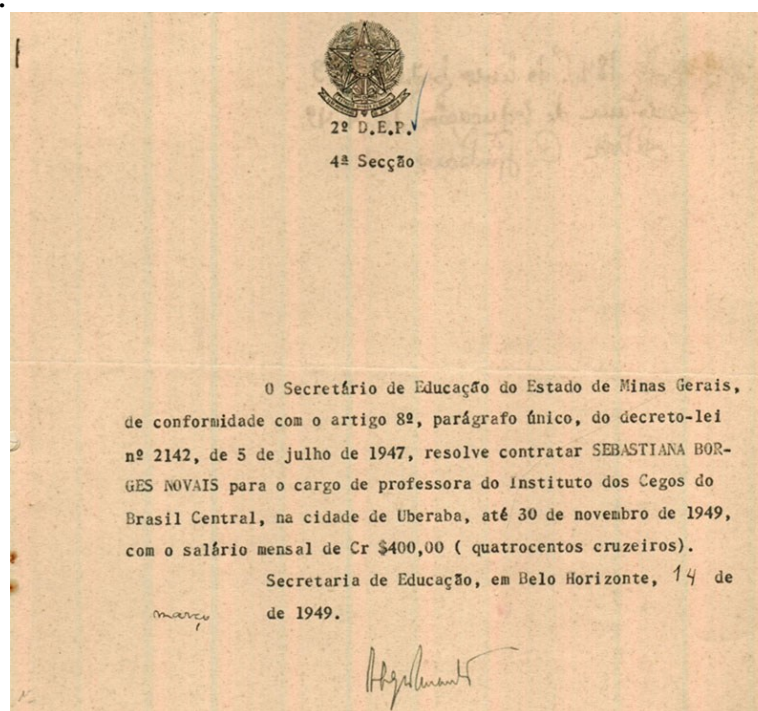
Nome	Função	Data da Nomeação	Data da Posse	Governo
Norma Menegaz Rezende	Professora	Transferida	01/11/1950	Estadual
Antônio Simões Borges	Professor	26/06/1953	22/07/1953	Estadual
Sebastiana Borges Novais	Professora	26/06/1953	22/07/1953	Estadual
João Tomé	Professor	02/02/1956	-----	Municipal
Cléver Novais	Professor	09/01/1958	13/01/1958	Estadual
Olga Silveira Borges	Professora	09/01/1958	13/01/1958	Estadual
Teodorico Simões Borges	Professor	09/11/1959	10/11/1959	Estadual

Fonte: Escola Alceu Novaes (1953); ICBC (1958)..

Os cargos eram por contratos e denominados a partir da função. Eles foram alterados para as nomeações como mostra o Quadro 14, em função de o Estado determinar os cargos em sua Secretaria de Educação. Pode-se aferir que só existe um cargo municipal, o do professor de música João Tomé, que foi nomeado em 02/02/1956.

Os outros professores, embora nomeados a partir de 1953, já exerciam suas atividades com contratos feitos pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, como demonstra a Figura 22, um documento em nome da professora Sebastiana Borges Novais:

**Figura 22 – Contrato da Secretaria de Educação de Minas Gerais com a professora Sebastiana Borges Novais, 14/03/1949.**



Fonte: Escola Alceu Novaes (1949).

Após 1953, os contratos foram extintos e os professores, como mostra a figura 22, foram nomeados, tomaram posse como concursados do Estado e continuaram ministrando suas aulas por vários anos no ICBC.

### **3.3 Características dos alunos: origem social e destino profissional**

A pesquisa investigativa possibilitou traçar um perfil com as características dos alunos do ICBC, assim como a trajetória deles na instituição. Esse procedimento torna-se de grande importância ao se conhecer a origem social e permitir a visualização do destino profissional deles. Conforme observa Nosella e Buffa,

[...] o estudo de trajetórias escolares e profissionais é um recurso metodológico importante para se compreender as necessidades que a sociedade, em uma dada época, tem de determinados profissionais como, também, a própria inserção desses profissionais na sociedade. Somente dessa forma é possível avaliar o significado social da escola [...]. (BUFFA; NOSELLA, 2004, p. 68)

Esta categoria de análise se faz muito importante nesta pesquisa por mostrar não apenas a escola como instituição de aprendizagem, mas também como contexto profissional dos alunos; onde o espaço se tornou significativo na visualização de uma capacitação profissional, social e econômica de todos os alunos matriculados fossem eles de qualquer idade ou condições físicas. A realidade vivida pelas pessoas com deficiência visual na época, como já foi falado anteriormente, era a condição muitas vezes de mendicância, total dependência da caridade dos outros.

O aluno vinculado ao ICBC tinha a denominação de “protegido”, termo usado para denominar os alunos atendidos por ele, classificando-se em dois grupos: o “protegido interno”, que era o aluno que morava no Instituto e tinha todo o seu sustento assegurado por ele, além de estudar na escola ou oficina; já o “protegido externo” era o aluno que estudava na escola ou oficinas, mas não morava na instituição.

O termo “protegido” se caracteriza como proteção, já que na década de 1940, o não vidente necessitava de proteção no sentido real da palavra, já que não havia nenhuma iniciativa que viesse a assegurar os seus direitos junto à sociedade. Podemos inferir também que este termo “protegido” reflete o caráter da instituição, não só de formação escolar e técnica, mas também de caráter de apoio aos mais necessitados.

O Quadro 15 mostra os primeiros matriculados no Instituto na década de 1940, sendo somente os “protegidos”, excluindo-se professores e demais pessoas.

**Quadro 15 – Primeiros alunos matriculados no ICBC.**

<b>Data da matrícula</b>	<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Origem</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data de Nascimento</b>
25/08/1942	Guilherme Alonso	26	Matão São Paulo/SP	Protegido externo	25/07/1915
15/10/1942	Gérson Felix Fraga	10	Uberaba/MG	Protegido interno	18/04/1932
09/11/1942	Sebastião Rodrigues	11	Uberaba/ MG	Protegido interno	23/08/1931
30/03/1943	Maria Santana	17	Uberaba/ MG	Protegida externa	14/03/1926
02/04/1943	Vivaldo N. da Silva	1	Uberaba/MG	Protegido externo	19/09/1942
05/04/1943	João Silva	5	Uberaba/MG	Protegido externo	26/05/1889
03/09/1943	José Pedro da Silva	57	Uberaba/MG	Protegido externo	19//11/1885
09/11/1943	Maria José Borges	-	Uberaba/MG	Aluna e filha do Fundador Cléver Novais	09/11/1943
20/12/1943	Arédio de Oliveira	7	Araguari/MG	Protegido interno	10/09/1936
25/12/1943	Georgina Felix Fraga	19	Uberaba/MG	Protegida externa	11/07/1924
01/06/1944	Maria Alves Amâncio	13	Uberaba/MG	Protegida interna	01/04/1931
20/07/1944	Fernando Félix da Cruz	31	Uberaba/MG	Protegido externo	31/05/1913
30/07/1944	Pedro Alves Santos	34	Uberaba/MG	Protegido externo	21/10/1910
14/09/1944	Paulo Vitor Gonçalves	13	Divinópolis/MG	Protegido interno	29/06/1931
12/11/1944	Guilhermina M. de Jesus	-	Uberaba/MG	Protegida externa	Sem data
01/12/1944	Alceu Bonfim da Silva	16	Paranaguá/PR	Protegido interno	25/05/1928
13/02/1946	José Ferreira Fonseca	37	Uberlândia/MG	Protegido interno	14/02/1908
05/03/1946	Maria da C. Gomes	22	Barroca/SP	Protegida interna	23/04/1923
10/05/1946	José Reis	30	Ribeirão Preto/SP	Protegido interno	29/06/1915
1947	Aparecida Garcia	5	Uberaba/MG	Protegida interna	24/05/1941
02/09/1947	Laudelino N. da Silva	20	Patos de Minas/MG	Protegido interno	05/08/1927
23/12/1947	Hilda Cabral dos Santos	-	Sacramento/MG	Protegida interna	Sem data
16/01/1948	Vivaldo Nunes da Silva	4	Uberaba/MG	Protegido interno	19/09/1943
23/02/1948	Antônio R. da Silva	51	Uberaba/MG	Protegido externo	13/06/1896
17/04/1948	Ana Maria de Souza	19	Morinhos/GO	Protegida interna	09/11/1928
14/02/1949	Terezinha A.de Brito	16	Conquista/MG	Protegida interna	25/08/1932
27/03/1949	Cléa M. Borges Novais	-	Uberaba/MG	Aluna e filha do fundador Cléver Novais	27/03/1949
14/07/1949	Zenita de Melo	6	Uberaba/MG	Protegida externa	07/10/1942
08/11/1949	Eurídice F. de Jesus	4	Araxá/MG	Protegida interna	21/03/1944
20/11/1949	Artulino R.de Brito	27	Tupaciguara/MG	Protegido interno	06/09/1922

**Fonte: Borges (2005); ICBC (1949).**

No Quadro 15 verifica-se os mais diversos gêneros de alunos, variando em sexo, origem, idade e tipo de internato. O Instituto, na década de 1940, tinha como critério para triagem a situação social em que se encontrava o não vidente, sendo que, às vezes, era realizada uma entrevista social. Os alunos eram encaminhados por pessoas da sociedade ou de outras instituições de caridade da cidade. Além disso, muitos procuravam a instituição pelo próprio interesse. A entrevista se baseava em conhecer a vida de cada um, origem e a necessidade de atendimento pela instituição.

Nesse período, o Instituto já estava com o número de alunos matriculados no limite de suas possibilidades, tanto de espaço quanto dos serviços que eles demandavam porque, desde que fossem matriculados, deveriam ser atendidos em todas as oficinas, cursos inclusive no regime de internato ou mesmo externato.

Por serem os alunos, em sua grande maioria, de baixa renda, o Instituto custeava todo o material de estudo, bem como a sua alimentação e os insumos na oficina técnica profissionalizante.

No sistema de externato, o aluno chegava cedo e passava todo o dia no Instituto, de manhã tinha as aulas de alfabetização e à tarde a oficina técnica profissionalizante, com alimentação e acompanhamento.

No sistema de internato, o aluno, além de todas as atividades descritas acima, dormia no Instituto, que também custeava a higiene pessoal dele.

No estatuto do ICBC, havia a obrigação de oferecer a alfabetização para assim poder realizar as outras atividades técnicas ou musicais. Isso era importante para seus fundadores, pois eles acreditavam que, com a alfabetização, o aluno poderia alcançar novos horizontes em sua vida profissional e conseqüentemente a sua independência social e econômica.

Com essa diretriz, o Instituto tinha uma despesa mensal considerável, elevando-se a cada nova matrícula efetuada, mesmo àquelas que se davam no regime de externato.

No Instituto, a formação do indivíduo poderia acontecer desde a infância até a idade adulta, inclusive pessoas idosas recebiam o mesmo tratamento, educação, alfabetização e formação técnico-profissional. Com essa proposta de atendimento amplo, o ICBC era considerado de alta importância social, mas não era possível nenhuma ampliação como uma instituição educativa comum de ensino regular. Isto porque alguns alunos praticamente dependiam do Instituto devido à situação de pobreza e outros porque moravam longe.

Nos próximos quadros, faremos uma análise do perfil desses alunos destacando algumas peculiaridades da origem e formação deles.

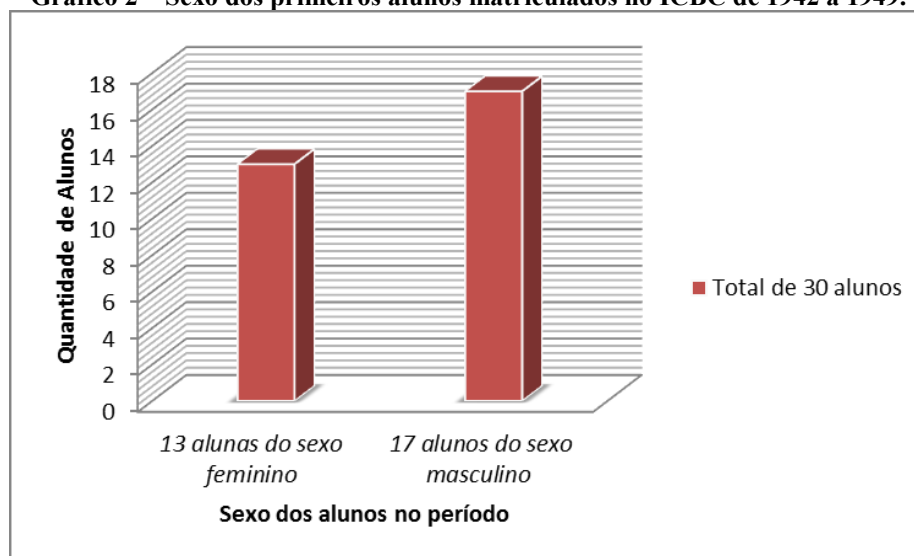
Gráfico 1 – Tipos dos primeiros alunos matriculados no ICBC de 1942 a 1949.



Fonte: Borges (2005); ICBC (1949).

Pelo Gráfico 1 podemos inferir que os alunos internos eram em maior número, o que significava a carência social que existia na época para o atendimento do aluno não vidente. O aluno interno, que residia no Instituto, era custeado, recebia alimentação e despesas pessoais, além de sua formação educacional e profissional. O número de alunos em regime de externato, apesar de ser em menor número, também recebiam alimentação durante o dia e o material de estudo, além da educação em geral.

Gráfico 2 – Sexo dos primeiros alunos matriculados no ICBC de 1942 a 1949.



Fonte: Borges (2005); ICBC (1949).

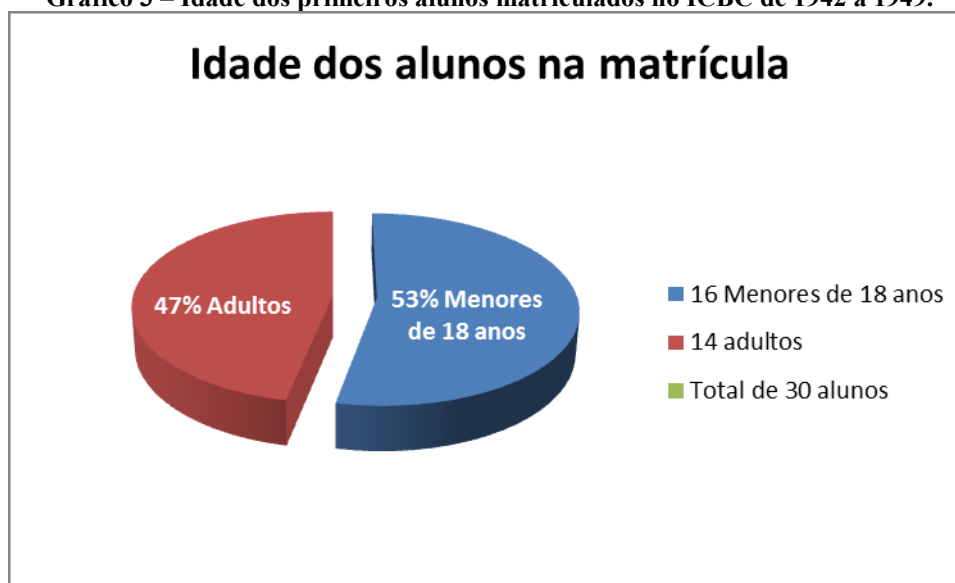
Conforme demonstra o Gráfico, prevaleciam alunos do sexo masculino. Enquanto que as alunas eram em menor número. Não se sabe o motivo de ter mais homens do que mulheres, pois pelos documentos pesquisados não foi possível realizar essa análise. Uma questão a ser observada é que, no período de 1940 a 1950, o acesso à educação pelas mulheres ainda era restrito no país.

Como podemos observar no Gráfico 3, no total de trinta alunos, a maioria era constituída por menores de 18 anos: a faixa etária se fixava entre 0 a 11 anos. Em alguns casos, o Instituto servia de abrigo para os primeiros cuidados à criança com deficiência visual. A deficiência era em decorrência de algumas doenças como o sarampo e também por hereditariedade, o que fazia com que os pais encaminhassem a criança à única instituição especializada no cuidado de deficientes visuais na região do Triângulo Mineiro.

Dos menores de 18 anos, a metade do sexo masculino, em sua maioria adolescentes, e a outra metade crianças do sexo feminino, variando em idade de meses a 16 anos de idade.

Os dados quanto ao sexo e faixa etária dos alunos só foram possíveis ser coletados nas fontes de 1942 a 1949, visto que não foi localizado o livro de matrícula.

**Gráfico 3 – Idade dos primeiros alunos matriculados no ICBC de 1942 a 1949.**



**Fonte: Borges (2005); ICBC (1949).**

Para atender os alunos internos, as acomodações eram higiênicas e com supervisão de alguns funcionários que se dedicavam a manter a moradia em perfeitas condições para seus internos. É o que mostra a Figura 23, o pavilhão feminino.

**Figura 23 – Acomodações das internas no pavilhão feminino em sua sede própria.**



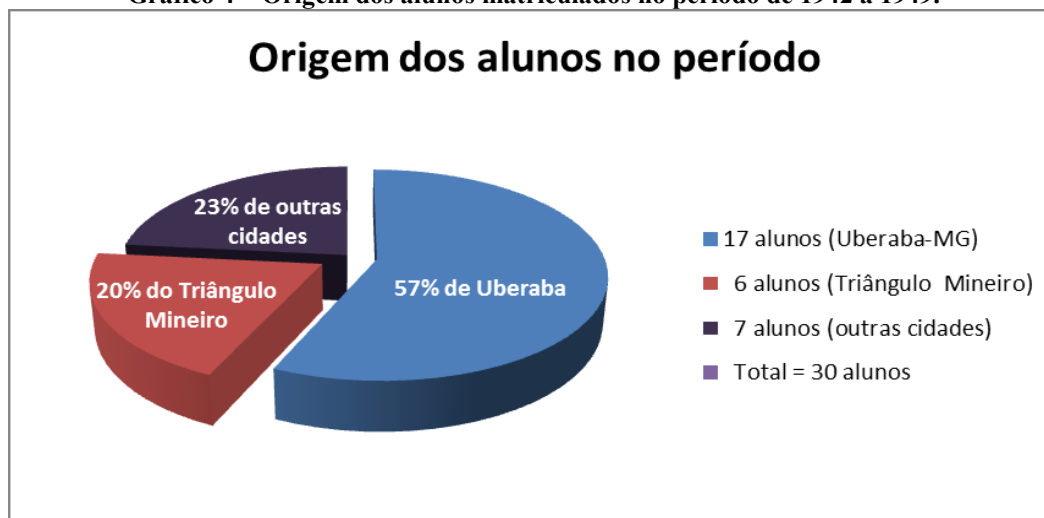
**Fonte: ICBC [19..].**

Na Figura 23, podemos destacar a organização das camas, o berço para atender às crianças menores e as condições das instalações com as janelas, por exemplo, para ventilar o ambiente e a adequação da estrutura para atendimento das alunas.

No Gráfico 4, analisaremos a origem dos alunos, evidenciando a tendência do externato a alunos de outras cidades, podemos verificar que os alunos oriundos de Uberaba são em maioria e muitos deles ficavam em sistema de externato, pois sendo da própria cidade frequentavam o Instituto durante todo o dia e à noite se deslocavam para suas residências.

Já os alunos da região do Triângulo Mineiro, 20% que compreendiam as cidades vizinhas a 100 ou 200 quilômetros de distância, obrigatoriamente tinham que estar no sistema de internato.

Gráfico 4 – Origem dos alunos matriculados no período de 1942 a 1949.



Fonte: Borges (2005); ICBC (1949).

Os alunos de cidades com distância a mais de 300 km de Uberaba, sendo provenientes de Barroca/SP e Divinópolis/MG, que totalizou 23%, necessitavam de moradia e alimentação para permanecerem no Instituto. Trata-se de um dado significativo, pois demonstra a visibilidade do ICBC em Minas Gerais e São Paulo, apesar de, na época, os recursos de comunicação serem poucos e não existir um trabalho específico de divulgação.

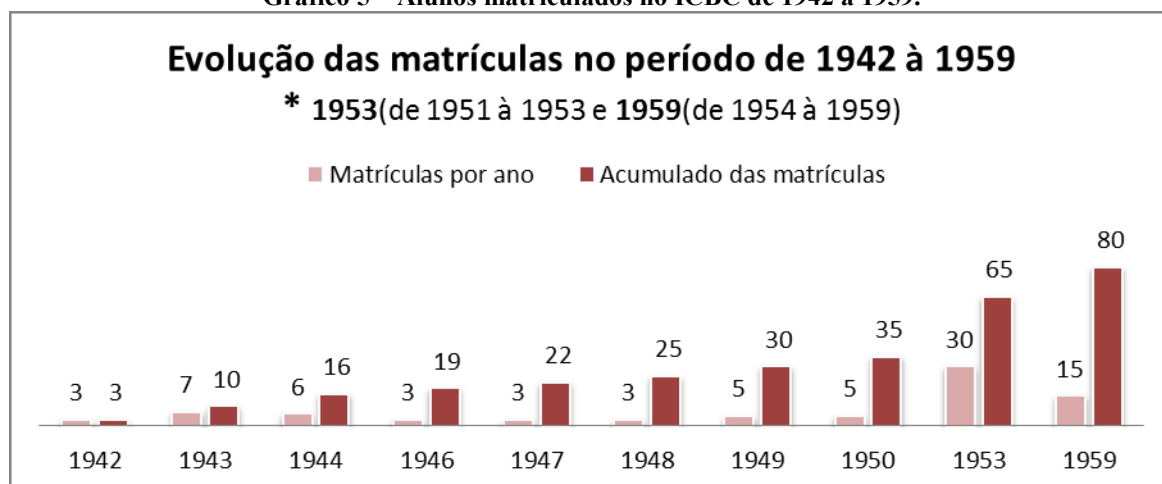
No Gráfico 5, analisaremos a evolução dos alunos do ICBC no período de sua fundação em 1942 até 1949, ano em que as aulas do curso primário começaram a funcionar.

A partir de 1950, os dados foram colhidos em documentos do ICBC de 1950 e 1959, período no qual foi possível anexar os dados retirados de cartas, correspondências e atas da diretoria, já que o livro de matrícula daqueles anos não foi encontrado.

No entanto, em decorrência da não localização do livro de matrícula dos anos anteriores, os outros dados com fragmentos de informações foram encontrados a partir de registros já elucidados pelos autores Silva (2009) e Borges (2005). Essas informações colaboraram muito para esclarecer algumas dúvidas em relação à quantidade de alunos que se matricularam nos anos de 1942 a 1959. A ascendência no número de alunos nos anos seguintes a sua fundação mostra o apogeu do Instituto de sua fundação até os anos de 1959.



Gráfico 5 – Alunos matriculados no ICBC de 1942 a 1959.



Fonte: Borges (2005, p. 145 e 147); ICBC (1953); ICBC (1959).

Pelo Gráfico 5 é possível analisar que cada ano havia alunos novos sendo matriculados (1942 a 1953). Apenas não é possível observar esse detalhe entre 1953 e 1959 em decorrência da ausência de informação. Também não é possível perceber a saída ou abandono de matriculados permitindo a análise de que os alunos permaneciam no Instituto, já que eles, a partir da matrícula, já passavam a usufruir das atividades de formação educacional e profissional, mas sem deixar a instituição.

O recorte desta pesquisa – 1942 a 1959 – permitiu de forma parcial avaliar o destino profissional ou resultados finais da formação desses alunos, considerando que alguns continuavam na instituição, sendo internos ou externos, até o ano de 1959. Não se viu a saída total dos alunos para uma vida independente, mesmo aprendendo a trabalhar, ou “tentar a vida” como expressa o depoimento que segue abaixo. Muitos voltavam como alunos externos e trabalhavam no próprio Instituto e continuavam os estudos. Esse fato dá margem para entender que existia também uma dependência desse aluno com o Instituto e que sua inserção fora dele ainda era restrita. Esse fato acontecia por ser o ICBC uma instituição voltada também à formação pessoal, e que se ligava ao aluno não só na relação de aprendizagem, mas também na relação social, como veremos em alguns depoimentos de alunos logo mais a frente.

O primeiro aluno interno, Gérson Felix Fraga, nascido em Uberaba, matriculou-se no Instituto aos 10 anos de idade, em outubro de 1942, dois meses após a sua fundação, como protegido interno. Em depoimento colhido por Borges (2005), Gérson relata uma parte de sua história:

Nasci em Uberaba no dia 18 de abril de 1932. Fui o primeiro aluno da Associação de Cegos do Triângulo Mineiro (antigo Instituto). Morava no bairro Abadia, o mesmo bairro da Associação naquela época e ainda em 1942 um dos representantes da Instituição foi até minha casa e me convidou para morar na Instituição. Como venho de uma família muito humilde, pobre, poder ir morar no Instituto era uma chance de ter uma vida melhor. Com 10 anos fui morar na Associação, como interno, e naquela época tinha só eu de aluno, e morava lá o Cléver Novais como diretor técnico, o Antônio era professor e seu irmão Teodorico também morava lá. Depois de mim chegou o Sebastião com treze anos, vindo de Uberaba, mas quando foi estudar fez uma cirurgia e se recuperou não precisando mais de atendimento. Fiquei no Instituto por 9 anos, saindo para tentar a vida. Voltei como externo para trabalhar pro Instituto como cobrador aos 17 anos de idade. O fato de eu ter sido o primeiro aluno foi um presente, pois minha família era muito pobre e meus pais muito doentes. Eu era ainda muito menino, distraído e depois eu fui aprendendo as coisas. O Instituto me mostrou o caminho e rumo do intelecto. (FRAGA, 2005)

Em seu depoimento, Fraga deixa claro sua condição financeira e familiar e também fala de ter voltado como aluno externo, ocupando a função de “cobrador” no Instituto. É que naquela época o ICBC criou uma lista de associados voluntários que contribuía mensalmente para o Instituto, assim necessitava de cobrador para receber esses donativos. Essa prática perdurou por várias décadas como fonte de arrecadação de muita relevância para o Instituto.

Fraga destaca ainda o ensino da música e o seu professor João Tomé. Essa aprendizagem lhe deu resultados profissionais e financeiros, pois iniciou sua vida profissional de músico dentro do Instituto e com isso obteve ganhos financeiros.

Me recordo do João Tomé, prof. De música, que nos ensinou a tocar violão, tínhamos um conjunto regional e isso foi a base para a minha vida profissional e com esse conjunto começamos a ganhar dinheiro. Devo ao professor João Tomé minha vida profissional de músico. (FRAGA, 2005)

Na área profissional, ele relata a importância do Instituto em sua vida:

O Instituto na minha vida foi muito bom. Foi onde adquiri experiências, foi muito importante o período em que eu fiquei no Instituto, mas se tivesse permanecido mais tempo eu teria mais oportunidade e minha vida teria sido melhor. Teve um papel muito importante na minha vida e até hoje eu amo muito o Instituto. Graças ao Instituto eu aprendi o Braille e a profissão de músico. Não tive muita sorte na vida, fui um lutador. Profissionalmente fiz parte de uma orquestra grande em São Paulo, foi o que eu aprendi no Instituto que me deu futuro, tudo isto eu devo ao Instituto. (FRAGA, 2005)

É possível perceber que o ensino da música contribuiu muito para a socialização do indivíduo e sua formação cidadã. Dessa forma, ele se sentia parte da sociedade ao alcançar o nível profissional, podendo viajar, conhecer novas pessoas, aprender mais, ter independência, como é o caso de Fraga que, além da alfabetização, teve ainda aulas de música. Como músico, foi integrante de uma orquestra em São Paulo.

Outra aluna, Aparecida Garcia, nasceu em Uberaba em 1942. Cega de nascença, seus pais foram aconselhados a procurar o Instituto para buscar ajuda especializada. Assim, ela foi matriculada na condição de interna em 1947, sendo a primeira aluna da Instituição a cursar uma faculdade.

De família pobre, Garcia foi matriculada na época em que o Instituto estava sendo transferido para a sede própria à Rua Márquez do Paraná e estava em fase de estruturação, com poucos professores e quando oferecia apenas o ensino primário.

Em relato de vida transcrito e analisado por Silva (2009, p. 33), a ex-aluna esclarece:

Após concluir a quarta série na instituição, Aparecida Garcia, com apoio do professor C. P., dá continuidade ao seu estudo no Colégio Triângulo Mineiro, onde estabeleceu ótimo relacionamento com seus colegas, obtendo grande ajuda dos mesmos. No que se refere à leitura dos conteúdos, pois não havia possibilidade de esses serem transcritos para o Sistema Braille.

Durante o tempo em que cursou o ginásio (atualmente denominado ensino fundamental, quinta a oitava série) recebeu da direção do Instituto de Cegos do Brasil Central o uniforme exigido pelo colégio, e a Loja Maçônica Estrela Uberabense doou-lhe os lanches até a conclusão do curso.

Dando continuidade aos seus estudos, passou a cursar o Magistério na Escola Estadual “Professor Leôncio Ferreira do Amaral”. Neste período, Aparecida Garcia continuou recebendo apoio pedagógico do professor C. P. e das colegas de turma. Foi então que ela passou a gravar as aulas em fitas K7 até o final do curso em 1960.

Sentindo necessidade de ampliar seus estudos na área da educação, buscou o apoio da diretoria do Instituto dos Cegos para se matricular no Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo, no curso de especialização em deficiência visual, recebendo da entidade apoio integral.

No início de 1962, A. G. retorna a Uberaba, onde presta um concurso público estadual para professora, sendo aprovada e começando a trabalhar na Escola Estadual Anexa ao Instituto dos Cegos do Brasil Central. Por esta ocasião, o professor C. P. era reitor da Faculdade de Filosofia de Uberlândia, atual UFU (Universidade Federal de Uberlândia) que lhe ofereceu uma bolsa de estudos no curso de Pedagogia.

Aparecida viajava todas as noites, graças à gentileza do senhor J. P. e sua esposa, dona Santinha, proprietários de uma empresa de ônibus, que lhe concederam transporte gratuito.

Depois de dois anos transferiu estudos da Faculdade de Filosofia para a de Ciências e Letras “Santo Thomas de Aquino”, em Uberaba, onde concluiu o curso em 1966.

Em suas atividades de estudante, o Instituto de Cegos lhe emprestava uma máquina de datilografia Braille para o registro dos conteúdos e outra de datilografia de caracteres em tinta, a fim de realizar os trabalhos a serem entregues aos professores.

Em 1986, assumiu a direção da Escola Estadual Anexa ao Instituto de Cegos do Brasil Central, ficando nesta função até 1989. Vale lembrar que A. G. desde 1978 é diretora interna do ICBC, cargo que ocupa até hoje.

Quando perguntada que contribuição o instituto trouxe para ela, respondeu que tudo que conseguiu até hoje agradece a instituição. Se não fosse o apoio do ICBC, não teria conseguido estudar e muito menos se formar. Foram todas essas transformações e surgimento de novos atendimentos descritos no capítulo anterior que possibilitaram sua formação. (GARCIA, 2008)

Ainda, em depoimento, Garcia acrescenta o seguinte:

Sem o Instituto, talvez eu tivesse procurando uma escola, mas poderia estar na zona rural dependendo de família, coisa que eu não gostaria. Talvez nem soubesse o Braille, e se soubesse não teria tido a carreira que tive como aluna, professora e diretora. O Instituto para mim foi uma bênção que Deus colocou na minha vida. (GARCIA, 2004)

Esses dois depoimentos demonstram a importância significativa do ICBC na vida de seus alunos. Eles mostram como cada um encaminha e direciona sua vida pessoal e profissional para diferentes finalidades, mesmo considerando a interferência cultural da época, onde o homem deveria ganhar dinheiro para sobrevivência.

Os caminhos que eles trilharam no campo educacional foram diferentes, nem por isso menos valiosos, pois cada um ficou dentro de suas possibilidades. Garcia direcionou sua vida para a capacitação profissional dentro da área da educação voltada para o deficiente visual. Enfrentou dificuldades, porém aproveitou as oportunidades para alcançar seus objetivos, tornando-se uma especialista na área. Foi diretora da escola do Instituto em 1986 e ainda hoje dá a ele todos os méritos de suas conquistas. Aos 74 anos, ainda continua atuando e residindo no ICBC.

A formatura da primeira turma aconteceu em 29/11/1951, segundo o Livro Termo de Promoção ou Ata de Promoção que se encontra no acervo da escola Alceu Novaes. Os três primeiros alunos promovidos e diplomados no curso primário de alfabetização pela Instituição foram: Alceu Bonfim da Silva, Arédio de Oliveira e Hilda Cabral, que são mostrados na Figura 24, uma fotografia da formatura:

**Figura 24 – Primeira turma de formandos do Instituto de Cegos do Brasil Central, 1951.**



**Fonte: ICBC (1951).**

Em 1952 aconteceu a segunda cerimônia de entrega de diplomas pelo Instituto, quando somente as alunas Terezinha Maria de Jesus e Terezinha Alvarenga de Brito concluíram o ensino primário. Já em 1954 foram entregues mais quatro diplomas, e em 1959 outros quatro alunos foram diplomados no curso primário.

Os diplomas eram entregues pelo Grupo Brasil, no qual uma Banca Examinadora avaliava os alunos. Entre os componentes dessa banca estavam os professores do Instituto, professores do Grupo Brasil e o Inspetor Escolar da cidade: Sr. Santino Gomes de Matos. O exame era feito em duas fases, sendo uma prova escrita em Braille, outra de Língua Pátria e Aritmética, com uma redação (composição) focando alguma atividade da escola, o ditado de um trecho conhecido e três problemas de frações, sistema métrico e porcentagem. Fazia parte do sistema de avaliação também outra prova oral de pontos sorteados para cada um e os alunos escreviam sobre a matéria (BORGES, 2005, p. 133).

O jornal *Lavoura e Comércio* publicou uma nota, destacando a importância do evento:

Realizar-se-á a entrega de certificados aos alunos que terminaram o seu curso primário no Instituto dos Cegos do Brasil Central. Por especial deferência da direção do Grupo Brasil, os certificados conferidos foram expedidos por aquele estabelecimento de ensino, que tanto colabora na obra de assistência educacional realizada nesta terra[...] (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1952, p. A-4)

Dessa forma, o Instituto cumpria o papel a que se destinava: a educação primária de seus alunos. Embora diplomados, os alunos do Instituto permaneciam na instituição dando prosseguimento à sua formação seguindo o nível técnico profissional e ou a música, literatura. Alguns deles trabalhavam no local e ainda dependiam do Instituto.

### **3.4 Da assistência às práticas educativas e processos de alfabetização**

A história do ICBC é caracterizada, desde seus primeiros anos de existência, na diretriz da filantropia, assistência e educação. Enquanto instituição filantrópica, desde a sua criação, em 1942, sempre dependeu do respaldo do Estado e da sociedade civil para a implantação de seu projeto de atendimento ao cego.

Os dados confirmam que, paralelo ao plano da educação, os fundadores atuaram no sentido de recolher os cegos adultos em situação de mendicância das ruas. Ação essa exposta repetida vezes em carta aos contribuintes de donativos para a manutenção da entidade:

[...] A complexidade do problema dos cegos torna-se imprescindível a colaboração da iniciativa particular com os poderes públicos [...]. (ICBC, 1944)

[...] Crêde que um dos nossos mais decisivos propósitos em pôr termo à mendicância dos cegos em Uberaba e até mesmo em todos os outros municípios desta opulenta região. Para tanto, porém, necessitamos de tempo e, sobretudo, de uma renda mensal e de capital muitas vezes superiores ao movimento financeiro que ora temos. Em verdade, nossa arrecadação ainda é inferior a quatro mil cruzeiros por mês e, com as múltiplas despesas que já somos obrigados a fazer, resulta que raramente o nosso balanço mensal acusa um saldo superior a cem cruzeiros. Nestas condições, não nos é possível, no momento, impedir totalmente que os velhos sem visão prossigam esmolando pelas nossas ruas [...] A nossa aspiração suprema é termos uma sede própria, na qual esteja anexa a “Colônia dos Cegos”, isto é, um grupo de casas que, embora singelas, possam convenientemente abrigar os protegidos casados e suas respectivas famílias[...]. (ICBC, 1944)

A prática educativa é como mola propulsora para que o indivíduo obtenha uma formação, sinta-se parte de uma sociedade e nela alcance as possibilidades de sobrevivência e

de transformação de si mesmo e da sociedade em que vive, a partir da superação de suas limitações quaisquer que sejam elas.

Segundo Libâneo:

A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades física e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. “ Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade”. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade. (LIBÂNEO, 1994, p. 16-17)

Desde a inauguração do ICBC, os fundadores já ministravam aulas de alfabetização pelo sistema Braille, o que fica bem esclarecido em uma das CARTAS que a diretoria enviou aos contribuintes:

[...] Julgamos oportuno esclarecer-vos que as aulas de alfabetização do “Curso Braille”, pelo qual seus frequentadores aprender a ler e escrever, constituíram para nós, no fluente ano, um magnífico e extraordinário sucesso. Em consequência disto, alguns dos nossos alunos, inteiramente desprovidos das luzes dos olhos, já exibem estupendos resultados de seus estudos ou aplicação [...]. (ICBC, 1944)

No período de 1942 a 1948, os documentos apontam que a grade curricular para a alfabetização era composta de Leitura e escrita Braille, Rudimentos de Matemática e Conhecimentos Gerais. Com isso a instituição reafirma seu compromisso com a alfabetização ministrando disciplinas em conformidade com a série. (ICBC, 1946b)

Além da alfabetização, a capacitação para o trabalho sempre foi uma preocupação dos diretores do ICBC, conforme já ficou explícito nesta pesquisa e em ata pelo presidente Arquimedes de Oliveira, ao usar a palavra para falar da função de uma associação para cegos. Assim ele se manifestou: “[...] é uma missão dignificante a tornar o indivíduo cego apto a viver honradamente de seu próprio trabalho” (ICBC, 1942a)

A partir de 1943 a instituição reconhece a necessidade do incentivo à capacitação profissional, e de possibilitar aos alunos condições de aprender alguma atividade de trabalho que pudesse lhes gerar renda. Após algum tempo se preparando e organizando, ainda de forma “rústica e artesanal”, angariaram os recursos necessários para essa atividade. Em 1945, conforme afirma Silva (2009, p. 23), “cria-se a oficina de trabalhos manuais, onde se fabricava rodo, espanador, vassouras e cadeira de balanço”. Também está documentado o

trabalho manual para as deficientes femininas no Formulário de Estatística da Secretaria de Educação, datado de 1950, e que faz parte do acervo do ICBC.

Estas atividades começaram dar resultado muito rápido para os usuários da associação. Alguns tinham a possibilidade de trabalhar dentro da oficina de produção, enquanto outros desenvolviam função de vendedor nas ruas da cidade, descartando a mendicância. Em reunião do ICBC no dia 20/09/1946, o então presidente Dr. Odilon Fernandes relata uma situação vivenciada, “[...] o recente caso de um cego mendigo que aproveitado pela Associação já ganha o suficiente para modestamente se manter e hoje é útil sendo um dos vendedores de vassouras fabricadas na associação”. (ICBC, 1946c)

A organização administrativa das atividades exigia do diretor técnico Prof<sup>o</sup> Clever Novais um acompanhamento de perto na gestão geral do Instituto. Isso o impedia de coordenar os trabalhos das oficinas e por isso, em 22/12/1946, foi nomeado o Prof<sup>o</sup> Teodorico Simões Borges para ficar à frente do ensino técnico. É o que consta no comunicado feito pelo Diretor Técnico Sr. Clever Novais:

[...] Foi comunicado ainda que o Professor Teodorico Simões Borges iniciou o serviço de ensino técnico profissional, percebendo inicialmente Cr\$ 200,00. A produção vem apresentando ótimo resultado. O movimento da Secção de Ensino Técnico será feito à parte e apresentado por uma comissão nomeada oportunamente. (ICBC, 1946d).

Em 02/02/1947, já com o ensino técnico em funcionamento, foi criada a comissão que tinha como objetivo principal apoiar o professor responsável pelas atividades desenvolvidas no ensino profissional. Em reunião, é anunciado essa formação, porém sem os nomes de seus membros ainda :

[...] O Sr. Presidente propõe a nomeação de uma comissão que será denominada de “Comissão de cooperação Técnico Profissional” cuja incumbência será de cooperar com o professor Teodorico no desenvolvimento do ensino profissional aos internados. (ICBC, 1947a)

Nos anos seguintes, como afirma Silva (2009, p. 24), as oficinas foram ampliadas através da compra de novas ferramentas, tais como serras circulares e tupias. Essa atividade acontecia sob a orientação do presidente Dr. Odilon Fernandes e o senhor Santos Guido, industriário e homem de negócios da cidade de Uberaba, que colaborava com as ações do Instituto.



**Figura 25 – Oficina com serras circulares e tupias no ensino técnico do ICBC.**



**Fonte: ICBC, [19..].**

Outro quesito que fazia parte da formação dos alunos do Instituto era a preocupação com a saúde deles. Nessa área, pode-se verificar a atenção com prática da assistência dentária e médica como uma prática educativa, demonstrando que existia uma preocupação com o indivíduo de forma geral. Isso é confirmado com relatos documentados em ata: “[...] comenta-se sobre a assistência dentária e médica aos internos salientando-se os esforços já feitos pelo Sr. Presidente” (ICBC, 1947b).

Ainda, em se tratando da formação de conhecimentos e da importância dos cuidados com educação/saúde, o presidente Dr. Odilon Fernandes informa uma reunião que acontecerá com profissionais capacitados que se disponibilizaram a colaborar com a instituição para definir as possíveis ações que poderiam ser realizadas no tratamento médico e dentário dos alunos: “[...] comunica a visita dos Srs. Drs. Vitor de Carvalho Ramos e Sergio Severino Soares, dois especialistas em moléstia dos olhos e propõe estudos da maneira mais vantajosa para a assistência médica e dentária para o instituto”. (ICBC, 1951)

Tais atividades faziam parte da proposta de possibilitar maior acesso dos professores e alunos ao conhecimento específico da cegueira e da saúde como um todo. Com isso, a ideia era trazer profissionais qualificados a fim modernizar o atendimento.

A busca era incessante de recursos técnicos como adquirir material didático, e por isso pede-se que se agradeça a assinatura da revista em Braille. Por outro lado, solicita-se, aos órgãos competentes do governo, o apoio necessário na efetivação do processo de ensino e alfabetização, confirmando que os recursos eram precários. O ofício confirma essas ações:

[...] Pede o Sr. Presidente que agradeça em ofício ainda a assinatura anual da Revista “seleções” em Braille edição em inglês. [...] À Legião Brasileira de Assistência comunicar a abertura das aulas de alfabetização geral aos cegos e a precariedade de recursos. (ICBC, 1947, p. 01,02)

A educação em “sentido amplo” compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, modos de agir, nos quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente (LIBÂNEO, 1994, p. 79). Nesse sentido, o trabalho do Instituto abrangeu a vivência cultural promovendo a participação social através das atividades externas junto à sociedade como, por exemplo, em feiras da cidade, com exposição e vendas de seus trabalhos e divulgação da instituição.

Na Ata da diretoria nº 15 da reunião do ICBC 23/05/1948, o diretor técnico Cléver Novais informa sobre a importância da liberação para que o ICBC participe com barraquinha da feira da cidade, ocasião em que também foi feita a campanha de prevenção à cegueira:

[...] comunicou também haver escrito ao Sr. Prefeito Municipal solicitando preferência para a realização de barraquinhas na Praça Rui Barbosa, durante a XIII Exposição Agro Pecuária de Uberaba, ocasião em que o Instituto realizará também a campanha de prevenção à cegueira. (ICBC, 1948a, p.01)

Nessa mesma reunião, os planos para ampliação das atividades no Instituto também são tratados pela diretoria, assim como a preocupação com os investimentos no material didático, envolvendo a compra de livros específicos para cada disciplina, e com a compra de instrumentos musicais:

[...] Diz mais que neste ano será criado um curso teórico de música o qual ficará a cargo do Sr. Antônio S. Borges que perceberá a gratificação de Cr\$8,00 por aula. [...] o curso de música tem caráter de curso regular compreende aulas de instrumentos diversos, isto é, saxofone, violão, cavaquinho, bandolim, piano, etc. Há ainda o ensino de teoria musical, ou curso de solfejo. (ICBC, 1950d)

Com o intuito de manter os cursos, o diretor Cléver Novais define maior investimento em material didático, ao receber subvenção da prefeitura já destina os recursos para este fim: “[...] Considerando a atual deficiência do material didático o Sr. Presidente opinou que se aplicasse a subvenção municipal deste ano, principalmente na aquisição deste material” (ICBC, 1948c, p.1).

A Diretoria ainda afirma que com o propósito de capacitar os alunos em datilografia, tentaria dar o ensino àqueles que já tinham terminado o 3º ano, entendendo que eles teriam mais condições de aprender. O propósito era que esses alunos ampliassem mais sua capacidade podendo datilografar textos em Braille para os seus estudos e de outros colegas. Conforme ata do acervo do ICBC:

[...]O Sr. Cléver Novais irá tentar o ensino de datilografia aos alunos adeptados. [...] neste curso os cegos se habilitam a escrever à maquina comum dele fazendo parte apenas os concluídos pelo menos o terceiro ano primário. (ICBC, 1948a, p. 01)

Durante os anos iniciais de criação do ICBC, com interesse em ampliar as formas de ensinar, Sr. Odilon Fernandes, viajava a São Paulo visitando instituições como a Fundação do Livro dos Cegos, Associação Pró-Biblioteca e Alfabetização dos Cegos. Nessas visitas, além conhecer o funcionamento dos respectivos estabelecimentos, conseguiu novos materiais: “[...] visitando instituições como a Fundação do Livro dos Cegos, e Associação Pró-Biblioteca e Alfabetização dos Cegos onde examinou o seu funcionamento e trouxe vários impressos para possível adaptação no instituto” (ICBC, 1948b, p. 01)

No período entre 1949 e 1953, houve ampliação no quadro das disciplinas, sendo oferecidas as seguintes: Língua Pátria, Aritmética, Geografia e História do Brasil e Ciências e Higiene, permanecendo até o ano de 1975. Conforme constam nas fontes, não há informação ou um decreto que determine essa alteração. Nesse período, a partir de 1949, as disciplinas eram oferecidas durante o ano todo e, ao final, era realizada uma avaliação visando analisar o nível de aprendizagem dos alunos que consistia em prova escrita para Língua Pátria e Aritmética e prova oral para os outros conteúdos (ICBC, 1951-1959).

Segundo Libâneo:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. (LIBÂNEO, 1994, p. 195)

Em reunião da diretoria e a fim de esclarecer o nível de aproveitamento dos alunos, a professora Sebastiana Borges Novais apresentou um demonstrativo de notas dos alunos, considerando a nota distribuída de 100 pontos e sendo a média de aprovação 50 pontos. O resultado foi comemorado por todos os presentes, sendo os dados constados em ata:

[...]O Sr. Presidente tece comentários em torno dos exames feitos pelos alunos do instituto, que conseguiram boas notas motivo de grande satisfação para a diretoria, louvando ainda, a atuação dos professores Antônio Simões Borges e Sebastiana Borges Novais, com a supervisão de Cléver Novais, fatores principais no aproveitamento dos alunos. Os resultados dos alunos foram os seguintes: No primeiro ano, Ana Maria de Souza com a nota oitenta (80);Terezinha Alvarenga, idem, cem (100); Lídio Alexandre Marques, idem, setenta (70); Paulo Vítor Gonçalves, idem, oitenta (80). Os alunos Gumerindo Morais e Maria da Conceição Gomes deixaram de prestar exames, por se encontrarem enfermos; no segundo ano: Ilda Cabral com noventa (90) pontos; Lucio Silveira com oitenta e cinco (85) pontos; no terceiro ano: Pedro Teodoro Vieira com noventa (90) e Alceu Bonfim da Silva, com oitenta (80) pontos. O aluno Arédio de Oliveira, do 2º ano não compareceu à prova por motivo de doença. Nos exames de Teoria musical foram promovidos os seguintes alunos: para o segundo ano: Terezinha Alvarenga com a nota noventa (90); Lucio Silveira com a nota noventa (90); Lidio Alexandre Marques, com a nota setenta (70) e Ana Maria de Souza com a nota sessenta (60). Os alunos Alceu Bonfim e Pedro Teodoro Vieira, do segundo fizeram apenas prova s demonstrativas, nas quais obtiveram a nota sessenta ( 60), permanecendo nesta classe. O aluno Arédio de Oliveira por se encontrar acamado, deixou de fazer a segunda prova, continuando assim no segundo ano. (ICBC, 1949, p.01)

É perceptível a capacidade de aprendizagem dos alunos, a partir desses resultados apresentados. Demonstra ainda a seriedade do trabalho realizado e o envolvimento de todos na proposta social e educativa da instituição, tanto por parte dos alunos, quanto dos professores.

Já em 1952, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas, são apresentados dados sobre as classes Braille os quais revelam que os resultados da aprendizagem dos alunos são satisfatórios, conforme trecho da ata de reunião de 1952: “[...] A Profª Sebastiana Borges, fez uma exposição sobre as atividades das classes Braille, no ano de 1951, dizendo que os alunos Arédio de Oliveira; Alceu Bonfim e Ilda Cabral concluíram o curso primário (ICBC, 1952a, p.01)

No ano seguinte, em 1952, fica entendido, através da fala da professora, que as aulas ficariam suspensas por um período devido a problemas financeiros vivenciados pela instituição. Por conta desse fato, a instituição teve que partir para as campanhas em busca de

assistência: “[...] O Presidente esclarece a necessidade de uma campanha para se angariar donativos porque a situação financeira está se agravando” (ICBC, 1952c, p. 01)

Em 1957, normalizadas as subvenções e parcerias governamentais, e dando continuidade no projeto iniciado e perseguindo o objetivo de manter o cuidado com a saúde dos alunos, a diretoria instala o consultório dentário dentro do Instituto como mais uma atividade educativa e de assistência, inclusive estendido a toda a comunidade. É o que se pode constatar na ata do dia 26/12/57: “[...] Com a presença do governador Bias Fortes foi inaugurado o consultório odontológico doado pelo Estado” (ICBC, 1957b)

É possível perceber que o ICBC desde 1942 sempre sobreviveu com muitas dificuldades financeiras. Em mais de 70% dos documentos pesquisados, entre cartas emitidas, atas etc. se refere à busca de apoio financeiro para sua manutenção.

Durante os anos seguintes, a instituição vivenciou problemas financeiros graves para manter a instituição em funcionamento, pois algumas subvenções e apoio dos governos municipal e federal foram suspensos por questões que não ficam claras no desenvolvimento da pesquisa. As ações para sanar essa dificuldade se acentuaram com realizações festivas, promoção de eventos para angariar fundos e cartas emitidas aos governos, empresários e aos contribuintes de doações. Sem subvenções e doações, a instituição não teria como continuar a prestar os atendimentos. No entanto o que se percebe é que o objetivo proposto de criação do ICBC foi alcançado de 1942 a 1959, impondo-se como um período de grandes conquistas, com muitas obras realizadas e muitos desafios vencidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo investigativo, vivenciado através da pesquisa, coloca-nos frente à tomada de decisões em grande parte do tempo. São muitos os caminhos, as possibilidades, as fontes, as bases bibliográficas, para que possamos aproximar do objeto de estudo com o intuito de compreendê-lo. Neste estudo, as indagações foram sendo respondidas a partir da constatação da centralidade ocupada pelo Instituto de Cegos do Brasil Central – ICBC no campo da educação do deficiente visual e dos reflexos das ações dessa instituição em regiões próximas da cidade e do município de Uberaba.

O conteúdo bibliográfico pesquisado possibilitou a compreensão do panorama da educação especial no Brasil permitindo uma aproximação do processo de construção da educação dos cegos. O estudo mostra que somente em meados do século XIX, através de algumas ações isoladas, são garantidos alguns direitos às pessoas com deficiência. Até esse período, as crianças com deficiência eram abandonadas pelas famílias e acolhidas pelas “Santas Casas de Misericórdia do Brasil”, de forma a institucionalizar os cuidados por religiosos. Esse modelo, através “roda dos expostos”, era uma forma de manter o anonimato do abandono e proteger nomes de pessoas da alta sociedade.

Entende-se que essa forma de tratamento a quem nascia com algum tipo de deficiência era consequência do que se entendia por anormalidade. Quem não está dentro de um padrão de normalidade, encontra-se, incapacitado diante da sociedade. Por isso, era colocado à margem dessa sociedade, um ser sem valor de trabalho de produção, sem inteligência, sem valor social e, ainda para muitos, significava que era alguma forma de castigo de Deus para os “homens pecadores”.

A partir do século XIX, a Igreja propõe algumas ações para institucionalização e atendimento às pessoas com deficiência. Com elas, a institucionalização era entendida como a forma viável de separação, repassadas como forma de proteção e cuidado para com os deficientes. Um modo discreto em meio às possibilidades da implantação das ideias liberais no final do século XVIII e começo do século XIX. Tais ideias eram decorrentes do próprio interesse da elite econômica, que buscava o seu próprio favorecimento.

É possível perceber que as primeiras ações voltadas para a educação dos cegos, já em 1850, apresentavam-se de forma paternalista, protecionistas e nasceram por interesses particulares. Esses investimentos em grandes obras foram motivos de críticas de muitos políticos opositores. Ao compararem a péssima atenção com a educação de forma geral, não

aceitavam os altos investimentos com a construção – que chamou de faraônica – para a educação especial, principalmente dos cegos e surdos no Rio de Janeiro.

As ações de criação da educação dos cegos foram de grande significado para a ampliação da educação às pessoas que apresentavam outros tipos de deficiência como surdez, doença mental, etc. O período do Império (1822-1889) marca legalmente as primeiras ações com proposta de ensino primário para todos e do ensino especial marcado pela Criação do Instituto Imperial dos Meninos Cegos, depois denominado Instituto Benjamin Constant.

No período imperial, já fazia parte do discurso político o “ensino pra todos”. No entanto, as pequenas ações voltadas para a efetivação dessa realidade, como congressos, espaços de discussão em busca da melhoria e implantação de novas propostas educativas, eram facilmente comprometidas e não se realizam por questões políticas e administrativas do governo federal. Dessa forma, o que se efetivou foi, ao menos, a educação dos cegos e surdos, que foram pautas proposta para discussão no 1º Congresso de Instrução Pública de 1883. As iniciativas foram restritas e por mais de 60 anos não houve reforma da Constituição Federal, o que seria uma possibilidade de ampliação legal para a educação dos deficientes.

A educação especial ganha mais espaço no Brasil, ainda insuficiente, a partir da Primeira República. Apesar de algumas iniciativas de implantação no Nordeste, elas se concentram mesmo com mais intensidade no Sudeste e Sul do país, fato que se justifica devido à realidade econômica e política privilegiada dessas regiões. As instituições se dividiam entre particulares e públicas e na sua maioria são voltadas para a saúde mental. O número reduzido de instituições criadas na Primeira República nos leva a entender que o motivo se atrela à falta de atenção à educação como um todo existente no Brasil. E também à falta de uma política voltada para a inclusão do deficiente na educação, situação essa vivenciada com a precarização do sistema até os dias de hoje.

Poucas propostas foram instituídas com o “ensino emendativo”, termo utilizado ao se tratar do ensino especial durante o Estado Novo, sugestões nas quais a ideia se definia na separação dos tipos de deficiência, onde cada um seria atendido por um segmento. Alguns deles, os institutos dos cegos e surdos, eram de educação voltada para a alfabetização, portanto, os inadaptados morais e psicopatas ficavam a cargo de um serviço de assistência e do Ministério da Justiça. Isso nos leva a inferir que o doente mental, principalmente, não era tratado dentro da educação, mas como caso de justiça.

O ensino emendativo não obteve êxito na inserção dos deficientes em cursos regulares, porque foram implantadas normas excludentes ao exigir várias comprovações da inexistência de doenças ou incapacidades dos alunos, caso contrário, a matrícula não era

efetivada. Isso prova que era essencial que os alunos não tivessem nenhum impeditivo para atuar no mercado de trabalho e produzirem riquezas em busca do desenvolvimento do Brasil. .

A pesquisa comprova que a década de 1940 aparece como um período mais promissor para a educação do deficiente visual, entretanto, as ações não eram suficientes para suprir o atraso dos anos anteriores. Tais ações podem ser destacadas em avanços como a inserção no ensino regular, no mercado de trabalho, inserção no ensino secundário e em curso superior e a criação de instituições importantes na educação dos cegos. No entanto, isso não acontece de forma ampla para todos os tipos de deficiência, pois muitos eram considerados inadaptáveis às regras institucionais.

Outro dado importante, observado ao se estudar esse período, é quanto à capacitação de professores. Poucas iniciativas foram encontradas. Uma delas, de grande significado para a educação especial, foi a vinda da professora Helena Antipoff como contratada pelo Estado de Minas. Ela foi professora de Psicologia na Escola de Aperfeiçoamento, com um contrato inicial de dois anos que foi sucessivamente renovado ao longo da década de 1930. A escola tinha o propósito de formação de diretores de escola, que depois seriam os disseminadores do aprendizado sobre a educação especial.

Em 1951 foi criado o curso de Ana Rímoli da Faria Doria, diretora do Instituto Nacional dos Surdos Mudos – INSM (1951-1961), como o primeiro curso normal de professores de surdos no Rio de Janeiro. Essas duas ações foram relevantes na capacitação de professores para a implantação e ampliação do ensino aos deficientes no Brasil.

O problema do Brasil com a questão da educação do deficiente, de um modo geral, não era apenas no que se referia à regulamentação de leis. Sendo assim, não foi diferente com a educação do deficiente visual. Essas dificuldades estavam relacionadas a problemas políticos, uma vez que a preocupação do governo era em atender às necessidades do país focando na cadeia produtiva. E deficiente não era considerado produtivo.

Nesse sentido, apesar do contexto histórico com ações insuficientes e repletas de problemas pedagógicos, ausência de efetivação de ações, deficiência da formação de professores, falta de investimentos em recursos didáticos, em Minas Gerais surgiram algumas ações importantes no cenário da educação dos cegos no Brasil. Uma delas foi a criação do Instituto São Rafael, o disseminador do modelo da educação de cegos no Estado, baseado no modelo de aprendizado recebido no Instituto Benjamin Constant do Rio de Janeiro. No Estado, além de Belo Horizonte, umas das primeiras cidades a acolher a ideia de criação de uma instituição voltada para a educação dos cegos foi Uberaba/MG.



Este estudo mostrou que a cidade de Uberaba, no ano de 1942, enfrentava todos os reflexos da política econômica imposta pelo governo de Getúlio Vargas, as circunstâncias políticas de um governo populista que tinha o discurso de que todos eram responsáveis e por isso todos deviam trabalhar juntos com vistas ao desenvolvimento do Brasil. No campo da educação prevalecia o idealismo da capacitação para o trabalho e uma instrução paliativa aos indivíduos excluídos do processo de produção.

O que se percebe é que a sociedade civil, por um lado, fragilizada com a política da época, uniram-se em grupos organizados como Rotary Clube, Lions e Maçonaria e empresários locais se dispuseram a acolher a ideia de construção dessa instituição de educação de cegos em Uberaba, um atendimento que não se limitava a cidade, mas também a região.

Os dados coletados apontam que os dois jovens idealizadores do projeto – vindos do Instituto São Rafael, onde se qualificaram para a educação dos cegos – conquistaram, de alguma forma, a elite econômica local e ainda a simpatia das associações e clubes de serviço da cidade. O incansável trabalho de ambos convenceu a todos sobre a seriedade da proposta educacional dos cegos que poderia ser um arranjo social eficiente na retirada dos indivíduos em situação de mendicância nas ruas da cidade. Proposta que agradou e que se ajustaria aos objetivos das ações políticas que tinham como lema a “Ordem e o Progresso”.

Os discursos colhidos nos documentos e atas estudados por esta pesquisa apontam uma proposta motivacional que continha muito mais que um idealismo. Consistia em uma proposta educativa que os jovens idealizadores, cegos, por vivenciarem todas as dificuldades e problemas sociais que atingia a pessoa desprovida de visão naquela época, traziam consigo respaldo técnico capaz de assumir o compromisso com a sociedade local além do idealismo.

Compreende-se que nesse idealismo estava presente também uma forma de sobrevivência e pretensão profissional dos fundadores e seus familiares, que sabiam das dificuldades reais que viviam os desprovidos de visão. Percebe-se que fizeram do trabalho com a formação dos deficientes visuais sua direção profissional e dela tiraram o seu sustento. O período estudado mostra que as duas famílias dos fundadores foram criadas dentro do instituto, juntos, entre vida pessoal e familiar com a profissional.

Percebe-se que uma boa parte da sociedade local, talvez por desconhecimento, pensasse a instituição como um modelo de asilamento dos cegos, demonstrando bem o preconceito contra a capacidade do cego em se inserir no mundo da educação. Portanto, outro mérito dos idealistas fundadores foi garantir esse atendimento e, com muito êxito, manter a proposta educacional de alfabetização e capacitação para o trabalho.

Este estudo mostra que a instituição não se envolveu em questões de segmento religioso ou partidárias nas relações sociais estabelecidas inicialmente pelos fundadores, o que foi fundamental como base de apoio e sustentação para alcançar os objetivos almejados. Tanto é que a formação da primeira diretoria contava com nomes importantes no meio político, econômico e cultural na cidade. Foram médicos, dentistas, advogados, empresários do meio agrícola, políticos etc., pessoas que tinham representatividade na cidade e no país. Tanto que um dos primeiros apoiadores, Dr. Odilon Fernandes, tornou-se presidente do ICBC por mais de 20 anos, sendo sua atuação essencial na história da instituição.

Quanto à construção das edificações, o estudo comprova que o instituto teve três locais de funcionamento. As duas primeiras casas foram alugadas, com menor estrutura, e à medida que foi crescendo o número de atendimentos e definidas as proposta de ações, optou-se pela construção da sede própria, o que exigiu muito esforço e muitos recursos financeiros. O terreno foi doado, mas a construção tornou-se um objetivo a alcançar. Ela era o maior foco de todos os envolvidos no processo, porque o projeto era de cunho nacional, uma vez que o ICBC atendia pessoas dos Estados de São Paulo, Goiás e de Minas Gerais, conforme prova a relação de alunos da época que esta pesquisa teve acesso. Em nosso entendimento fica claro que não era apenas a construção de uma escola, mas sim, a construção de um espaço de moradia, de capacitação profissional, para atividades físicas.

Quanto ao corpo docente, a reflexão nos leva a observar uma sobrecarga de trabalho, devido ao pouco número de professores especializados, e ainda pelo fato de muitos deles assumirem mais de uma função. Além da gestão da instituição, ainda tinha a busca de recursos, controle contábil, os contatos sociais que eram assumidos também pela equipe da diretoria da presidência e alguns voluntários que faziam parte desse grupo. Esse grupo de colaboradores era formado por empresários, políticos, pecuaristas e associados provenientes da cidade de Uberaba.

Um ponto crucial e que não deixa dúvida é quanto a qualificação dos professores envolvidos no processo de alfabetização, pois todos eles possuíam o bacharelado, título outorgado pelo Instituto São Rafael, conforme Boletim Informativo coletado existente no Instituto. O ensino da música, as oficinas e cursos de crochê e tricô também eram ministrados por professores qualificados.

Esse grupo de professores que deram início ao Instituto manteve-se por muitos anos na instituição. Durante algum tempo, trabalharam voluntariamente, considerando que os iniciantes são os próprios fundadores e suas famílias, que trabalhavam e moravam dentro do Instituto. Com a criação da escola foram agregados outros professores e os que já faziam parte

passaram a ser contratados pelo Estado. O que fica claro é a dedicação de muito trabalho, idealismo, contanto que envolvia vida pessoal, familiar e de trabalho no mesmo espaço.

As conquistas foram gradativas, de certa forma lenta, exigindo um esforço persistente para alcançar os objetivos. É possível perceber que a proposta educativa foi desgastante no quesito da alfabetização e instrução, onde os alunos tinham muita carência material e alguns queriam resultados mais rápidos de ganho financeiro e nem todos tiveram condições ou interesse nos estudos, tornando-se dependentes do Instituto para alcançar a sobrevivência.

Os alunos originavam de áreas rurais e de cidades vizinhas ou mesmo da periferia de Uberaba, muitos deles de famílias sem poder financeiro e que desconheciam as possibilidades que poderiam ter seus filhos cegos de aprender a ler ou ter uma profissão e muito menos não imaginavam a possibilidade de independência de vida deles. Alguns alunos se destacaram na aprendizagem, outros se voltaram mais para a capacitação profissional e sobrevivência financeira. Já o número de desistência da permanência no Instituto nem aparece na coleta de dados, pois alguma atividade ou necessidade os mantinham ligados à instituição. Os estudos mostram que se criou uma dependência por parte de alguns alunos que nunca se desligaram permanecendo até a idade adulta residindo no espaço institucional. Por outro lado, eles garantiram o sucesso profissional de quem se interessou em dar sequência à capacitação profissional e acadêmica, obtendo grandes resultados através do sucesso de muitos ex-alunos que são hoje profissionais incluídos no mercado de trabalho.

É possível afirmar que ICBC manteve várias propostas em seu projeto de atendimento a pessoas com deficiência visual, pois as formas de organização dos saberes não foram definidas de forma fechada ou restrita; ao contrário disso, ele perpassa pela assistência social da ajuda na sobrevivência do indivíduo às propostas de práticas educativas e pedagógicas buscando a capacitação profissional e alfabetização em busca da superação e independência de vida de seus alunos.

Portanto, a não ser o ensino da alfabetização em Braille como método, nenhum documento foi encontrado mostrando quais as técnicas pedagógicas e didáticas do ensino aos alunos cegos. A pesquisa constatou que as experiências pedagógicas não aparecem registradas ou elas se perderam com o descuido com os arquivos, falta de espaços ou espaços inadequados e mudanças de espaço físico para armazenamento deles.

O que se destaca é o trabalho voltado para formação profissional que, através das oficinas, trouxe grande êxito ao Instituto. Os alunos se tornaram capazes na fabricação das vassouras, cadeiras, espanadores, e construíram uma forma de angariar recursos para si próprios e ao Instituto como forma de se manter.

A formação musical, como prática educativa, foi fundamental para os alunos. Nos depoimentos fica claro que quem seguiu a carreira de músico tem o Instituto como responsável por essa possibilidade e que se tornou independente mantendo-se da música, viajando, conhecendo outras realidades.

O estudo realizado nos mostra também que a educação envolve várias práticas educativas que vão muito além da sala de aula e que o aprender a ler, escrever, a educação perpassam pelo extramuros da instituição, efetivando-se como uma forma de inclusão social.

O ICBC foi criado com um propósito e oferece o acolhimento e a educação dos cegos e perseguiu o alcance desse objetivo apesar de todas as dificuldades vivenciadas em seu processo de construção. Sempre manteve suas ações com doações da sociedade ou através das doações dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais que não eram permanentes, necessitando, muitas vezes, suspender alguns atendimentos por falta de recurso.

Entende-se que apesar da sociedade saber da importância do papel da instituição para a população, o reconhecimento dela como entidade de utilidade pública demorou, o que só aconteceu após 18 anos de sua criação, em 1959. Essa demora foi um dos motivos que dificultou muito o recebimento do apoio financeiro por parte dos órgãos públicos. O Estado e o município dispunham de pagamento de professores para ministrar aulas, porém todas as outras despesas eram de sua responsabilidade arcando com todos os recursos para a sobrevivência do Instituto.

Considerando o período desta pesquisa, de 1942, ano da fundação do Instituto, a 1959, ano de sua declaração de instituição de utilidade pública, nem tudo se resolveu com agilidade e sucesso. Por exemplo, houve uma persistência do Instituto, bem como de seus fundadores, em conseguir junto ao governo de Minas Gerais o “Decreto” da criação da escola anexa. A inexistência desse Decreto fez com que o Instituto tivesse a escola funcionando na prática de suas ações, na gestão e organização curricular e ensino, porém vinculada a uma escola do Estado para emissão dos documentos legais, avaliação, diplomas etc.

Esse Decreto é o eixo de nossa indagação, pois, apesar de ser uma escola regular do Instituto, não teve sua criação oficializada pelo governo de Minas Gerais até o recorte desta pesquisa. Entendemos que a falta desse decreto é o que deixou o Instituto à margem das estatísticas nacionais, não fazendo parte dos dados publicados sobre as escolas de ensino especial e regular.

Para balizar esses fatos, podemos citar o Instituto São Rafael, que teve seu decreto de criação pela Lei nº 895, de 10 de setembro de 1925, e sempre teve seus dados informativos

mapeados pelo poder público, inclusive consta nas publicações dele como escola oficial para ensino especial de cegos.

O ICBC, sendo a uma das primeiras instituições do Brasil e a terceira de Minas Gerais voltada para a educação dos deficientes visuais, não consta nas estatísticas governamentais, e mesmo nos estudos de autores consagrados na área do ensino especial como Mazzotta e Jannuzzi, que fazem parte do acervo bibliográfico desta pesquisa.

Diante desse fato de existir oficialmente ou não, o Instituto com sua escola anexa persistiu em seu caminho se aliando às instituições, clubes de serviços e governantes que se dispuseram aderir ao seu projeto, e com enorme determinação, membros da diretoria foram persistentes emitindo inúmeras correspondências na busca pela manutenção da entidade. Dentre eles, foram foco da solicitação de apoio do ICBC, o Instituto Benjamin Constant, o Instituto São Rafael, a Fundação do Livro para Cegos, o Conselho de Bem-Estar dos Cegos, secretários de educação, governadores de Minas Gerais e até ao Presidente da República, na época Getúlio Vargas.

Entende-se por esses fatos que o ICBC, dentro do nosso recorte temporal (1942-1959), exerceu o seu papel de instituição de educação, formando pessoas cegas para a vida, alfabetizando, profissionalizando, mesmo com todos os impedimentos de gestão enfrentados pelos seus fundadores. Esse período do estudo se destaca por ser decisivo na implantação do Instituto. Os desafios impostos faziam parte de um processo de construção onde estava tudo por fazer, eram várias as frentes que exigiam ações eficazes em busca do objetivo proposto. No entanto, foram alcançadas grandes realizações, tendo como sustentação o grupo de professores, diretores, colaboradores, e alunos que juntos construíram a história do ICBC.

Interpretar parte da história do ICBC mostrou um panorama na história da cidade de Uberaba, Minas Gerais e do Brasil, recolocando em cena grupos sociais e políticos atuantes em um tempo passado, pois suas ações ficaram impressas em documentos que foram submetidos a interpretações durante a pesquisa.

Conclui-se com esta pesquisa que são fundamentais os estudos que se voltam para as instituições educativas e principalmente para as de educação especial no Brasil. Essa trajetória permite uma aproximação ao tema que merece um olhar mais técnico em busca da importância de seu significado e sua contribuição para a formação de uma sociedade que reconhece sua cultura a partir de suas próprias construções.

O Instituto de Cegos do Brasil Central destaca-se como uma instituição educativa que fez sua história a partir da história de cada um dos membros envolvidos. A sua construção se fez a partir de um ideal, seu crescimento é gradativo, porém dinâmico e atualmente inovador.

Através dessa proposta, ele mantém até hoje suas portas abertas para o atendimento de pessoas com deficiência visual.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Vera Maria Tomé de, João Tomé. *Uma trajetória musical de Uberaba até a capital federal*. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Instituto de Artes. Departamento de Música.; Brasília (DF), UnB, 2010 – Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6925/1/2010\\_VeraMariaTom%c3%a9deAbreu.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6925/1/2010_VeraMariaTom%c3%a9deAbreu.pdf)> - Acesso em 15 nov.2014.
- ACTAS E PARECERES DO IX CONGRESSO DA INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- ALMEIDA, Admário Luiz de; GUIDO, Humberto Aparecido de Oliveira. *Francisco Campos e a Escola de Aperfeiçoamento: a burguesia entre educar e instruir o povo*. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – 2007. Disponível em: <[http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/9a\\_1.pdf](http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/9a_1.pdf)> - Acesso em: 22 out.2014.
- ANTIPOFF, Daniel. *Excepcionais e Talentosos: os escolhidos*. Belo Horizonte: Lastro, 1999.
- ANTIPOFF, Helena. *O ensino nas classes especiais. Exame Alpha e 'March' intelectual e escologia*. Revista Ensino, nº 50/51/52, out/dez. 1930.
- ANTIPOFF, Otilia Braga. *Educação do excepcional (manual para professores...* Rio de Janeiro, Ed. Pestalozzi, 1974: [s.n.]. v. il.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. *Arquivo e Memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro*. In Pesquisas e Práticas Psicossociais 5, São João Del-Rei, janeiro/julho, 2010. – Disponível em <[http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5\\_n1/arantes.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n1/arantes.pdf)> Acesso em 18 jul. 2014.
- ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LOUIS BRAILLE - ACLB. *História da Associação de Cegos Louis Braille*. Disponível em: <<http://www.deficientesvisuais.org.br/historia.php>> Acesso 16 out. 2014.
- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI (Niterói). *Grande pesquisadora e educadora da criança portadora de deficiência*. [19--?]. Disponível em: <<http://www.pestalozzi.org.br/helenaantipoff.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2011.
- AZEVEDO, M. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. VII. Rio de Janeiro: Livreiro-editor do Instituto Histórico Brasileiro. Rua do Ouvidor, 65, 1877. Livro digitalizado. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>> . Acesso em 12 jul. 2014.
- BILHARINHO, Guido (2010). *Uberaba: Dois Séculos de História*. (dos antecedentes a 1929), volume I, 2ª edição, Uberaba/MG. Instituto Triângulino de Cultura. 354p.
- BILHARINHO, Guido (2009). *Uberaba: Dois Séculos de História*. (de janeiro 1930 a dezembro 2007), volume II, 2ª edição, Uberaba/MG, Arquivo Público de Uberaba. 490p.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*

(2 volumes). Trad. Carmen C. Varrialle, Gaetano Loiai Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacaís, Renzo Dini. Brasília: UnB, 2004.

BORGES, Denise Cunha. *A educação do deficiente visual no Brasil: história do Instituto de Cegos do Brasil Central – Uberaba-MG, 1942-1978*, Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Uberlândia/MG, 2005.

BUENO, Francisco da Silveira. (1996). *Minidicionário da Língua Portuguesa*, São Paulo/SP, FTD:LISA. 703p.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo (2009). *Instituições escolares: por que e como pesquisar*, Campinas/SP, Editora Alínea. 87p.

CAMPOS, Francisco Luiz da Silva. *Pela civilização mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação*. Estud. av. vol.17 n.49 São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300013)>. Acesso em: 22 nov. 2014.

CATÁLOGO NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA. *Máquina Braille*. 2011. Disponível em: <<http://assistiva.mct.gov.br/catalogo/maquina-braille>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ESCOLA ALCEU NOVAES. Contrato da Secretaria de Educação de Minas Gerais com a professora Sebastiana Borges Novais, Uberaba, 1949. Acervo da instituição.

ESCOLA ALCEU NOVAES. Termo de posse de Norma Menegaz Resende. Uberaba, 01 de nov. de 1950. Acervo da instituição.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. *Breve histórico da deficiência e seus paradigmas*. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba v.2, p.132 –144. 2011. Disponível em: <[http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM\\_Volume\\_02/Art08\\_NEPIM\\_Vol02\\_BreveHistoricoDeficiencia.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf)> - Acesso em: 11 nov. 2014.p.134

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 8ª Ed., Curitiba/PR: Ed. Positivo, 2010.

FERREIRA, Orlando. *Terra madraستا* (um povo infeliz). Uberaba: Typographia do Brasil Central, 1928.

FONSECA, André Azevedo da. Uma História social de Uberaba (MG). *Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, Goiânia, v. 19, n. 1, p.000-000, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/viewFile/30523/16655>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

FONSECA, Vítor da. *Educação especial - Programa de estimulação precoce: uma introdução às idéias de Feuerstein*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.



GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello; VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues. *A Legislação Educacional Brasileira de 1930 a 1961 com relação à pessoa com deficiência*, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 52, p. 183-197, set 2013 – ISSN: 1676-2584. Disponível em <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3655>> - acesso em 11 jul.2014.

GUIMARÃES, Rosangela Maria Castro. “*Templo do Bem*”: O Grupo Escolar de Uberaba, Na escolarização Republicana (1908-1918) - Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Uberlândia-UFU. 2007.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo, SP: Editora: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1976). *História Geral da civilização brasileira*. O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império.2 ed. São Paulo, Difel, 498p.

HORTA, José Silveira Baia. *O Hino, o sermão e a ordem do dia – Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945) – 2ª edição ver.* Editora Autores Associados – Campinas/SP. 2012, 304p.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT (IBC). *Revista Nossos Meios: Entrevista: Instituto São Rafael*. Agosto 2003. (download). Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=67>>. Acesso em: 15 set. 2014.

INSTITUTO DE CEGOS DO BRASIL CENTRAL (ICBC) – Missão – Disponível em: <<http://www.icbcuberaba.org.br/missao>> . Acesso em 22 dez.2014.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo, pasta de identificação do matriculado, 1942-1949.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 1-(Fundação), p. 01, da reunião realizada no dia 25 de ago.1942a.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 2-(Fundação), p. 01, da reunião realizada no dia 18 de set.1942b.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 3-(Fundação), p. 01, da reunião realizada no dia 03 de nov.1942c.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 02, Livro de Termo de Posse, de 22 de set. de 1946a.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata da diretoria nº 02, p. 07, 1946b.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 5, da reunião realizada em 22 de dez. de 1946c.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 8, da reunião realizada em 23 de mar. de 1946d.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 8, p.01 e 02, da reunião realizada em 23 de mar. de 1946.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 9, p. 01, da reunião realizada em 25 de mai. de 1947a.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 10, p.01, da reunião realizada em 20 de jul. de 1947b.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 12, p.01, da reunião realizada em 24 de jan. 1948a.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 15, p.01 (referência ao ofício enviado ao prefeito Dr. Boulanger Pucci), da reunião realizada no dia 24 de jan. 1948b.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 16, da reunião realizada em 29 de ago. 1948c.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Cartas e correspondências, 1950.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 22, da reunião realizada dia 06 de nov. 1949.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 28, p.02, da reunião realizada em 28 de abr. 1951.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 32, p.01, da reunião realizada dia 18 de fev. 1952a.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 33, p.01, da reunião realizada no dia 22 de jun. 1952b.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº34, p.01, da reunião realizada no dia 28 de dez. 1952c.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo, pasta de identificação do matriculado e cartas e correspondências, 27 de jul. 1953.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 39, p.02, da reunião realizada no dia 26 de dez. 1957a.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 42, 1957b.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 40 (professores nomeados na década de 1950c), da reunião realizada em 30 de dez. de 1958.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Ata nº 41, p.01, da reunião realizada no dia 28 de dez. 1959.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Acervo. Boletim de Estatística, 1950d.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Pasta de correspondências, carta do presidente aos contribuintes, 1944.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Estatuto da Associação dos Cegos do Triângulo Mineiro, livro A, 1945.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Pasta de correspondência expedida, carta enviada ao Sr. José Humberto Rodrigues da Cunha, 07 de fev.1949.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Livro de visitas, 1950a.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Cartas e correspondências, 1950b.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Ata da diretoria, 1951-1959.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Documento em principais registros para redigir atas de Diretoria, 1951-1961, p. 2)

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Pasta de correspondência expedida, carta enviada ao governador de Minas Gerais, 27 de jul. 1953.

INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL. Pasta de declarações, 24 de ago. 1959.

INSTITUTO SÃO RAFAEL (ISR). *Projeto Político Pedagógico do ISR*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida pelo diretor J.G.M: <institutosaorafael@yahoo.com.br>. em: 19 set. 2014.

JANNUZZI, Gilberta de Martino (2012). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XIX*. 3.ed.rev. Campinas, Ed. Autores Associados, 210p.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>>. Acesso em 15 out.2014.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil* - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. Disponível em < <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/historia%20movimento%20politico%20pcd%20brasil.pdf>> . acesso em: 15 mar.2014.

LIBÂNEO, José Carlos (1994). *Didática*. São Paulo/SP, Cortez Editora. 288p.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia-Edufu, 2010.

MAGALHÃES, Justino. *Breve apontamento para a história das instituições educativas*. In SAFELICE, José Luís, SAVIANI, Demerval & LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). *História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas, SP. Autores Associados, 1999, p.64.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004, 178p.

MATOS, Raimundo José da Cunha, 1776-1839. Carta corográfica da província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e desemboque da provinca de Minas Geraes/organizado pelo brigadeiro, Raimundo Jozé da Cunha Mattos. – Escala [ca 1:3000000], 18 legoas de 18 em um grao = [3,75 cm]. – [S.l.]: Lith. do Archivo Militar, 1875. – 1 mapa: litografia, p&b; 80, 50x38,90 cm, em folha de 82, 60x52,90. Disponível em: <<http://purl.pt/3432/3/>>. Acesso em: 24 out. 2014.

MAZZOTA, Marcos José Silveira(2011). *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. 6ª.ed. São Paulo, Ed. Cortez, 231p.

MEC/Inep (1987). *A educação nas mensagens presidenciais, 1890-1986*. Vol. I e II. Brasília (Gráfica Valci Ed. Ltda.).

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. *Escolarização de Crianças com Deficiência Intelectual nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental*. Dissertação de Mestrado – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Universidade de Uberaba-Uniube, Uberaba, 2014, 168p.

MENDONÇA José. *História de Uberaba – Academia de Letras do Triângulo Mineiro*, 1974.

MILLS, C. Wright. *A Elite do Poder*. 4ª edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1981. 421p.

MINOZZI JR., Essio. A educação brasileira na era vargas: as reformas e os grupos escolares paulistanos. In: *IV Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares*. 2007, São Paulo. Anais...São Paulo, 2007, p.232-240. Disponível em: <[http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Publicacoes\\_IV%20Col%C3%B3quio.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Publicacoes_IV%20Col%C3%B3quio.pdf)>. Acesso em: 23 out.2014.

MIRANDA, Rodrigo Lopes. *O Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte: Diálogos entre Psicologia e Educação (1929-1946)*. 2014. 166 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9LUQGH>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império: subsídio para a História da Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. 614 p. 536-538. Disponível em:

<<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-2-vol/pagina/5/texto>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

MORAIS, Ramona Mendes Fontoura; JESUS, Luciano Jorge; MORENO, Andrea. De que vale criar escolas, sem professores capazes de dirigi-las: um estudo sobre a escola de aperfeiçoamento em Belo Horizonte (1927-1935). In: *VI Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*, 2011, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2011. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Ramona.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

NOGUEIRA, Jorge Luis Fireman; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. *Reflexões sobre a Educação Brasileira e a Educação Especial: Novos Temas, Velhas Posturas*. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/781/635>> - acesso em 13 jul. 2014.

PASINATO, Darciel. Educação no Período Populista Brasileiro (1945-1964). *Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, Passo Fundo, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <[file:///E:/coletânea 1- disc acadêmico/3647-12494-1-PB \(1\).pdf](file:///E:/coletanea%201- disc acadêmico/3647-12494-1-PB (1).pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2014.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central*. Uberaba: Edição Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.

RAFANTE, Heulalia Charalo. *Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: a fazenda do Rosário e a educação pelo trabalho dos meninos “excepcionais” de 1940 a 1948*. 2006. 260 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <[http://www.bdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde\\_arquivos/8/TDE-2006-10-30T145414Z-1231/Publico/1178.pdf](http://www.bdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2006-10-30T145414Z-1231/Publico/1178.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2014.

REZENDE, Eliane Mendonça Marques. *Uberaba: uma Trajetória Sócio- Econômica -1811-1910*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1991.

RICCIOPPO FILHO, Plauto. *Ensino Superior e Formação de Professores em Uberaba/MG (1881-1938): uma trajetória de avanços e retrocessos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Uberaba, 2007. Orientador: Alaíde Rita Donatoni. Disponível em:<<http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000113090.pdf>> Acesso em 28 set. 2014.

REIS, Cláudia Pereira de Souza; MARQUES, Tiago Reis. *Dicionário de Saúde Ilustrado – São Paulo*: Martinari, 2013. 1376 p.

REVISTA BENJAMIN CONSTANT. Rio de Janeiro (RJ): Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação do Instituto Benjamin Constant, 1959. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=4&blogid=2&itemid=408>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

ROCHA, Eduardo V. *Educação ambiental com o auxílio de animais taxidermizados do Bioma Cerrado: formação continuada de professores que trabalham com pessoas cegas e de baixa visão*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia-UFU,

2012. Orientador: Adriany de Ávila Melo Sampaio. Disponível em: <[http://www.bdtd.ufu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4837](http://www.bdtd.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4837)>

RODRIGUES, Sonia Maria. *Educação Inclusiva: das políticas públicas às percepções docentes*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte/MG, 2005. Disponível em: <[http://www.biblioteca.digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-856NJ5/disserta\\_\\_o\\_pdf\\_sonia.pdf?sequence=1](http://www.biblioteca.digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-856NJ5/disserta__o_pdf_sonia.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 22 nov. 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930/1973*. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 267p., 23 cm.

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AO CEGO –SAC (Fortaleza). *O Sistema Braille*. 2008. Disponível em: <[http://www.sac.org.br/APR\\_BR2.htm](http://www.sac.org.br/APR_BR2.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Edusp, 1975. 156 p.

SAMPAIO, Antônio Borges. *Uberaba: História Fatos e Homens*. 2.ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do Século XX*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 14, n. 40, jan./abr., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

SILVA, Flavio Rogerio da. *Instituto de Cegos do Brasil Central: um relato de experiência*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Universidade de Uberaba, Curso de Psicologia, Uberaba/MG, 2009.

SCHELBAUER, Analete Regina. Fonte para o estudo da História da Educação Brasileira: o Congresso da Instrução do Rio de Janeiro. In: *I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Anais 22*, Campinas, 2000. CD-ROM de resumos.

SO BIOGRAFIAS (Campina Grande/PB). *José Álvares de Azevedo*. Elaborada pelo professor Carlos Fernandes. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoseAAze.html>>. Acesso em: 12 set. 2014.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. Da visibilidade dos Grupos Escolares à simplicidade das escolas isoladas ou reunidas: o ensino primário em Uberaba/MG nos anos 1920 a 1940. In: *X Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil, 2012, João Pessoa (PB). Anais eletrônicos...* João Pessoa: 2012. p. 893-907. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.15.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.15.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2014.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um Direito*. 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 221p.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. *Papel das Elites no desenvolvimento Político e Econômico do Município de Uberaba (MG) -1910-1960*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Orientadora: Vânia Rubia Farias Vlach. Disponível em: < [http://www.bdt.d.ufu.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=765](http://www.bdt.d.ufu.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=765)>. Acesso em: 18 set. 2014.

## Legislação

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*, de 25 março de 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)> Acesso em 5 jul. 2014.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 24 de fevereiro de 1891a. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)> Acesso em: 11 jul. 2014.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 16 de julho de 1934a. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)> Acesso em: 15 jul. 2014.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 10 de novembro de 1937a. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)> - Acesso em: 16 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.428, de 12 de setembro de 1854*. Crea nesta Côrte hum Instituto denominado Imperial Instituto dos meninos cegos. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857*. Fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-939-26-setembro-1857-557839-publicacaooriginal-78539-pl.html>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 9, de 21 de novembro 1889*. Mudança do nome do Imperial Instituto dos Meninos Cegos para Instituto dos Meninos Cegos. Disponível em: <[http://bd.camara.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18665/collecao\\_leis\\_1889\\_parte4.pdf?sequence=4](http://bd.camara.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18665/collecao_leis_1889_parte4.pdf?sequence=4)> - Acesso em: 21 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 193, de 30 de janeiro 1890a*. Mudança do nome do Imperial Instituto dos Meninos Cegos para Instituto Nacional dos Cegos e aprovação de seu regulamento.. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao8.html>> - Acesso em: 21 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 408, de 17 de maio de 1890b*. Mudança do nome do Imperial Instituto dos Meninos Cegos para Instituto Nacional dos Cegos e aprovação de seu

regulamento. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>> - Acesso em: 29 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.320, de 24 de janeiro de 1891b*. Mudança do nome Instituto Nacional dos Cegos para Instituto Benjamin Constant . Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>> - Acesso em: 29 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931a*. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm)>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 19.850, de 11 de abril de 1931c*. Cria o Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 20.826, de 20 de dezembro de 1931d*. cria o termo de convênio Inter-administrativo de Estatísticas Educacionais Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20826-20-dezembro-1931-515613-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 21.241, de 4 de abril de 1932*. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto%2021.241-1932%20reforma%20francisco%20campos.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2021.241-1932%20reforma%20francisco%20campos.htm)>. Acesso em: 5 ago. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 24.794, de 14 de julho de 1934c*. Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo, dispõe sobre o Ensino do Canto Orfeônico, e dá outras providências. Disponível em: <[http://portal.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisEF/1934\\_NormasJuridicas\(TextoIntegral\)\\_DEC\\_024794\\_14\\_07\\_1934.jsp](http://portal.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisEF/1934_NormasJuridicas(TextoIntegral)_DEC_024794_14_07_1934.jsp)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.770, de 28 de outubro de 1941a*. Dá o direito dos cegos ingressarem no serviço público para o exercício compatível com a sua deficiência.. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3770-28-outubro-1941-413939-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942a*. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (Senai). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm)>. Acesso em: 18 mai. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942b*. Que regulamentou, na seção I do Capítulo VIII, e que especifica as condições de admissão. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm)>. Acesso em: 18 mai. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942c*. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2014.



BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.895, de 20 de outubro de 1943a*. Autoriza o aproveitamento de indivíduos de capacidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5895-20-outubro-1943-415866-norma-pe.html>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943b*. Regulamenta o ensino comercial. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=dec-lei6141-1943>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 14.165, 1943c*. Dá ao Instituto Benjamin Constant competência para ministrar os ensinos primário e secundário. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/visaohistorica.txt>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946a*. Lei orgânica do ensino primário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946b*. Lei Orgânica do Ensino normal. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946c*. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm)>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946d*. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8622.htm)>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946e*. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8622.htm)>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.521, de 16 de dezembro de 1951*. Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular (sobre o deficiente mental). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/11521.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11521.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.094, de 16 de novembro de 1953a*. Concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/visaohistorica.txt>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 34.700, de 25 de novembro de 1953b*. Aprova o Regimento do Instituto Benjamin Constant. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34700-25-novembro-1953-328683-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 38.700, de 30 de janeiro de 1956*. Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocericizadas%5CLEis1956v2.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 40.269, de 15 de fevereiro de 1957a*. A Fundação para o livro do Cego no Brasil foi declarada como entidade de Utilidade Pública Federal. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/visaohistorica.txt>>. Acesso em: 22 set. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957b*. Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3198-6-julho-1957-354795-publicacaooriginal-1-pl.html>> - Acesso em: 27 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957c*. Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42728-3-dezembro-1957-381323-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 44.236, de 1 de agosto de 1958a*. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44236-1-agosto-1958-383373-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.029, de 18 de dezembro de 1958b*. Cria o Instituto de Reabilitação para funcionamento junto à Cadeira de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=39689>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 47.038, de 16 de outubro de 1959*. Aprova o regulamento do ensino industrial. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/d47038.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d47038.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2014.

BRASIL. *Parecer nº 291 de 1933a. Conselho Nacional de Educação. Comissão do Ensino Secundário*. Permite o ingresso de aluno cego em escola do sistema regular de ensino na cidade de Curitiba.1933. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/visaohistorica.txt>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

BRASIL. *Recomendação nº 99 de 1955*. Programas de reabilitação profissional, obtenção e retenção de empregos por deficientes (OIT). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/visaohistorica.txt>> - acesso em: 15 jul. 2014.

BRASIL. *Parecer nº 144 de 16 de abril de 1943d. Conselho Nacional de Educação. Comissão de Legislação*. Autoriza a inscrição de aluno cego na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.1943. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/visaohistorica.txt>> - acesso em: 15 jul. 2014.

BRASIL. *Portaria Ministerial n° 12 de 10 de janeiro de 1953c*. Autorizou a matrícula de alunos cegos nos estabelecimentos de Ensino Secundário, reconhecidos ou equiparados pelo Governo Federal. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/visaohistorica.txt>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

BRASIL. *Portaria Ministerial n° 114 de 21 de março de 1958d*. Instruções para organização e execução da CESB.. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/visaohistorica.txt>> - acesso em 25 ago. 2014.

BRASIL. *Portaria Ministerial n° 477 de 17 de setembro de 1958e*. Fixa instruções para a organização e execução da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, campanha ligada diretamente à direção do Instituto Benjamin Constant. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/visaohistorica.txt>> - acesso em 23 ago. 2014.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual N° 895, de 10 de setembro de 1925*. Autoriza a criação de um Instituto para Cegos. Belo Horizonte, MG. – Disponível: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:1925-09-10;895>>- Acesso em 20 out.2014.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual N° 7.970, de 15 de outubro de 1927a*. Aprova o regulamento do ensino primário. Belo Horizonte, MG. – Disponível: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1927-10-15;7970-a>>- Acesso em 20 out.2014.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual N° 8.094, de 22 de dezembro de 1927b*. Instruções e Programas do Ensino Primário do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte – Imprensa Oficial do Estado de Minas – 1929.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual N° 8.162, de 20 de janeiro de 1928a*. Aprova o regulamento do ensino nas escolas normais. Belo Horizonte, MG. Disponível: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1928-01-20;8162>> Acesso em 20 out.2014.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual N° 8.225, de 11 de fevereiro de 1928b*. Aprova os programas do ensino normal. Belo Horizonte, MG. – Disponível: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1928-02-11;8225>>- Acesso em 20 out.2014.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual n° 8.987, de 22 de fevereiro de 1929*. Regulamento da escola de aperfeiçoamento. Belo Horizonte, MG. – Disponível: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1929-02-22;8987>>- Acesso em 20 out. 2014.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual n° 9.653, de 30 de agosto de 1930*. Aprova o regulamento da escola de aperfeiçoamento. Belo Horizonte, MG. – Disponível: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1930-08-30;9653>> Acesso em 20 out.2014.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual n° 11.500, de 31 de agosto de 1934*. Aprova o regulamento do Instituto São Rafael. Belo Horizonte, MG. – Disponível: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1934-08-31;11500>> Acesso em 20 out.2014.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual N° 250, de 27 de outubro de 1948*. Cria no Estado o ensino primário para as crianças cegas. Belo Horizonte, MG. – Disponível: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:1948-10-27;250>> Acesso em 20 out.2014.

UBERABA. *Lei Municipal N° 776, de 24 de agosto de 1959*. Reconhece de utilidade pública o Instituto dos Cegos do Brasil Central. Uberaba, MG. Câmara Municipal- (ANEXO H). Disponível em: <<http://cidadao.camarauberaba.mg.gov.br/portalcidadao/#075f539f0b7223f116d2c85c4ce1b1752fccb0db1fd92284312b33310fb199ef6050e9373e0f36365cbb7737a0e49e582e657146a648fd13d54aa9e4338df879e807578fb1eeafd765e874467325cce9920f582d626d1104e4f2fb31e5153c13f8a3b13f07b7649e1f56cf5a4c15d15f740a45816d4cf114>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

### **Jornais da época**

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, n. 2.419, 20 set. 1854.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, 27 out. 1944, p. A-02.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Meu comentário (Georges Jardim), Uberaba, 1946, p. A-03.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, 1950, p. A-06.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, 1950, p. A-06.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, 1952, p. A-02-A4.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, 1953, p. A-02.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, 1955, p. A-05.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, 1955, p. A-03

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, 03 fev. 1956.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, 1959, p. A-03

JORNAL A FLAMA. Prece. [19..].

CORREIO CATÓLICO. Uberaba, 06 dez.1955.

CORREIO CATÓLICO. Coisas da cidade, 26 jun. 1959.

MINAS GERAIS. Diário Legislativo: Mensagem nº 203/60, 1960, p. 06

### **Depoimentos**

FRAGA, Gerson Felix Fraga. 2005. Depoimento concedido a Denise Cunha Borges.

GARCIA, Aparecida. 2008. Depoimento concedido a Flavio Rogerio da Silva.

GARCIA, Aparecida Garcia. 2004. Depoimento concedido a Denise Cunha Borges.

## ANEXOS

## ANEXO A – Ata de fundação da “Associação dos Cegos do Triângulo Mineiro”, 1942, Pagina 1.

I Ata  
"25-8-42"

Em uma das salas do edifício da "Associação dos Empregados no Comércio de Uberaba" às 20,30 do dia 25 de Agosto de 1942 teve início a primeira reunião oficial da "Associação dos Cegos do Triângulo Mineiro" a mesma comparecendo apenas os Honros. Srs. Dr. Arquimedes de Oliveira, Dr. Edigard R. da Cunha, Mário Franco, Bruno Martinelli e os professores Cléver Novais e Antônio Simões Borges. Assumindo definitivamente a presidência e declarando aberta a sessão, o Dr. Arquimedes de Oliveira considerou automaticamente também empossados os outros membros da diretoria desta benemérita instituição, isto é, vice-presidente — Dr. Georges C. Jardim. 2º) vice-presidente — Dr. João Henrique 3º) vice-presidente — Dr. Mário A. de Figueiredo. Secretário — Mário Frontes de Carvalho. 2º) secretário — Hecker Comargo. 3º) secretário — Dousa Júnior. Tesoureiro — Bruno Martinelli. 2º) tesoureiro — Sílvio Cunha Campos. 3º) tesoureiro — Mário Franco. Procurador — Dr. Edigard R. da Cunha. 2º) procurador — Dr. Felópidas Fonseca. Diretor-técnicos — Prof. Cléver Novais, o vice-diretor-técnico — Prof. Antônio Simões Borges. A seguir o presidente, em rápida e brilhante alocução, manifestou o seu imenso contentamento em poder dirigir esta casa tão filantrópica, salientando ainda que estava absolutamente convicto de que em cada um dos seus colegas de diretoria ele teria sempre um autêntico vanguardista na nobilíssima tarefa de erguer nesta próspera cidade um estabelecimento destinado a educar e amparar aqueles aos quais a fatalidade privou do mais precioso sentido que é o da visão material. Traqueada a palavra, e após terem os diretores presen-

## Pagina 2.

tes consignado a sua inestricta solidariedade a esta  
 causa de finalidades tão patrióticas e altruísticas, o  
 prof. Cléver Novais, como diretor-técnico e principal (idei)  
 idealizador da "Associação dos Cegos do Triângulo  
 Mineiro", pensou o seu "imperecível reconhecimento (dos)  
 aos demais componentes da diretoria pela compreensão,  
 pela solicitude, pela boa vontade, pelo entusiasmo e pelo  
 interesse com que todos eles se colocaram a festa  
 deste necessário empreendimento. Prosequindo, disse  
 textualmente o Prof. Cléver Novais: "Deja-me também  
 permitido festemunhar aqui toda a nossa imorredoura  
 gratidão ao povo veralense em geral, pois, a despeito da  
 grave e angustiada situação por que atualmente  
 passa o nosso amado Brasil, a nossa associação aqui  
 vem merecendo enorme apoio moral e satisfatório  
 amparo financeiro." Ainda de posse da palavra, o  
 Prof. Cléver Novais apresentou a diretoria o projeto dos  
 estatutos da "Associação", estatutos esses que serão aper-  
 tunas e convenientemente (estatur) estudados por uma  
 comissão de diretores, conforme ficou resolvido.

Retomando o verbo, o presidente comunicou a Mesa que  
 a "Associação" já estava em condições de alugar um  
 prédio para instalação da sua sede provisória, e que,  
 por isto, até havia ele entabulado negociações com o  
 Dr. Aurelino Luís da Costa, a fim de alugarmos uma  
 sua casa na rua da Constituição número 8. Como  
 ainda é diminuta a sua receita e porque a  
 "Associação" urgentemente precisa ser instalada, combi-  
 nou-se um meio de se adquirir fundos com que se  
 lograsse sanar esta dificuldade.

Depois de discutidas várias sugestões neste particular,  
 foi aprovada a idéia do Dr. (Arquimedes) Edgard L.  
 da Cunha no sentido de se escolher alguns diretores


Pagina 3.

que angariassem donativos por processo de lista. Deliberou-se então que para tal objetivo o presidente, o procurador e o 3º) tesoureiro ficariam cada um com uma lista. Como a reunião faltassem os três secretários, o diretor técnico foi incumbido de redigir a (presente a) presente ata. Nada mais havendo a tratar o presidente, lamentando a ausência dos demais diretores, de novo se congratulou com os presentes pela auspiciosa criação da "Associação" dos Cegos do Triângulo Mineiro obra que, à semelhança de todas as outras igualmente necessárias casas de assistência social, há de receber sempre todas as bênçãos dos Céus, para que assim em breve se engrandeca e (sua) se mais o patrimônio social desta terra laboriosa, tem como colaborar ativamente na dignificante missão de tornar o cego um indivíduo apto a viver honradamente do seu próprio trabalho. E assim foi encerrada a sessão.


Uberaba, 25 de agosto de 1942

Pelo secretário: o diretor-técnico  
 Clever Novais  
 Presidente: Sebastião P. Pereira

**ANEXO B – Estatuto do Instituto de Cegos do Brasil Central (Associação dos Cegos do Triângulo Mineiro), Capítulo I, registrada em 14/05/1945.**



**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
(RTPDJ - UBERABA CNPJ: 07.401.097/0001-93)



Certifico e dou fé, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e demais papéis deste Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, encontrei registrado sob nº. 39 de 14 de Maio de 1.945, Livro A nº.01 e alterado de ofício para o registro n. 1.777 de 22 de Setembro de 2005, Livro A-011 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, todos os documentos referentes, ao Instituto de Cegos do Brasil Central, a seguir impressos em seu inteiro teor a partir de imagens digitalizadas. -

---

**ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
BENEMÉRITA CASA DE EDUCAÇÃO E AMPARO AOS QUE FÍSICAMENTE NÃO ENXERGAM  
(FUNDADA EM 25-8-1942)  
Sede em UBERABA, à Rua Padre Zeferino, 141 — Tel. 1546 — MINAS

Celebrar na nobilíssima tarefa de educar e amparar os cegos, livrando-os do vício, da letargia, da ignorância e da mendicância, para transformá-los em cidadãos honrados, trabalhadores, alfabetizados e sociáveis, é sobretudo praticar uma das mais belas virtudes — a CARIDADE

ESTATUTOS DA  
ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DO TRIÂNGULO MINEIRO.

CAPÍTULO I.  
DA ASSOCIAÇÃO E SUAS FINALIDADES:

Art. 1º - Com sede neste município de Uberaba, estado de Minas Gerais, nos 25 dias do mês de Agosto de 1942 foi fundada a ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DO TRIÂNGULO MINEIRO, sociedade sobretudo educativa e beneficente, constituída por ilimitado número de pessoas cegas e videntes, sem a mínima distinção de classe, credo, ou de sexo.

Art. 2º - O principal escopo desta instituição é amparar aqueles que fisicamente não enxergam, ministrando-lhes pelo menos a instrução primária e prodigalizando-lhes trabalho e abrigo, de modo a se tornarem cidadãos perfeitamente integrados à convivência social, úteis, portanto, a si mesmos, à Sociedade, à família e à Pátria.

Art. 3º - Para o fiel desempenho de todo o seu complexo e vasto programa, a ASSOCIAÇÃO manterá uma escola primária em que o cego se alfabetize pelo método especializado "Braille", criando também os cursos musical e profissional no que seja necessário aos docentes da vista.

§ único - Para o sexo feminino haverá um departamento, devendo ser também criado um abrigo para os cegos inválidos.

Art. 4º - A ASSOCIAÇÃO adotará regime de internato, externato e semi-internato, de acordo com as necessidades ou gênero de vida de cada protegido.

Art. 5º - No intuito de amparar sempre o máximo número de cegos possível, em tempo oportuno será criado, nas principais cidades do Brasil Central, um núcleo filiado a esta instituição, desde que nas mesmas não haja organizações congêneres.

CAPÍTULO II.  
DOS SÓCIOS, SEUS DEVERES E PRERROGATIVAS:

Art. 6º - Compôr-se-á de três categorias o associado desta instituição:

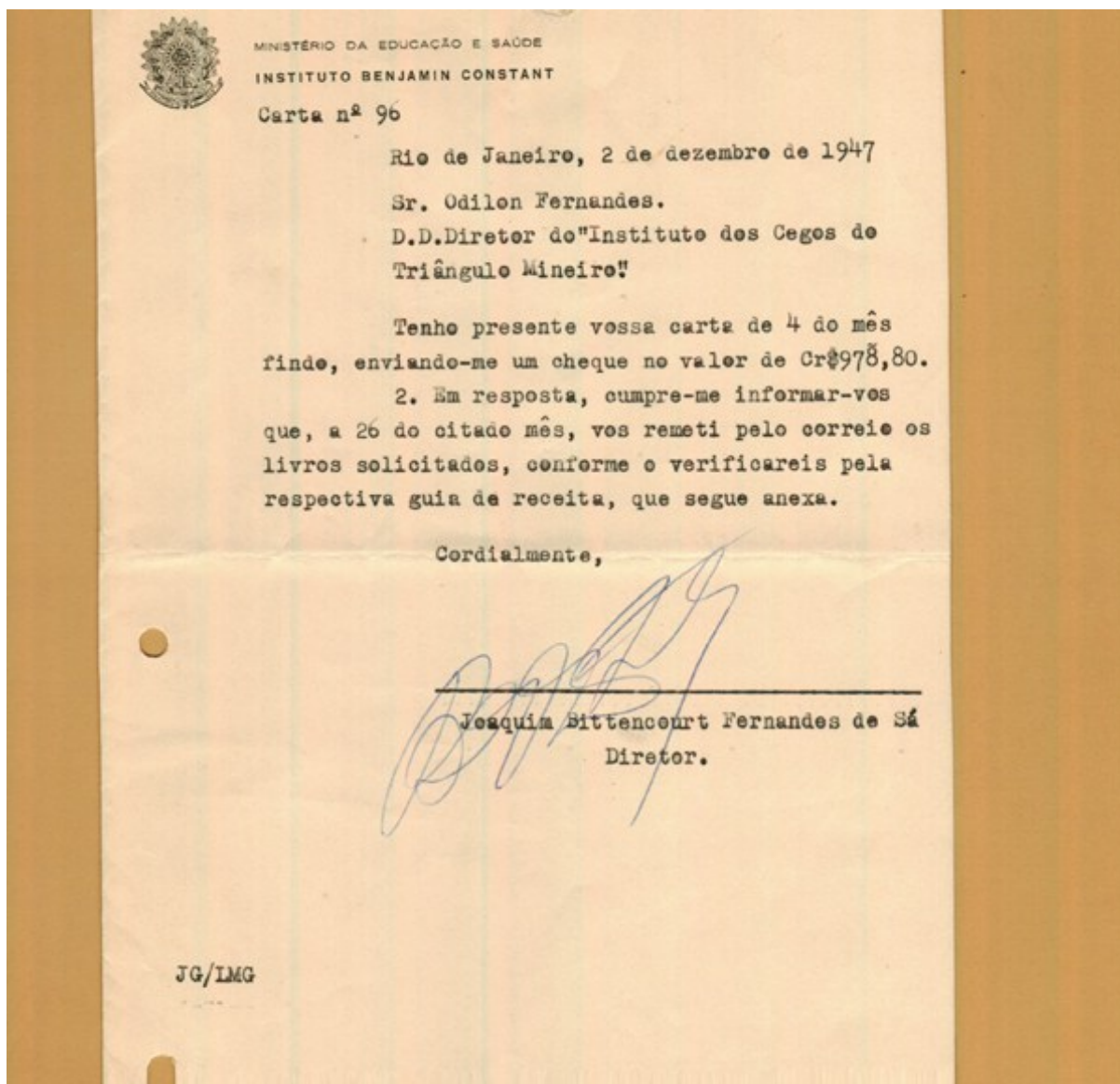
a) - Fundadores, que são aliás os membros da primeira diretoria assim constitui

---

Praça Rui Barbosa, 300, sala 40, Centro CEP 38.010-240, Tel/Fax: (34) 3316-6157.  
Oficial: Carlos Renato de Oliveira Carneiro Leão e-mail: rtdpiuberaba@yahoo.com.br




## ANEXO C – Carta recebida do Instituto Benjamin Constant, 1947.



## ANEXO D – Carta recebida do Rotary Club de Uberaba, 1947.

ROTARY CLUB DE UBERABA  
DISTRITO 41, N. 4881  
Fundado em 16 de Setembro de 1937  
Reuniões REGINA HOTEL - 4.ª feira - 19 hs.  
Caixa Postal, 54  
MINAS GERAIS — UBERABA — BRASIL

Uberaba, 28 de Abril de 1947



Il mo. Snr.  
Presidente da Associação dos Cegos  
UBERABA

Saudações

Levo ao conhecimento de V.S., que se encontra em poder deste Club a importância de cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), para ser entregue á essa instituição de Caridade.

Esse valor que é uma oferta do professor José Maciotez poderá ser procurado com o tesoureiro - do Rotary Club, snr. Brasilino Felipe, à rua Arthur Machado nº 174.

Sendo só o que se me oferece e ao inteiro dispôr de V.S., firmo-me mui

ATENCIOSAMENTE  
*Heli Dias de Almeida*  
Heli Dias de Almeida-Prest.

## ANEXO E – Carta recebida da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, 1950.

**Fundação para o Livro do Cego no Brasil**

RUA DA QUITANDA, 96 — SALAS 404 E 405 — TELF. 3-9038  
CAIXA POSTAL, 5499 — SÃO PAULO

---

São Paulo, 29 de maio de 1950.

Nº1831/4

Ilmo. Sr.,  
Clever Novais.  
Instituto dos Cegos do Brasil Central  
Rua Padre Zeferino, 141  
U B E R A B A

Prezado Senhor.

Pela presente acusamos o recebimento do cheque Nº 117291 que nos enviou em pagamento de compra efetuada na Fundação.

Demorámos para satisfazer o seu pedido, porque as máquinas estavam em verificação e constatamos que uma delas não poderá ser enviada por estar com defeito.

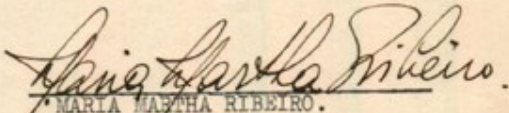
Comunicamos-lhe que o senhor Jonatas Benjamim residente à rua Bahia nº 637- Belo Horizonte, possui uma máquina e deseja se desfazer dela. O senhor poderá entrar em entendimento, diretamente, com ele.

A máquina que lhe enviaremos e o resto da encomenda seguirão na próxima semana quando faremos a devolução da quantia correspondente a outra máquina. (Não temos mais nenhuma a venda).

Seguem junto 5 ponsons, os outros 7 irão depois, pois estão sendo feitos de encomenda para o senhor. Oportunamente enviar-lhe-emos a nota correspondente.

Quanto ao papel, usamos o sulfite branco 50 Kilos, o cartão bristol ou o papel chiné estes dois últimos de 60 kilos. Poderemos verificar se é possível comprar aqui e depois remete-lo, mas achamos que isto encareceria muito o papel. É preferível que procure aí aquele que indicamos.

Sem outro motivo subcrevemo-nos atenciosamente,

  
MARIA MARTHA RIBEIRO.  
1ª Secretária.

**ANEXO F – Boletim de informações estatísticas enviado para o Ministério da Educação e Saúde, 1950.**

(MODELO B 100)  
FOLHA I

  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

**ESTATÍSTICA do ensino elementar, médio e superior**  
(excluído o ensino primário geral)

no Estado d..... referente ao ano de 19.....

**Boletim de informações**

d Instituto de Estudos do Ensino do Brasil - Central  
(Referir aqui o nome do estabelecimento, se houver, ou então uma indicação que bem o individue.)

situado à Rua Marquês de Paraná, 79  
(Localização bem explicitamente indicada, com referência exata do endereço)

Distrito de Uberaba Município de Uberaba

Informante	Assinatura	<u>Leonor Novais</u>
	Cargo	<u>Director-Técnicos</u>
Data da informação		<u>30 de Março de 1950</u>

**ATENÇÃO**

I — Este formulário se destina a coligir os dados para a estatística de todos os estabelecimentos de ensino existentes no Brasil, tais como orfanatos, asilos, abrigos e recolhimentos para menores; patronatos e aprendizados agrícolas; escolas para débeis físicos e mentais; escolas para surdos-mudos e para cegos; escolas de preservação e reforma; cursos de artes domésticas em geral e avulsos de corte e costura, chapéus, flores, rendas e bordados, culinária, etc.; escolas profissionais e liceus de artes e ofícios; cursos avulsos de desenho, modelagem, escultura, pintura e arte aplicada; escolas de enfermagem; cursos de educação física; cursos de dactilografia e de tequigrafia; cursos de motoristas (*chauffeurs*, condutores de bondes, etc.); cursos de extensão ou de especialização; cursos de autocultura (por correspondência); cursos comerciais seriados ou avulsos; cursos secundários seriados, avulsos ou de madureza; cursos secundários complementares; cursos de formação de professores; cursos de línguas; cursos de música (vocal e instrumental); de pintura, de escultura; cursos dramáticos e de coreografia; cursos de declamação; cursos religiosos (eclesíásticos ou não); cursos de jornalismo; cursos militares de qualquer grau e cursos superiores de qualquer natureza. Assim, toda e qualquer instituição que não seja exclusivamente destinada ao ensino elementar ou de primeiro grau (isto é, maternal, infantil, primário fundamental e primário complementar) deverá preencher anualmente um exemplar deste Boletim.

II — Dêste Boletim, uma vez preenchido com o devido cuidado, ficará uma cópia no arquivo do estabelecimento informante.

III — No alto desta página devem ser inscritas as indicações que individuem e localizem o estabelecimento a que se referir o Boletim. No outro lado da folha encontram-se os esclarecimentos essenciais à boa orientação do informante quanto ao modo de interpretar o formulário. A folha II destina-se ao registro das informações sobre a organização e o aparelhamento do estabelecimento. E nas páginas seguintes (folhas III a VI) se devem mencionar destacadamente a organização e o movimento de cada um dos cursos ministrados no estabelecimento e que forem objeto deste inquérito, conforme a especificação formulada no item I destas notas. Caso essas folhas não bastem para todos os cursos mantidos pelo estabelecimento, juntem-se ao formulário tantas folhas avulsas manuscritas quantas forem precisas para que fiquem informados todos os cursos do estabelecimento, contanto, porém, que essas folhas suplementares registrem as mesmas indicações formuladas nas aludidas folhas III a VI deste Boletim. Se ocorrer também que os espaços reservados no formulário para algumas das informações não sejam suficientes, façam-se nêles as necessárias chamadas numeradas e completem-se as informações em uma folha de papel à parte, intitulada "Informações complementares".

Mod. DME 1.126

**ANEXO G – Carta enviada ao Governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek, 1953, Pagina 1.**

Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, M.D. Governador do Estado de Minas Gerais . (PALACIO DA LIBERDADE) - Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 27 de julho de 1953.

Preclaro Governador,

Respeitosos cumprimentos.

Os sentimentos de assendrado patriotismo e de magnanimidade que caracterizam a personalidade ilustre de V. Excia. nos inspiraram a lhe escrever agora, dando-nos também a certeza de que o Eminente Governador dos Mineiros acolherá este nosso Humilde apêço com interêsse, carinho e solididade bastantes.

Não se fez mister que nos alonguemos aqui em considerações alusivas ao INSTITUTO DOS Cegos DO BRASIL CENTRAL, fundado em Uberaba a 25 de agosto de 1942, já que V. Excia. pessoalmente conhece tão filantrópica instituição, havendo honrado-a, em Maio de 1952, com uma visita para nós profundamente significativa, grata e inesquecível.

Na oportunidade da realização da última exposição agro pecuária de Uberaba, na residência do prezado amigo Dr. Adilberto Rodrigues da Cunha \_\_DD. Presidente da "Sociedade Rural do Triângulo Mineiro" \_\_ experimentámos novamente a honra e o prazer imensos de estar com V. Excia. e com o Exmo. Sr. Presidente Dr. Getúlio Vargas. Tivemos então ensejo de resumidamente lhes esclarecer o seguinte:

I - Que o nosso INSTITUTO, que sobretudo se consagra ao integral amparo e alfabetização de crianças, jovens e adultos invidentes de ambos os sexos, está, no momento, com quase 70 internos, procedentes de várias localidades da nossa região.

II - Que sua Diretoria atual está assim constituída: Presidente, Dr. Odilon Fernandes. Vice-Presidente, Ricardo Misson. 1º Secretário, José Ferreira. 2º Secretário, Emmanuel Martins Chaves. 1º Tesoureiro, Miguel Jorge Dib. 2º Tesoureiro, Mário Augusto Rosa. 1º Consultor Jurídico, Dr. José Mendonça. 2º Consultor Jurídico, Dr. Lamartine Cunha Campos. Diretor-Técnico, (FUNDADOR) Clever Novais e Vice Diretor-Técnico, (FUNDADOR), Antônio Simões Borges. Como eficiente auxiliar desta Diretoria, trabalha a "Comissão de Cooperação e Assistência do ICBC", sob a Presidência da Ilma. Sra. Dalva Guido Fer-

## Pagina 2.

mandes.

III - Que a nossa sede própria, embora não esteja ainda totalmente edificada, abrançe uma cobertura de mais de dois mil metros quadrados, com capacidade para, no futuro, abrigar cômodamente no mínimo 150 pessoas.

IV - Que o INSTITUTO satisfatoriamente ministra, pelo sistema especializado "Braille", o curso primário, cujos professores, mercê da valiosíssima colaboração de V. Excia. e do Exmo. Sr. Secretário da Educação, já pertencem ao quadro de funcionários do Estado, havendo também o ensino musical e o técnico profissional, constando este último de uma pequena mas bem aparelhada oficina para o fabrico de vassouras, escóvas, espanadores e artigos correlatos.

V - Que este beneficente Educandário ainda não recebe, dos Poderes Públicos Estaduais, subvenções em caráter efetivo e apenas de quando em vez tem sido contemplado com auxílios para o prosseguimento das obras de sua sede própria, tal como se verificou há poucos meses, quando V. Excia. generosamente nos concedeu cem mil cruzeiros.

Foi indescritível o nosso júbilo quando, após ouvir atentamente aquela nossa explanação alusiva às primordiais finalidades e necessidades prementes da nossa Casa, que é sustentada pelo povo e cujas despesas vão além de trinta e cinco mil cruzeiros mensais, V. Excia. com admirável espontaneidade assegurou-nos o seu particular empenho no sentido de que o Estado possa contribuir com pelo menos Cr\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS) mensais em favor da manutenção do Estabelecimento em aprêço.


E creia V. Excia. que, em se concretizando tal propósito, numa nobilíssima comunhão de recursos entre o Povo e o Governo em prol da recuperação geral dos que em nossa região fisicamente não enxergam, mais um grande motivo terá o Insigne Patrício para perpetuar-se no coração, na consciência e no reconhecimento dos triangulinos, como um dos seus dinâmicos, empreendedores e abnegados Dirigentes.

Antecipando a V. Excia. o penhor dos nossos mais efusivos e sinceros agradecimentos pelas atenções que as presentes linhas lhe merecerem, com protestos de mui elevada estima e consideração reverentemente se subscreve, pelo INSTITUTO DOS CEGOS DO BRASIL CENTRAL,

---

Cleber Novais - Diretor-Técnico.

**ANEXO H – Certidão da Câmara Municipal de Uberaba que reconhece de utilidade pública o Instituto de Cegos do Brasil Central, 1959.**

 **CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
EXPEDIENTE DA SECRETARIA

*C. Bunazar*

Secretaria da Câmara Municipal de Uberaba, aos quatro (4)  
Ofício N. - de Setembro de 1959.

Assunto: - C E R T I D ã O

CALIXTO BUNAZAR, Diretor da Secretaria da Câmara Municipal de Uberaba.  
Estado de Minas Gerais. &, &, &.

CERTIFICO e dou fé que, no Livro de Registro de Leis e Resoluções desta Câmara, sob n. 3, às folhas 178. encontra-se o assentamento da seguinte:

" LEI Nº 776

Reconhece de utilidade pública o Instituto dos Cegos do Brasil Central.

A Câmara Municipal de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- É reconhecido, como de utilidade pública, o Instituto dos Cegos do Brasil Central, desta cidade, que presta relevantes serviços de assistência social.-

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei, em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberaba, aos 24 de Agosto de 1959.

(aa) Dr. Jorge Furtado  
Prefeito

Lucio Mendonça de Azevedo  
Secretario."

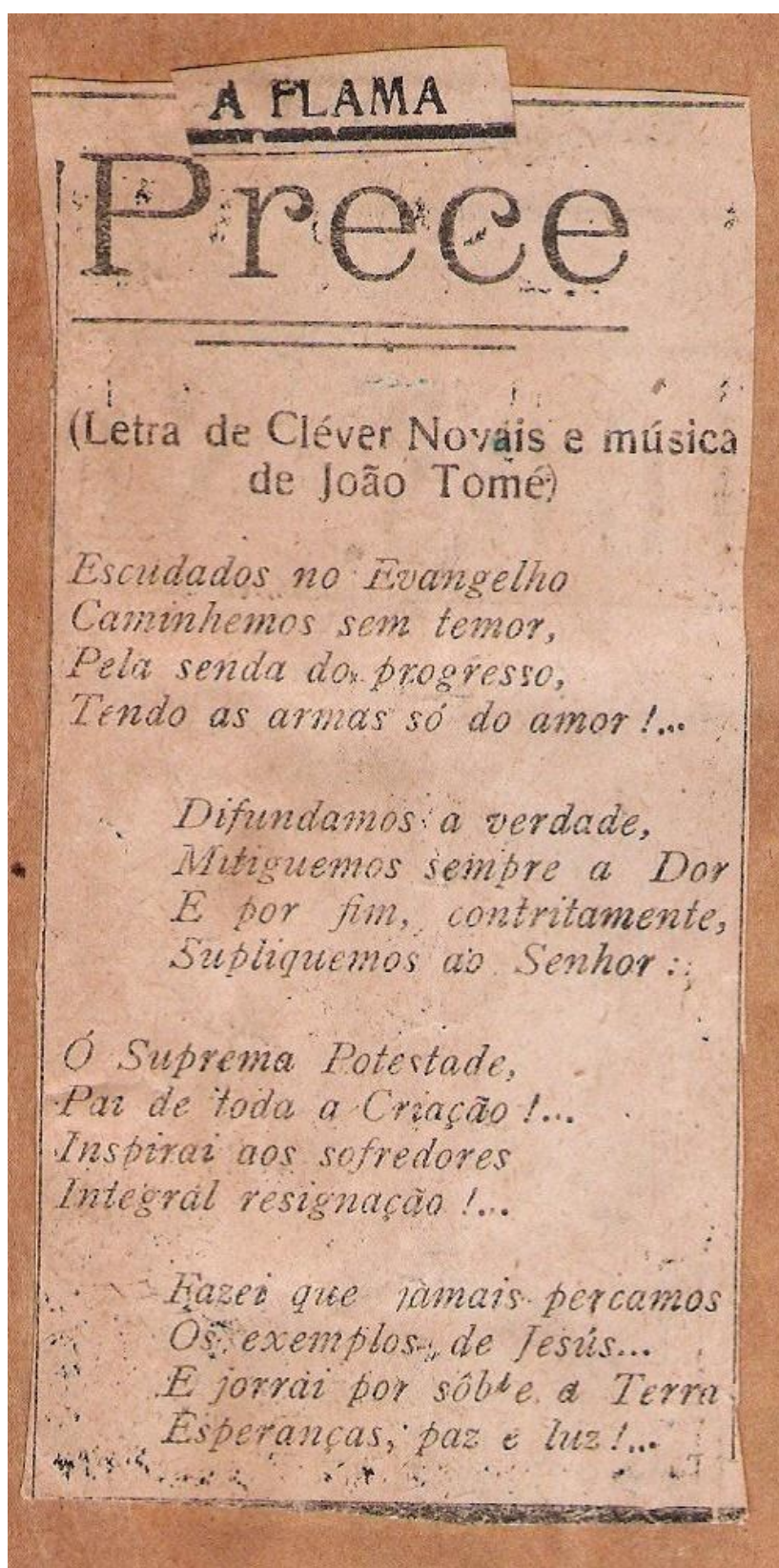
Era o que se continha na referida lei que, para aqui, pública e fielmente trasladei, nesta data, a pedido de pessoa interessada, a qual me reporto, conferi, subscrevo e assino.

Eu, *Calixto Bunazar*, Diretor da Secretaria da Câmara Municipal, o datilografei, conferi, subscrevo e assino.

Secretaria da Câmara Municipal, aos quatro (4) de Setembro de 1959.

Visto: *[assinatura]* *Calixto Bunazar*  
CALIXTO BUNAZAR  
Diretor da Secretaria da Câmara Municipal

ANEXO I – Jornal a Flama noticiando a composição de João Tomé e seu parceiro Cléver Novais – S/D. (ABREU, 2010, p.139).

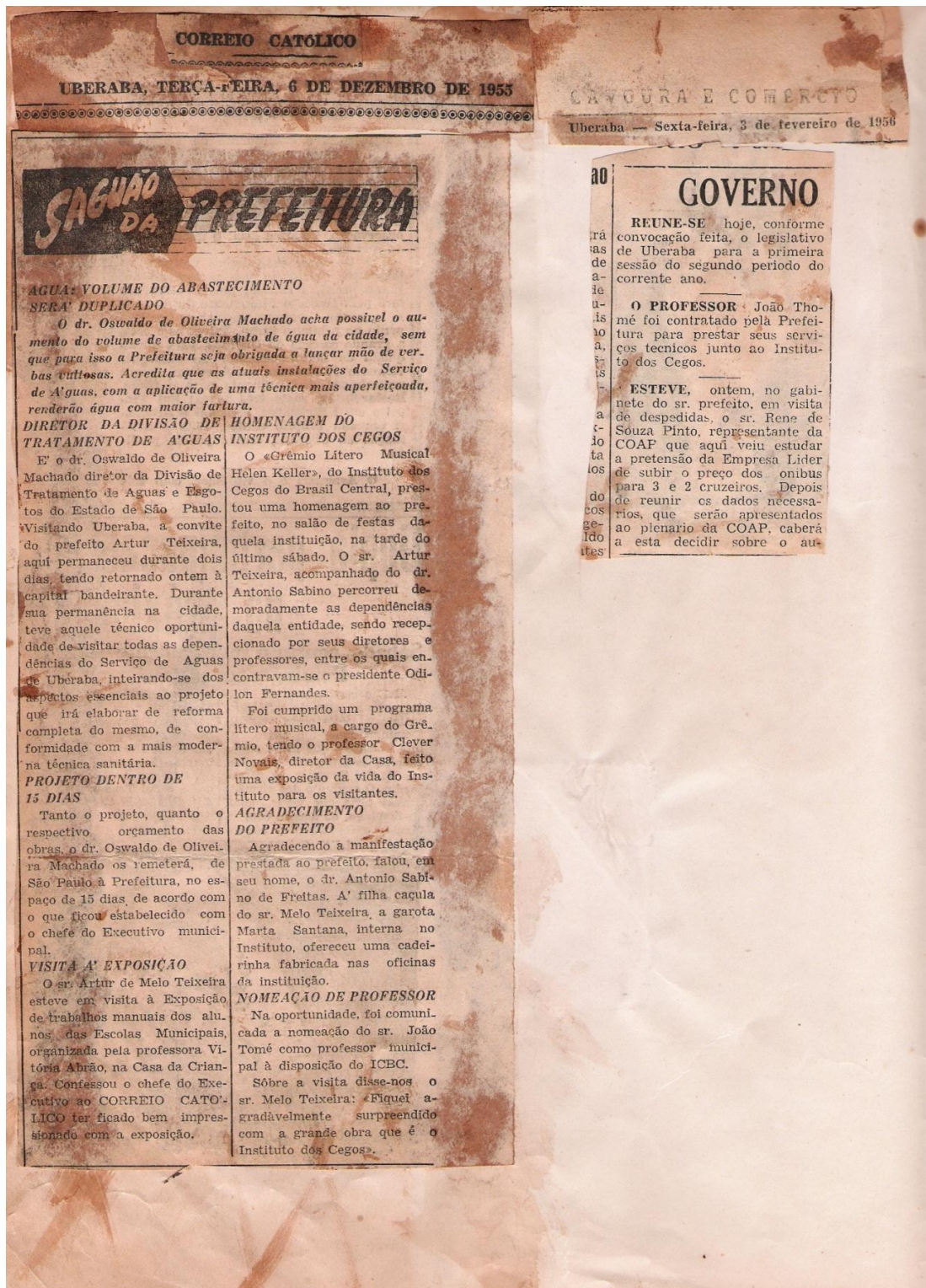




**ANEXO J** – Conjunto musical dos alunos do Instituto de Cegos do Brasil Central é notícia no Jornal Correio Católico –28/06/1959. (ABREU, 2010, p.152)



**ANEXO K – Jornais de 6/12/1955 e 3/02/1956. O primeiro traz o comunicado da nomeação de João Tomé como professor municipal. O segundo: O professor João Thomé foi contratado pela prefeitura de Uberaba para prestar seus serviços técnicos junto ao Instituto de Cegos do Brasil Central. (ABREU, 2010, p.153).**



## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Ofício de autorização para Pesquisa no Instituto de Cegos do Brasil Central – ICBC.



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Uberaba, 17 de Dezembro de 2013

Ilmo Sr,  
Mauro Humberto Elias  
**Diretor Presidente do Instituto de Cegos do Brasil Central**  
Rua Marques do Paraná, 351 – Bairro Estados Unidos / Uberaba.  
CEP: 38015-170

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, possui a Linha de Pesquisa em Cultura e Processos Educativos, ao qual estão vinculados diversos projetos de pesquisa de seus mestrandos.

O mestrando Wandelcy Leão Junior, desde o início de 2013, tem vinculação com essa linha de pesquisa e está sob minha orientação. Seu objeto de pesquisa é a reconstrução da História do Instituto de Cegos do Brasil Central, fundado na cidade de Uberaba e especialmente, com a análise do processo de criação do ICBC no período dos anos de 1942 a 1963.

Tendo em vista a necessidade de possibilitar o bom andamento das atividades de investigação e, principalmente, o cumprimento dos prazos exigidos pela CAPES para conclusão da dissertação, solicitamos que V. S<sup>a</sup>. permita que o mestrando, possa realizar importantes etapas de investigação de seu projeto intitulado "História das Instituições Educacionais para o Deficiente Visual: O Instituto de Cegos do Brasil Central de Uberaba (1942-1963)", com ágil e ampla consulta aos arquivos da instituição.

É importante ressaltar que o mestrando Wandelcy Leão Junior está ciente e orientado para tomar o devido cuidado no trato com os documentos que irá utilizar, bem como de manter a ordem e conservação dos mesmos.


Certo da colaboração de V.S<sup>a</sup>. colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários,

Atenciosamente

Prof.ª Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.  
Professora Orientadora



**APÊNDICE B – Ofício de autorização para Pesquisa da escola anexa do Instituto de Cegos do Brasil Central em acervo na escola Alceu Novaes.**

  
**UNIUBE**  
Universidade de Uberaba  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Uberaba, 11 de Junho de 2014

Ilmo Sr,  
 Eduardo Fernandes Callegari  
 Superintendência Regional de Ensino de Uberaba  
 A. Santos Dumont, 950 – Bairro São Sebastião / Uberaba.  
 CEP: 38031-120

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, possui a Linha de Pesquisa em Cultura e Processos Educativos, ao qual estão vinculados diversos projetos de pesquisa de seus mestrandos.

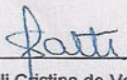
O mestrando Wandelcy Leão Junior, desde o início de 2013, tem vinculação com essa linha de pesquisa e está sob minha orientação. Seu objeto de pesquisa é a reconstrução da História do Instituto de Cegos do Brasil Central, fundado na cidade de Uberaba e especialmente, com a análise das representações criadas ao redor do ICBC no período dos anos de 1942 a 1963.

Tendo em vista a necessidade de possibilitar o bom andamento das atividades de investigação e, principalmente, o cumprimento dos prazos exigidos pela CAPES para conclusão da dissertação, solicitamos que V. S<sup>a</sup>. permita que o mestrando, possa realizar importantes etapas de investigação de seu projeto intitulado "História das Instituições Educacionais para o Deficiente Visual: O Instituto de Cegos do Brasil Central de Uberaba (1942-1963)", com ágil e ampla consulta aos arquivos da escola anexa do Instituto de Cegos do Brasil Central, que se encontra em acervo na escola Alceu Novaes.

É importante ressaltar que o mestrando Wandelcy Leão Junior está ciente e orientado para tomar o devido cuidado no trato com os documentos que irá utilizar, bem como de manter a ordem e conservação dos mesmos.

Certo da colaboração de V.S.<sup>a</sup>. colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários,

Atenciosamente

  
 Prof.<sup>a</sup> Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.  
 Professora Orientadora

*Realizado em  
 16/06/2014  
 Marcela Fagundes*  
 Marcela Fagundes Souza  
 Assessora Gabinete  
 MASP 1.093.266-3  
